

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

NEIDE APARECIDA DA SILVA BERALDO

**AGRICULTORES QUILOMBOLAS, MEDIADORES SOCIAIS E SEGURANÇA
ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS DE
ACESSO AOS ALIMENTOS DA COMUNIDADE MAÇAMBIQUE/ RS**

**Porto Alegre
2009**

NEIDE APARECIDA DA SILVA BERALDO

AGRICULTORES QUILOMBOLAS, MEDIADORES SOCIAIS E SEGURANÇA
ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS DE
ACESSO AOS ALIMENTOS DA COMUNIDADE MAÇAMBIQUE/ RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Orientador: Prof. José Carlos Gomes dos Anjos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

B482aBeraldo, Neide Aparecida da Silva

Agricultores quilombolas, mediadores sociais e segurança alimentar :
uma análise a partir das condições e estratégias de acesso aos
alimentos da comunidade Maçambique/RS / Neide Aparecida da
Silva. – Porto Alegre, 2006.

122 f. : il.

Orientador: José Carlos Gomes dos Anjos.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre,
2006.

1. Segurança alimentar : Quilombos : Rio Grande do Sul. 2. Negros :
Agricultores : Alimentação : Hábito alimentar. 3. Segurança alimentar : Empresa de
Assistência e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul. 4. Segurança
alimentar : Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. 5. Desenvolvimento rural :
Quilombos : Rio Grande do Sul. I. Anjos, José Carlos Gomes dos. II. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 338.439.63

NEIDE APARECIDA DA SILVA BERALDO

AGRICULTORES QUILOMBOLAS, MEDIADORES SOCIAIS E SEGURANÇA
ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS DE
ACESSO AOS ALIMENTOS DA COMUNIDADE MAÇAMBIQUE/ RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural

Aprovada em Porto Alegre em 21 de agosto de 2006.

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS

Prof^a. Dr^a. Renata Menasche
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques
ESALQ/USP

Dedicatória,

Dedico esta dissertação a memória do meu pai Marcelino Beraldo,
por ter acreditado, que um dos caminhos concretos
para superar a pobreza era a educação

AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe Terezinha, meus irmãos, Elton, Vaneide e a Márcia, os meus cunhados: Frank, Silvano e a Rosana **e as menininhas mais lindas da tia Neide, Camila, Sofia, Gabriela e a Bárbara.**

Ao meu Orientador, **Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos**, pela orientação e pela paciência que teve com uma aluna estranha das ciências humanas, o meu muito obrigado.

Ao Professor **Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques**, que além de tutor e co-orientador, tornou-se um amigo e motivador nos momentos de desânimos.

Aos agricultores da comunidade quilombola Maçambique minha eterna gratidão, em especial a Terezinha e o Senhor Nilson e os mediadores da Emater/RS e o CAPA de Pelotas sem vocês não seria possível este trabalho, muito obrigada.

Ao Francinei pelo valioso auxílio e paciência na leitura desta dissertação.

Aos Professores: Dra. Anita Brumer, Dr. Egon, Dr. Lovois, Dr. Mielitz, Dr. Sérgio Scheneider e todos os demais professores do PGDR.

À Eliane Sanguiné pelo apoio e a amizade

Às meninas superpoderosas vocês serão eternas no meu coração, atenção as ordenei em ordem alfabética: **Adriana, Aline, Juliana, Marlova, Maria Imaculada, Patrícia e Rosani Spanevello** e ao menino poderoso **Guilherme.**

Aos colegas de turmas do mestrado e doutorado (2004/05) pela convivência fica aqui a saudade dos nossos bate-papos, das festas, dos botecos, das alegrias e tristeza compartilhadas nestes dois anos de UFRGS/PGDR.

Ao pessoal da secretaria sempre pronto para nos atender obrigada: Paulo, Seu Gradis, Lisiane e a Simone.

Aos meninos da casa, Andy, Rafa, Valter pela convivência fica a saudade daquele lugar inspirador e aconchegante, obrigada pela acolhida.

Aos companheiros da Juventude Operária Católica (JOC) onde tudo começou vocês estão guardados no meu lado esquerdo do peito.

Ao **David**, que entrou na minha vida nesta fase final da trajetória profissional e se instalou de modo permanente nesta outra que ora se inicia, **com amor.**

Devo estar deixando de mencionar muitos nomes de pessoas nesse momento, mas agradeço a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, os meus sinceros agradecimentos.

Por fim, ao **CNPq** pela concessão da bolsa sem o qual não seria possível haver concluído este curso de mestrado.

Somos muitos Severinos.
Iguais em tudo na vida:
Na mesma cabeça grande
Que a custo é que se equilibra,
No mesmo ventre crescido
Sobre as mesmas pernas finas
E iguais também porque o sangue,
Que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
Morremos de morte igual,
Mesma morte severina:
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte
De fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença).
É que a morte severina
Ataca em qualquer idade,
E até gente não nascida.

(João de Cabral de Mello Neto, 1964)

LISTA DE ABREVIATURAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

EMATER/RS - Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul

EMPAER - Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FOME ZERO - Programa de Segurança Alimentar do Governo Lula.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

ONG - Organização Não- Governamental.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAC - Política Agrícola Comum da Comunidade Européia.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RS-RURAL- Programa de Combate a Pobreza Rural do Estado do Rio Grande do

UNAIC – União das Associações do Interior de Canguçu.

RESUMO

Esta dissertação analisa os conteúdos e interesses presentes no processo de construção da noção de segurança alimentar da comunidade quilombola Maçambique, localizada no município de Canguçu, do estado do Rio Grande do Sul, a partir das ações de intervenções dos mediadores sociais, vinculados ao quadro de funcionários da empresa de assistência técnica e extensão rural - EMATER e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor-CAPA. Parte-se do pressuposto de que esta elaboração oculta uma disputa entre estas duas instituições, em torno dos referenciais da “nova orientação” para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Busca-se, a partir de dados empíricos, analisar as condições e estratégias de acesso aos alimentos pelos agricultores, que contribui para a formação simbólica deste referencial incentivada pelos mediadores sociais. Para isto, utiliza-se o conceito de arena, grupos estratégicos e mediação. Trata-se, portanto, de trazer para o centro da análise os conflitos, interesses e conteúdos presentes e um processo vivo de formação desta idéia, a partir da percepção dos diferentes agentes envolvidos. Nesse sentido, procurou-se identificar os saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas, a partir de uma abordagem antropológica e social. São algumas dimensões empíricas que foram consideradas para o desenvolvimento das análises aqui postas. Assim, identificou-se que as estratégias usadas pelos agricultores na obtenção dos alimentos estão vinculadas a uma rede social, sustentada em princípios de reciprocidade, configurando uma relação didática. Também verificou-se diferentes conteúdos e interesses nas atuações dos mediadores neste processo, ocorrendo uma disputa em torno da percepção da segurança alimentar dentro da comunidade, polarizando duas teses: tecnificação versus exotização por parte dos mediadores. Chega-se a conclusão que estas duas orientações geram uma violência simbólica; além de uma relação de dominação entre mediadores e mediados.

Palavras-Chave: Segurança alimentar. Quilombos. Agricultores. Hábito alimentar.

ABSTRACT

This dissertation, analyzes the contents and interests present in the concept of alimentary safety, as a process of construction in a community quilombola Maçambique, localize in county of Canguçu, on the state of Rio Grande of South, base on work and interventions of the social mediators that belong to the group of workers of the company of attendance technique and extension rural-EMATER and to the Center of Support to Small Farmer-CAPA. It starts with the presupposition that this elaboration, hides one dispute among these two establishments, around of ideas about “the new orientation” for the actions of Attendance Technique and Extension Rural to the Brazil. It looks for, to begin, from empirical data, to analyze the conditions and strategies of accessing the foods by the farmers, which contribute for the formation of symbolic referent, motivate by the social mediators. For this, I use the arena concept of the groups strategic and mediation. So, it's necessary to bring to the center of the analysis the conflicts, interests and contents present in one system, alive, on formation of that knowledge, to start with the perception of this different agents involved. On this sense, it wants to identify the knowledge and uses alimentary by the quilombolas farmers', from one anthropological and social approach. They are some of the empirical dimensions that were taking into account for the developments of the analyses considered here. So, it recognizes that the strategies used by the farmers for obtained the foods; it's connected to one social net, sustained in foundations of reciprocities, which configured one 'diática' relationship. Also it verified different contents and interests on the actuations of mediators' on this process, occurring one dispute around the perception of alimentary safety inside the community that polarize two theses: technicality *versus* exoticism from the mediators. I arrived to the conclusion that this two guidance's generate a symbolic violence, beyond one relationship of domination among mediators and mediated.

Key-Words: Food security. Quilombos. Farmers. Feeding habits.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO..... | 25 |
| 2.1 A construção do debate da problemática da fome | 26 |
| 2.2 O desafio dos técnicos de ATER tornarem-se mediadores | 33 |
| 2.3 Segurança alimentar: um termo em disputa..... | 36 |
| 2.4 Procedimentos metodológicos..... | 38 |
| 3 HISTÓRICO DO GRUPO ESTUDADO | 41 |
| 3.1 O ambiente físico e o contexto social da comunidade Maçambique | 42 |
| 4 SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES QUILOMBOLAS | 57 |
| 5 CENÁRIO DE MEDIAÇÃO | 87 |
| 5.1 Formação do cenário de mediação na comunidade Maçambique | 88 |
| 5.2 O CAPA chegou primeiro!..... | 95 |
| 5.3 EMATER: um desenho sobre os referenciais dos extensionistas rurais | 101 |
| 5.4 Polarização sobre as noções de segurança alimentar pretendida pelas ATER ... | 104 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 108 |
| REFERÊNCIAS | 113 |
| ANEXO 1 Roteiro de entrevistas com os mediadores | 119 |
| ANEXO 2 Fotos dos agricultores da comunidade quilombola Maçambique | 121 |

1 INTRODUÇÃO

O recente enquadramento da categoria agricultor quilombola, nas políticas públicas no começo do ano 2000, trouxe algumas implicações para a instituição de assistência técnica e extensão rural do Brasil. Tanto para as governamentais como para as não governamentais, esta categoria saiu debaixo do amplo “guarda chuva” do grupo de agricultura familiar, para uma outra mais específica, incorporando agora, a questão racial no rural. Devido ao fato de os quilombolas, não terem acesso a terra e viverem em condições precárias, o debate da questão racial nas áreas rurais emerge atrelada à pobreza. Neste quadro, os projetos e as políticas públicas destinadas a esta categoria, são os programas de combate à pobreza rural, quase sempre com recursos vindo do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas - ONU, cujo objetivo é atingir a denominada meta do milênio.

“O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome pela metade até 2015 pode ser cumprido se os países industrializados aumentarem e melhorarem a assistência para o desenvolvimento”, (...) “Reduzir a fome pela metade está em nosso alcance. O que falta é ação para implementar e estender as soluções conhecidas”.(site <http://www.pnud.org.br/milenio/ft1.php>, 02/04/2006).

O projeto do Milênio foi especialmente constituído pelo Secretário Geral das Nações Unidas, em 2002, para desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o atual quadro de pobreza, fome e doenças opressivas que afetam bilhões de pessoas. Segundo este projeto, a maioria dos “**pobres**” mora na área rural dos países em desenvolvimento. Uma das estratégias para amenizar esta situação, é a construção da chamada segurança alimentar destes agricultores tradicionais¹ enquadrados como pobres, ou seja, a partir desta identificação, eles tornaram-se públicos-alvos das ações de combate à pobreza rural por esta instituição, por estarem abaixo da linha da pobreza².

¹ Neste trabalho entende-se por agricultura tradicional como sendo um conjunto de técnicas de cultivo que vem utilizado durante vários séculos pelos camponeses e pelas comunidades indígenas. Estas técnicas priorizam a utilização intensiva dos recursos naturais e da mão-de-obra direta. A agricultura tradicional é praticada em pequenas propriedades e destinada à subsistência da família camponesa ou da comunidade indígena, com a produção de grande variedade de produtos.

² Esta definição é do Banco Mundial, segundo esta instituição uma pessoa está abaixo da linha de pobreza quando não tem U\$ 1,08 por dia. A grande maioria dos trabalhos sobre fome e pobreza no

No Brasil esta missão (de amenizar a fome) nas áreas rurais, coube às empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e as organizações não governamentais que trabalham com o rural. Esta orientação implicou na necessidade de discutir, um outro modelo de desenvolvimento rural.

Esta “nova” proposta de desenvolvimento rural, tem como um dos princípios, a construção da segurança alimentar dos agricultores “pobres”. Coloca ainda em causa, a capacidade dos técnicos de campo destas instituições de ATER, de se tornarem mediadores deste grupo populacional, pois, sobre a luz da atual situação, implicou que estes agricultores saíssem de uma condição de agricultor tradicional para se tornarem público-alvo dos programas de combate à pobreza. Assim sendo, eles “precisam” destes profissionais para acessar determinados recursos e de se fazerem presentes em determinados fóruns de debate. No que se refere às comunidades quilombolas da Metade Sul do Rio Grande do Sul, percebe-se que ocorre uma disputa entre as instituições de ATER, em torno do processo de construção da noção de segurança alimentar nas comunidades rurais quilombolas.

É neste cenário que foi feita a pesquisa que deu origem a presente dissertação, tendo por objeto de estudo os conteúdos e interesses presentes no processo de construção, da noção de segurança alimentar na comunidade quilombola Maçambique, do município de Canguçu do estado do Rio Grande do Sul, a partir da análise do embate entre as condições e estratégias de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas e as ações de intervenção dos técnicos de campo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), juntamente com os técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor de Pelotas (CAPA).

Antes de avançar nas questões da problemática da pesquisa, considerou-se importante situar o leitor em qual contexto foi pensado, o trabalho aqui apresentado. Teve-se a preocupação de romper com os conceitos substancialistas que tratam as comunidades rurais negras como grupos isolados. Ao fazer esta opção teórica, a pesquisadora recusou-se a tomar a temática da alimentação como uma questão exclusivamente técnica, analisando somente as deficiências nutricionais de um dado grupo. Nesta perspectiva, o fio condutor da pesquisa é a perspectiva teórica

estrutural construtivista. Esta linha de argumentação pressupõe que a elaboração de uma problemática de pesquisa é o resultado de opções que a pesquisadora teve em sua trajetória pessoal e profissional. Assim ao cursar o mestrado, é concebida certa liberdade para pensar um objeto e colocá-lo na pauta de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“O ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações que, como escrevia Émile Durkheim em *Les règles de la méthode sociologique*, são como um véu que se interpõe entre as coisas e nós e acaba por dissimulá-las tanto melhor quanto mais transparente julgamos ser tal véu” (LENOIR, 1998, p. 61)

No início do mestrado, o objeto da pesquisadora se parecia com um véu bem transparente, quase invisível. Essa “transparência” encontrara força em suas justificativas da função social da pesquisa. Segundo Lenoir (1998), a função das pré-noções, é harmonizar nossas ações com o mundo que nos cerca e são formadas, pela e para a prática; o que dificulta ainda mais a libertação destas amarras, na medida em que se tornam mais evidentes e legítimas em uma problemática de pesquisa.

A trajetória para se chegar à problemática final foi um tanto longa, pois sendo a pesquisadora agrônoma, com cinco anos de trabalho de campo e militante dos movimentos sociais populares, acabou levando para o mestrado, anos de representações preestabelecidas do seu objeto de pesquisa que de certa forma foi seu objetivo ao ingressar no curso. Estas certezas foram aos poucos sendo desconstruídas, na medida em que a pesquisadora foi tendo contato com as disciplinas das áreas de sociologia e antropologia.

“A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta como aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural. A ruptura é, com efeito, uma conversão do olhar” (BOURDIEU, 2002, p. 49).

A partir da definição que a construção do objeto estaria sustentada na perspectiva da sociologia reflexiva, apareceram alguns conflitos. O primeiro foi na elaboração da

problemática de pesquisa, como romper com o senso comum, com os objetos pré-construídos. Em um primeiro momento, pareceu impossível a construção de uma pesquisa sustentada nesta premissa. O segundo conflito foi em relação à pretensa neutralidade da ciência, ou seja, como poderia a pesquisadora manter-se neutra diante de um objeto de pesquisa, do qual de certa forma, faz parte. Ao optar por um mestrado multidisciplinar na área de desenvolvimento rural, disse um “não” para o mestrado disciplinar e para os agricultores patronais, foi assim, uma escolha que não teve nada de neutro, sendo o resultado das suas opções pessoais e profissionais, considerando que a pretensão da neutralidade na ciência é uma ilusão.

Se for uma ilusão a neutralidade na ciência, quais as medidas de vigilância que devem ser adotadas para elaborar um objeto de pesquisa? Bourdieu (2002) nos dá uma pista para resolver estes dois conflitos, através da história social dos problemas, dos objetos, etc. Nesta ótica, é pertinente apresentar brevemente a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora, relacionando-a com a construção do objeto de pesquisa aqui proposto.

Nascendo na área rural e vivendo até os dez anos neste mesmo lugar, a opção ao cursar agronomia vem desta fase. Considerando fascinante esta profissão, acompanhava sempre que permitidas algumas reuniões de agricultores na companhia do seu avô. Foram nestes espaços que pôde perceber a complexidade do mundo rural.

De certa forma acompanhando a colonização da região Noroeste do Paraná, o auge do café com o trabalho dos *bóias frias*³ nas colheitas, enfim, entre os 10 anos e os 22 anos, pôde me perceber que a qualidade de vida dos agricultores foi caindo muito, alguns perderam as suas terras para o banco, devido ao financiamento que não conseguiram pagar, restando assim a migração para as cidades. Os lugares que eram de pequenos agricultores, tornaram-se fazendas de criação de gado de corte.

Na faculdade, inicia-se a militância na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), realizando estágio de vivência no Movimento dos Trabalhadores

³ É o nome que se dá no Brasil as pessoas que trabalham por dias em diversas lavouras e moram geralmente na cidade, mas não possuem suas próprias terras.

Rurais Sem Terra (MST). Suas opções profissionais vão se concretizando e foi neste contexto que se moldou a sua visão do mundo, conseqüentemente influenciando assim, na opção e práticas profissionais futuras.

Já graduada, indo trabalhar no estado do Mato Grosso do Sul, como extensionista rural nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, onde uma das orientações era trabalhar com o autoconsumo das famílias, construindo a segurança alimentar nestes assentamentos. A contratação da equipe de assistência técnica da qual fazia parte, era uma parceria do MST e do governo do estado do MS. A parceria se fundamentava na justificativa de que a equipe técnica da EMPAER, não estava preparada para trabalhar com os assentados. A concepção de extensão rural desta instituição de ATER é a da grande produção, não cabe aqui detalhar, mas este fato ajudou a pesquisadora a elaborar a problemática de pesquisa.

Quase todos cursos realizados e ministrados neste período, faziam ênfase no incentivo de técnicas agrícolas para a produção de autoconsumo das famílias assistidas, objetivando garantir o acesso aos alimentos das famílias dos agricultores. Há uma certa contradição nesta orientação – construir a segurança alimentar em um lugar onde se produz o alimento, nas áreas rurais produtores de alimentos por excelência.

A origem do curso de agronomia no Brasil está ligada à questão da produção de alimentos. O agrônomo é aquele profissional responsável em produzir alimentos para uma nação, em difundir tecnologias, na fundação das agências de assistência técnica e extensão rural. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na década de 60 foi para atender a este objetivo. O raciocínio era o seguinte: ao aumentar a produtividade das culturas, especialmente os grãos: soja, milho, feijão, trigo conseqüentemente aumentaria a promoção da melhoria das condições de vida da população rural.

A formação de agrônomos, técnicos agrícolas, esteve em sintonia com este projeto. Chega-se no século XXI e os problemas da pobreza rurais e da fome ainda não foram resolvidos, colocando em xeque a orientação de se fazer extensão rural. O início da sua prática profissional coincide com a crise de legitimação do modelo de assistência técnica e extensão rural. Esta tentativa de fazer os agricultores, **de produzir pelos menos para comer** levou a pesquisadora a fazer vários questionamentos em relação à prática da extensão rural no Brasil, culminando assim

com sua entrada no mestrado.

A opção ao fazer o curso de mestrado em desenvolvimento rural foi uma tentativa de entender esta dificuldade, de implantar uma proposta de desenvolvimento rural e levar até o seu fim, com resultado positivo significativo. Esta breve descrição mostra o engajamento da pesquisadora. Como construir um objeto de pesquisa em que de certa forma esteja engajado nele? Como manter um distanciamento prudente deste objeto? Além destas dúvidas, outras foram se somando no decorrer do processo de construção do projeto de pesquisa.

No início estava claro para a pesquisadora que a temática seria sobre segurança alimentar e a intervenção dos técnicos da ATER, com o intuito de englobar as áreas da agronomia e da economia. Ao cursar as disciplinas de sociologia e antropologia, esta certeza foi se diluindo, percebendo-se que é interessante incorporar conceitos destas duas disciplinas no projeto. A vantagem ao cursar um mestrado multidisciplinar, é a oportunidade de ter contatos com várias áreas do conhecimento, várias “janelas” se abrem para pensar um único objeto de pesquisa. A desvantagem é que o tratamento dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), aos cursos de pós-graduação multidisciplinares é o mesmo dos disciplinares. O tempo de duração, o prazo de defesa, enfim isto acaba prejudicando de certa forma a qualidade final das pesquisas, ou seja, dois anos são poucos para examinar as várias “janelas” que se abrem e conceber com seriedade um projeto de pesquisa multidisciplinar. Mesmo diante deste fator limitante, fez-se um esforço para elaborar uma pesquisa, circunscrita nas várias áreas do conhecimento.

Reconhecendo que esta pesquisa está permeada por um certo engajamento, utilizou-se os “poderes” que lhe foram concebidos para escolher e elaborar um projeto de pesquisa, este poder permitiu colocar na agenda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a temática segurança alimentar, agricultores quilombolas e mediadores sociais.

É, pois uma escolha consciente, mas isto não desqualifica a pesquisa em ser mais ou menos científica, muito pelo contrário, exige muito mais responsabilidade e uma vigilância epistemológica mais atenta.

Na década de 90, há uma retomada do debate sobre o desenvolvimento rural, atrelada com a condição de ser sustentável e igualitário, devendo ser

priorizados os grupos populacionais que vivem em situação constante de vulnerabilidade. Os discursos e as agendas dos programas de desenvolvimento estão direcionados nos chamados problemas locais.

Neves (2004) faz uma observação pertinente sobre esta “nova” orientação do debate, para pensar projetos de desenvolvimento nas áreas rurais. Por que qualificar o desenvolvimento, exclusivamente como rural, se é um conjunto de processos interdependentes? Por que esta qualificação vem sendo recentemente retomada, no contexto, em que se apregoa o desmantelamento de fronteiras econômicas e culturais? Por que determinados grupos são selecionados como público-alvo desta proposta de reordenação de vida social?

Uma pista para responder a estas perguntas, é Meta do Milênio coordenada pelo Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Em 1990 foi elaborado em conjunto com os países membros um documento sobre a meta do milênio, cujo objetivo prioritário é reduzir pela metade, a pobreza e a fome nos países em desenvolvimento até 2015. Segundo este documento, os pobres estão nestes países e a maioria vive nas áreas rurais, assim, é necessário retomar o debate sobre o desenvolvimento rural, agora sustentado em bases mais humanas e igualitárias; além de contemplar o cuidado com o meio ambiente. Em 2000 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - elaborou o projeto do milênio⁴ contendo dez tarefas-forças, uma delas é para acabar com a fome.

“A recomendação principal do Projeto do Milênio é a de que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio devem estar no centro das estratégias nacionais e internacionais de combate à pobreza. Para que isso aconteça, os países em desenvolvimento precisam administrar vigorosas” avaliações de necessidades “, para identificar em que ponto está em relação aos objetivos e quais as intervenções necessárias para que se entre no eixo para 2015” (UNDP, 2006).

Neste quadro, há um consenso de que o desenvolvimento rural deve valorizar as formas participativas de construção de mudanças, visando assegurar o atendimento de necessidades fundamentais e inquestionáveis, dada a associação com o

⁴ O Projeto do Milênio foi especialmente constituído pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2002, para desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome e doenças opressivas que afetam bilhões de pessoas. Liderado pelo Professor Jeffrey Sachs. Mais detalhes consultar o site <http://www.pnud.org.br/milenio/>

exercício da cidadania. São estas justificativas que legitimam as intervenções humanitárias, quase sempre autolegitimadas pela pretensão de eliminar formas aguerridas de exclusão do acesso a bens e serviços; pressupõem-se então, novas formas de ação pública que é indissolúvel da construção da identidade social dos públicos-alvos das novas intervenções. (NEVES, 2004).

Embora o termo desenvolvimento rural esteja constantemente sendo redefinido, incorporando novos significados, mesmo assim, ele guarda certos acordos referenciais, como aqueles expressivos da valorização de projetos de intervenções sociais. (NEVES, 2004). Nesta linha de raciocínio no caso em análise, o modelo de desenvolvimento rural pretendido pelo CAPA e pela EMATER nas arenas públicas, é defendido por suas respectivas instituições como sendo o mais legítimo, o mais correto, o mais original e o mais justo.

A partir destas orientações para pensar o desenvolvimento em áreas rurais “pobres”, pode-se fazer mais uma questão. Seriam as proposições desta evolução, para os países em desenvolvimento no atual contexto, como referências para políticas públicas, residuais do processo de globalização? Segundo Lautier (2000) há uma evidência de que tais orientações estão ligadas a resíduos da globalização que por sua vez se ligam com a orientação neoliberal. Para sustentar esta afirmação, o autor analisa a orientação do Banco Mundial no tocante à pobreza e o aparente consenso nas arenas públicas de que é preciso acabar com a pobreza mundial.

A pobreza no mundo vista como amoral institucionalizou-se, logo, ajudar os pobres é uma questão de ética. O Banco Mundial atribui a responsabilidade da pobreza aos dirigentes dos Estados dos países em desenvolvimento, pois estes não foram devidamente atentos aos “seus pobres”, fato que pode ter várias razões, inclusive históricas.

Um exemplo que ilustra bem esta argumentação é o recente enquadramento institucional dos agricultores quilombolas no Brasil. O Estado ao longo do tempo foi negligente para com esta categoria, aboliu a escravidão, mas não os indenizou, portanto, eles são pobres porque foram escravos. O Estado brasileiro nunca reconheceu esta dívida social, para com os agricultores negros. Nesta orientação de intervenção os agricultores quilombolas preencheram todos os pré-requisitos para tornar-se público-alvo da meta do milênio.

Desde a abolição da escravidão, nunca tiveram uma política orientada, com a lei da terra de 1850, ficaram impossibilitados de legalizarem as suas apropriações de terras, passando a ser considerados como ocupantes irregulares de terras devolutas. Sobraram assim, as terras pouco produtivas e de difícil acesso, pelo simples fato de não interessarem aos latifundiários, permitindo assim a formação e a reprodução de comunidades rurais negras, afinal, eles são pobres porque os dirigentes do Estado brasileiro não perceberam este grupo. Jamais foram elaboradas ações de políticas públicas para este grupo específico de agricultores.

É nesta condição que ocorre o enquadramento nas agências de desenvolvimento desta categoria de agricultor, ou seja, são público alvos dos programas de combate a pobreza rural. Este fato trouxe uma implicação, exigiu que eles saíssem de uma condição de pobreza integrada comum a todos os agricultores tradicionais, para uma outra, agora na condição de pobreza dependente (Dos ANJOS, 2003).

Esta “conquista” de novos espaços sociais, pelas comunidades rurais negras exige o domínio da relação entre a sociedade englobante e a comunidade, é aqui que entra à figura do mediador, cuja função é fazer o elo entre estas duas estruturas. (Dos ANJOS; 2003).

No caso em estudo - Comunidade Maçambique - são as duas prestadoras de ATER (EMATER/RS e o CAPA/Pelotas) que disputam este papel. Esta proposta de desenvolvimento rural colocou em jogo novas competências para os técnicos destas duas instituições. A concretização da noção de segurança alimentar pretendida pelas agências de desenvolvimento, está ligada com a capacidade destes técnicos de campo em se transformarem em mediadores sociais. Neves (2004) observa que, em qualquer projeto de desenvolvimento, tanto na fase da elaboração bem como na sua implantação, pressupõem-se a interligação de mundos diferenciados por saberes especializados.

“Mundos que não se interligam imediatamente, dependendo então de múltiplas formas de mediação, isto é, da participação diferenciada de mediadores. Portanto, esse projeto político se assenta na elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social de mediação. Este espaço só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar, com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social” (NEVES, 2004. p.4).

Neste “novo cenário” os mediadores exercem o papel central, pois, os agricultores quilombolas não conseguem sozinhos, constituir-se em portadores de um projeto político próprio. Eles dependem assim de alianças com outros agentes, que partilhem das mesmas intenções de construção, de comunhão de interesses e se apresentem como capazes de formular sistematicamente as demandas, como porta-vozes da crença, na eficácia e na legitimidade da proposição. (NEVES, 2004).

“A injunção de fazê-los “sair da situação de pobreza” cria todo um novo espaço de disputa pela mediação do processo de tradução de suas demandas “mais legítimas” e pela conformação de modelos de “participação”, produção e gestão de formas de “capital social” que tendem a gerar novos esquemas de relação de dominação”. (Dos Anjos, 2003, p. 59)

No estado do Rio Grande do Sul, a intervenção dos programas de combate a pobreza rural, nas comunidades remanescentes de quilombos ocorreu na gestão do Governo Olívio Dutra (1998/2002). Para tal, desempenha papel central o Programa RS-RURAL, projeto de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural, fruto do acordo de empréstimos nº 4148- Br, firmado, em 11 de julho de 1997, entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Institucional (BIRD), no valor de 100 milhões de dólares, com previsão de término em julho de 2005.

Diante deste quadro, as comunidades rurais negras do estado enquadraram-se neste programa pela sua condição de pobreza. As primeiras intervenções referentes ao desenvolvimento rural, na comunidade quilombola de Maçambique foi feita pelo CAPA e posteriormente pela EMATER através do programa RS-RURAL no ano de 2003, suas intervenções partiram do pressuposto que existe um problema, a pobreza rural, que é preciso ser resolvido. Para isso, a primeira estratégia foi incentivar a produção agrícola para o auto consumo das famílias quilombolas, objetivando construir as suas respectivas noções de segurança alimentar, na comunidade Maçambique,

Importante ressaltar que o termo segurança alimentar quando utilizado como parâmetro de políticas públicas, pode assumir diferente significado e conseqüentemente tornar-se um termo em disputa. Parte-se do pressuposto de que, cada instituição tem a sua percepção acerca da temática relacionada a segurança alimentar, portanto, as ações que estão sendo desenvolvidas pelas instituições de

desenvolvimento rural, em relação à construção da noção de segurança alimentar, na comunidade quilombola Maçambique, podem ter diferentes interesses e conteúdos.

É exatamente nesta dimensão em que se insere o objeto de pesquisa desta dissertação. Diante de um quadro de reconstrução das expectativas em torno dos referenciais de ações do desenvolvimento rural e o enquadramento de novas categorias de agricultores familiares, no caso aqui posto os quilombolas, problematiza-se o seguinte: **Quais conteúdos e interesses estão presentes no processo de construção da noção de segurança alimentar na comunidade Maçambique, ou seja, qual segurança alimentar que está sendo construída nesta comunidade?**

Refletir sobre os interesses e conteúdos presentes no processo de construção da segurança alimentar na comunidade quilombola consiste em romper com o consenso favorável que o termo envolve, facilitando os mal entendidos que geralmente, induzem a paralisação do debate. Neste sentido, a pesquisa pretende contribuir na discussão sobre temas relacionados ao desenvolvimento rural. Assunto importante no atual contexto das agendas públicas, principalmente em face do fato de que novas categorias de agricultores: quilombolas, ribeirinhos, mulheres, jovens, estão sendo incorporados, ganhando assim mais complexidades para pensar estratégias de desenvolvimento nas áreas rurais.

Esse debate tem conseqüências importantes em nível local, pois em locais em que antes não havia distinção de categorias de agricultores, agora emergem várias delas, incorporando questão de raça, etnicidade, territórios, portanto são necessários mais estudos que contemplem estes “novos” temas do rural.

Esta pesquisa pretende contribuir no debate da construção da segurança alimentar nas comunidades de agricultores tradicionais, sobre uma outra perspectiva teórica, lançando luzes sobre a dificuldade de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas e as relações de dominações presentes nas estratégias, enfatizando a importância de incorporar o conceito de cultura nos projetos que envolvem o fortalecimento da aquisição de alimentos.

O ponto de partida da análise é a identificação das condições e das estratégias de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas, da comunidade Maçambique.

Esta opção analítica permite evidenciar os saberes e práticas alimentares destes agricultores, além de explicitar as redes de circulação de alimentos e as relações de dominação dentro da comunidade, conseqüentemente as formas de acesso e a influência nas ações de mediação dos mediadores da EMATER e do CAPA.

A hipótese central para dar conta da problemática aqui proposta, parte do pressuposto de que o processo de construção da noção de segurança alimentar na comunidade quilombola de Maçambique oculta uma disputa entre a EMATER/RS e o CAPA/Pelotas, em torno dos referenciais da “nova orientação” para as ações de assistência técnica e extensão rural no Brasil.

O objetivo geral foi identificar os conteúdos e interesses presentes no processo de elaboração da noção de segurança alimentar quilombola, e também analisar as condições e estratégias de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas, bem como as ações de mediação referente à construção da segurança alimentar, incentivadas pelos mediadores sociais vinculados à EMATER e ao CAPA na comunidade Maçambique

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro, o objetivo foi fazer uma discussão teórica dos principais conceitos trabalhados ao longo da dissertação, tendo como fio condutor à teoria estrutural-constructivista. Esta opção deve-se ao potencial analítico desta perspectiva que permite explicitar os interesses ocultos pelo senso comum. Finalizando-se com a apresentação da metodologia e os procedimentos usados no trabalho.

No segundo capítulo, faz-se a caracterização da comunidade quilombola Maçambique, logo em seguida uma reflexão sobre o processo de construção da categoria agricultor quilombola na Metade do Sul do Rio Grande Sul. Para atingir este objetivo utiliza-se o conceito de sistemas agrários e uma breve análise sobre o conceito de quilombo e as disputas que o termo envolve.

A função do terceiro capítulo é subsidiar a análise que vai ser feita no capítulo quatro. Neste espaço faz-se uma descrição dos saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, a partir de uma abordagem antropológica e social. Também se identifica uma rede social de circulação de alimentos.

No quarto capítulo se faz análise do cenário de mediação, local onde ocorrem os

conflitos e interesses de fato e se examina esta disputa em torno dos referenciais de assistência técnica e extensão rural, além de identificar e analisar os interesses e conteúdos presentes neste palco.

Na conclusão busca-se retomar algumas reflexões aqui esboçadas e consolidar certas demonstrações feitas ao longo do trabalho. Chega-se à síntese que as duas concepções acerca do termo segurança alimentar defendido e incentivado pelas as instituições de ATER, geram uma violência simbólica; além de uma nova relação de dominação, a concretização desta noção está intimamente ligada com a necessidade de ocorrer uma alteração, na estrutura fundiária da comunidade estudada.

2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“A construção do objecto pelo menos na minha experiência de investigador - não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análise por meio do qual a mente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (BOURDIEU, 2002, p. 27).

A perspectiva teórica estrutural-constructivista será o fio condutor ao longo da dissertação. Antes de chegar a esta construção pensou-se em várias outras possibilidades de abordar este objeto. No início centrou-se na área da economia, pensando em abordar a segurança alimentar das famílias agricultoras quilombolas a partir do conceito de multifuncionalidade, e também na teoria dos meios de vida de Frank Ellis. Enfim, diante de um leque de opções que se foram apresentando, optou-se por esta abordagem, por diversas razões: uma foi o tempo, não permitiu examinar com segurança estas outras opções, portanto, a escolha desta abordagem deve-se ao seu potencial explicativo da problemática proposta.

Embora a teoria referida seja o fio condutor da pesquisa, o referencial teórico-metodológico foi sendo construído na medida em que necessitava de determinados conceitos para se compreender uma dada realidade. Nesta perspectiva, a abordagem construtiva pode estar vinculada aos estudos sobre definição de agenda, política pública e problemas sociais, que estabelece como alvo de pesquisa os processos sociais “*responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição*” (FUCKS, 2001, p.46). A intenção é trazer para o centro da análise: os conflitos, interesses e conteúdos presentes em um processo de construção da noção de segurança alimentar em uma comunidade de agricultores quilombolas, além de limitar as armadilhas dos conceitos pré-construídos que nos mantêm no senso comum.

Nesta linha de argumentação considera-se o objeto de pesquisa como um processo de desconstrução e reconstrução do social. Um instrumento eficaz que permite romper com a “armadilha” dos objetos pré-construídos. É a história social dos problemas, assim, parte-se do pressuposto de que os problemas sociais que se

apresentam como evidentes, são apenas construtos históricos (BOURDIEU, 2002). Esta construção do passado dos problemas sociais, fatos sociais apresentados como evidentes, ocultam as disputas que foram travadas entre os agentes sociais e ainda continuam, pela construção da realidade social mais condizente com os seus interesses.

A seguir apresenta-se a história social dos temas presentes na dissertação, sustentada no referencial teórico estrutural-construtivista, com o objetivo de romper com a perspectiva substancialista presente nas políticas públicas e intervenções dos técnicos nos projetos de desenvolvimento.

“A história concebida, assim não está inspirada por um interesse de antiquário, mas sim preocupada em compreender porque se compreende e como se compreende”. (BORDIEU, 2002, p. 37).

Por fim expõe-se a metodologia de pesquisa utilizada para dar sustentação empírica às questões propostas aqui, reservando-se um capítulo inteiro para refletir sobre a construção do conceito de quilombos e suas implicações.

2.1 A construção do debate da problemática da fome

Em seu primeiro discurso após a posse, no Congresso Nacional, o presidente Luis Inácio Lula da Silva declarou, que a sua missão até ao final do seu governo, seria acabar com a fome no Brasil.

“Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de” Fome Zero “” (discurso do presidente eleito, no congresso nacional Luis Inácio Lula da Silva, 2003).

Este fragmento do discurso do atual presidente do Brasil, evidência um reconhecimento público de uma problemática social, que há tempo vem sendo construída por diversos agentes sociais. Esta é a primeira etapa da construção de uma problemática social, sendo que logo em seguida vem a legitimação (LENOIR, 1998). O reconhecimento de uma questão implica torná-la digna de atenção.

No dia primeiro de janeiro de 2003, após a posse do presidente da república, a questão da fome no Brasil ganhou o primeiro lugar na pauta da mídia. Após esta primeira etapa, o reconhecimento, da recente construção da problemática da fome no Brasil, o governo precisou de dados que sustentassem esta questão. No caso aqui exposto a mídia desenvolveu um papel central, pois logo após o pronunciamento do presidente, houve muitas reportagens divulgando as vítimas da fome no Brasil. Segundo os jornais, elas estão na sua maioria na região nordeste do país e vivem nas áreas rurais. Deste modo questão do combate a fome se legitimou na arena pública e política do país.

Esta fase implica que seja necessário ter ações que possibilitem a ocorrência de transformações concretas, caso contrário à problemática, da fome, corre o risco de sair das agendas das políticas públicas.

Conseqüentemente, uma das primeiras funções do Governo (Lula), foi definir quem são as pessoas que passam fome no Brasil, ressaltando que esta definição já fora feita pelo Banco Mundial, ao elaborar a meta do Milênio. O que coube ao governo brasileiro foi estratificar quem seriam os primeiros grupos populacionais específicos que passam fome no Brasil, a acessar esta política. Uma das estratégias do governo federal foi tratar a questão da “segurança alimentar” como um tema transversal; as ações referentes a esta questão estão presentes em todos os ministérios e nas secretarias do atual governo, mas caberia a princípio à Secretaria Extraordinária de Combate a Fome¹ e posteriormente ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome a coordenação das ações e

¹ O presidente Lula no início do governo criou a Secretaria Extraordinária de Combate a Fome para elaborar o programa FOME ZERO. Posteriormente extinguiu a secretaria e criou o Ministério de Extraordinário de Segurança Alimentar.(MESA) cujo objetivo consistia em colocar em prática os projetos do Fome Zero, mais tarde ocorreu a fusão deste ministério ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate a Fome.

intervenções referentes a esta problemática.

As ações governamentais e não-governamentais referentes à construção da noção de segurança alimentar nas comunidades quilombolas rurais, estão ocorrendo em um cenário de luta pela preservação de seus territórios, além do enfrentamento diário da pobreza, da opressão e da discriminação que estes agricultores sofrem. É neste cenário que ocorre o enquadramento institucional, tornando-os públicos-alvos das ações de combate à pobreza rural, esta atitude de certa forma surpreendeu as instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pois, na sua origem, elas não foram orientadas para trabalhar com este estrato populacional. A emergência do agricultor quilombola ocorre em um quadro de expectativas de reconstrução das instituições de ATER em torno da implantação de projetos de desenvolvimento rural que possibilitem amenizar as degradações ambientais e combater à pobreza rural.

Nesta “nova orientação” para pensar o desenvolvimento rural, os técnicos de campo das instituições de ATER tornam-se centrais para cumprir esta missão. Este modelo de assistência técnica, aposta na ruptura do modo de pensar do profissional da extensão rural, ou seja, há uma aposta na capacidade do profissional em transformar-se em um mediador. O uso deste termo na dissertação procurou ressaltar o jogo de alianças a partir do qual mediadores e agricultores, tornam-se capazes de formular demandas, graças à interligação de mundos diferenciados, por saberes especializados. (NEVES, 1998).

É neste encontro de visões sobre a questão da segurança alimentar (dos mediadores e dos mediados), que se configuram as arenas e a formação de grupos estratégicos na comunidade quilombola Maçambique. Podem ser formadas várias arenas internas, tanto entre os próprios agricultores como entre os mediadores. Para sustentar este argumento utiliza-se o conceito de arena da teoria interacionista recuperada por Sardan (1995, p1) que seria “*o lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação ao redor do embate comum*”, assinalando assim um espaço local. Este conceito coloca em jogo duas acepções de poder (material e simbólica) dos grupos estratégicos heterogêneos que se confrontam motivados por um destes interesses.

É neste espaço local que se analisa o processo de construção da noção de segurança alimentar da comunidade quilombola Maçambique, através dos discursos dos agentes envolvidos. Compreender o que acontece em torno de dispositivos de uma proposta de intervenção, requer que se atente ao confronto entre as múltiplas lógicas e estratégias dos agentes sociais envolvidos. Aqui destaca-se que os agentes estudados, foram os agricultores quilombolas e os mediadores sociais da EMATER e do CAPA.

Para compreender estas disputas utiliza-se o conceito de referencial de MUELLER (1995), definido como uma estrutura de sentido que permite pensar as mudanças nas suas diferentes dimensões. A partir deste operatório identifica-se o referencial de modelo de desenvolvimento rural, defendido pelas duas instituições de ATER aqui estudadas.

O ponto de partida é a análise das condições e estratégias de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique. Utilizando o conceito de *habitus* de Bourdieu, argumenta-se que as práticas e saberes alimentares destes agricultores são um sistema socialmente construído de disposições, estruturadas e estruturantes, que de um lado reproduz as condições sociais, de outro se constitui como um produto de práticas sociais. Tal princípio auxilia na compreensão dos estratagemas do acesso aos alimentos pelos agricultores, ou seja, implica em dizer que as escolhas dos alimentos é o resultado da interação entre a estrutura social, o sistema de disposições e as condições materiais das práticas cotidianas. (MURRIETA, 1998). Nesta linha de raciocínio, o *habitus* está ligado a rede social.

Podendo por sua vez estar ligado a uma rede social, interna e externa, de circulação de alimentos, na qual também podem estar presentes relações diáticas que configuram laços de clientelismo com os donos de terras e das “vendas” na região, tornando ainda mais complexo o processo de construção da segurança alimentar na comunidade.

Ao se analisar estes conflitos a partir da opção teórica do conceito de arena, no nível local, não significa o não reconhecimento de uma disputa no espaço macro, como os fóruns internacionais, mas o objetivo deste trabalho é analisar a arena no

lugar onde ocorrem de fato as ações concretas de construção da noção de segurança alimentar, ou seja, ao nível local.

Além de conceber a alimentação como sendo muito mais que uma necessidade biológica do corpo humano, considera também que é uma experiência socialmente construída que pode incorporar diversas crenças e significados nas relações e nos discursos sociais que são coletivamente partilhados dentro de uma comunidade. (VIANA, 2003). Nesta linha de argumentação, a referência de segurança alimentar de um grupo está fortemente ligada a sua cultura. Concluindo, a alimentação é um item da cultura, porque representa uma parte da história de vida de um povo, o modo de ser e sentir das pessoas em relação à sobrevivência junto a sua organização. O ato de comer ou alimentar-se evidencia costumes, conhecimentos e crenças.

Na antropologia, a cultura é um sistema de significados criados e transmitidos no tempo, incorporados em símbolos que atuam para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações do ser humano que perpetuam e conformam o seu conhecimento e sua forma de viver, ou seja, um conjunto de mecanismos de controle, receitas, regras e instruções que governam o comportamento humano (GEERTZ, 1978). Este conceito de cultura implica observar e interpretar a realidade e o comportamento do ser humano nas suas diversas formas de agir, e de ser aceite pela sociedade da qual participa. Nesta perspectiva, os saberes e as práticas alimentares, enquanto fenômenos culturais são parte integrante do próprio campo onde os comportamentos e os hábitos são gerados.

Dessa forma a alimentação compreende todo um complexo de fatores, que incluem as proibições e permissões, os conteúdos simbólicos e cognitivos relativos às classificações sociais, a percepção do ser humano e suas relações com as substâncias ingeridas, que contribuem intensamente para a formação dos saberes e práticas alimentares. (WOORTMANN, 1978).

Tais saberes e práticas carregam símbolos que são partilhados entre os membros do mesmo sistema cultural, assumindo um caráter público e não saberes e práticas individuais. Esta afirmação implica dizer que estas práticas são garantidas pelo grupo. São pois, sustentadas nas ações de reciprocidade entre os núcleos de parentescos e vizinhança do entorno.

É possível argumentar ainda que a cultura alimentar é constituída pelos hábitos alimentares em um domínio em que a tradição e o novo têm a mesma importância (MINTZ, 2001). Isto é, não se remete apenas aos aspectos ligados às raízes históricas, pois, os hábitos alimentares do cotidiano são compostos pelo antigo e pelo que se constitui como novo.

O ato de alimentar-se, alimentar seus familiares e aos outros é uma ação que mais reflete a complexidade da vida humana em sociedade. Os saberes e as práticas alimentares dos agricultores quilombolas, de suas famílias e de sua comunidade é um produto da história de vida dos seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de diferentes alimentos da localidade onde residem, e de sua capacidade econômica e física de ter acesso aos mesmos (VALENTE 2002).

Um outro aspecto da cultura alimentar refere-se aquilo que dá sentido às escolhas e aos hábitos alimentares: as identidades sociais aqui podem ser as escolhas modernas ou antigas, o comportamento relativo à comida está ligado diretamente ao sentido que conferimos a nós mesmos e à nossa identidade social.

Diante deste quadro, infere-se que em um processo de construção da noção de segurança alimentar na comunidade quilombola Maçambique, é fundamental conhecer o papel da cultura na alimentação, diferenciar alimento de comida. É a partir desta compreensão, de que **nem todo alimento é comida**, que se faz necessário qualificar, junto aos agricultores pesquisados, no uso da palavra alimentação e outras a ela associadas, e apurar os significados dados em seus discursos sociais. Para Woortmann (1995), a comida possui um significado simbólico, ela fala de algo mais que nutriente, fala da família, de homens e de mulheres, da sua história e cultura, que é a prática inconsciente do *habitus* alimentar.

A compreensão do papel da cultura na alimentação, para se pensar o processo de construção da segurança alimentar na comunidade Maçambique tornam o central na análise, pois existe duas instituições de ATER (EMATER e o CAPA), que imbuídas nesta tarefa, acabam trazendo cada uma delas a sua visão de cultura alimentar para ser proposta a comunidade, podendo assim “colidir” com a cultura alimentar dos agricultores quilombolas.

É justamente neste processo de mediação sobre a percepção do termo

segurança alimentar, que ocorre uma das mais sutis formas de violência, a simbólica, ou seja, *“corresponde ao ato de impor, e até mesmo inculcar, instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários da realidade social, os quais são ignorados como tais”*. (Bourdieu, 2002, p. 12).

Como se trata de duas instituições, com percepções diferentes em relação à segurança alimentar, conseqüentemente interesses e conteúdos diferentes estão presentes, podendo-se afirmar que as duas percepções estão gerando uma violência simbólica na comunidade, e para isto parte-se do seguinte pressuposto: as duas idéias de segurança alimentar perseguidas pelas instituições de ATER e a forma de como concretiza-la geram um tipo de agressão simbólica com conteúdos e interesses diferentes entre elas.

Neste sentido, parte-se do pressuposto que este processo está perpassado por conflitos, nos quais diversos grupos estratégicos confrontam-se. Além de sugerir que pode haver dentro da comunidade diferentes percepções em relação ao termo segurança alimentar, esta afirmativa refuta a visão do senso comum, de que toda comunidade é unida pela tradição, cimentada pelo consenso, organizada por uma visão do mundo partilhada e regida por uma cultura comum.

Sardan (1995 apud. Evers 1988) utilizou o conceito de grupo estratégico para estudar os atores sociais, que estavam envolvidos na construção de projetos de desenvolvimento das aldeias rurais africanas. Os grupos estratégicos aparecem como agregados sociais mais empíricos, que defendem interesses comuns em particular, no lugar da ação social e política. O conceito de grupo estratégico supõe simplesmente numa dada coletividade, todos os atores não têm nem os mesmos interesses nem as mesmas representações e que, segundo os seus problemas, interesses e representações, agregam-se diferentemente. Por conseguinte, pode-se propor hipóteses sobre o que são grupos estratégicos frente a um determinado problema.

Em relação à percepção da idéia de segurança alimentar na comunidade quilombola Maçambique, aponta-se a priori que existem três grandes grupos estratégicos: os agricultores quilombolas, os mediadores vinculados a EMATER e ao CAPA. Os conflitos ocorrem em torno das tentativas das ações para construir a segurança alimentar, pois os diversos conjuntos de saberes e significações entram em contato.

Em contrapartida, as estratégias para a construção da noção de segurança alimentar difundida pelos mediadores sociais, podem carregar conteúdos e interesses diferentes daqueles dos agricultores, alvos de suas ações, bem como entre as duas instituições aqui analisadas. Marques (1996) utilizou o termo “*nebuloso*” para definir as várias percepções existentes, em torno da noção de segurança alimentar. Neste argumento, a noção de segurança alimentar da EMATER pode ser diferente da CAPA, bem como do RS-RURAL e das iniciativas emergenciais da Secretaria de Assistência Social do Município de Canguçu. Em decorrência disso, existe uma disputa em torno do referencial da construção desta noção.

Desta forma, é pertinente a identificação dos conteúdos e interesses presentes na noção de segurança alimentar que está sendo construída na comunidade quilombola, podendo comportar diferentes significados; que refletem a sua apropriação por diversos agentes, com diferentes visões de mundo. Trata-se de uma expressão que assume diferentes significados, muitas vezes contraditórios, de acordo com a percepção de cada agente (PESSANHA, 1998).

As estratégias propostas de desenvolvimento com base na noção de segurança alimentar refletem três ordens de fatores, a saber: as condições econômicas dos grupos em determinada circunstância histórica; o perfil das instituições que tratam desta questão e a apropriação que os distintos agentes econômicos e sociais fazem desta noção (MALUF, 1995).

2.2 O desafio dos técnicos de ATER tornarem-se mediadores

Antes do enquadramento nas políticas públicas, da categoria agricultor quilombola, pelas empresas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural, algumas organizações não-governamentais já se autoprotavam como seus legítimos representantes. No caso aqui estudado, trata-se do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor de Pelotas (CAPA) que reivindica o estatuto de legítimo porta-vozes, dos agricultores quilombolas da comunidade quilombola de Maçambique. Está reivindicação se deve ao fato de que esta instituição foi a primeira a trabalhar

com estes agricultores, em um projeto de desenvolvimento. A intervenção da EMATER começou com o programa RS-RURAL, através dos seus funcionários e técnicos de campos, que são os responsáveis diretos em estabelecer a relação entre os agricultores e implementar as diretrizes dos projetos das suas instituições para este grupo. Neste trabalho, estes funcionários serão chamados de mediadores.

Parte-se do pressuposto, de que qualquer processo de indução ao “desenvolvimento”, tanto a sua elaboração como a sua implantação pressupõe um encontro de diversos saberes, portanto, não é diferente na construção da percepção em relação a segurança alimentar na comunidade Maçambique; está implícito a interligação de mundos diferentes e, para que tal proposta tenha sucesso, faz-se necessário ocorrer uma negociação com a *“elaboração de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores de espaço sociais”*. (NEVES, 2004, p. 4).

Este espaço só terá legitimidade se seus agentes tomarem o cuidado de zelar pelas diferenças que devem administrar, com o objetivo de produzir do diálogo e de uma outra ordem social, ou seja, a pretensão é construir objetivo comum que direcionam as percepções diferenciadas de participação dos diversos agentes envolvidos na proposta de mudança. (NEVES, 2004).

Diante deste raciocínio, o desafio dos técnicos de campo das duas instituições de ATERes é elaborar uma percepção de segurança alimentar na comunidade quilombola Maçambique e, simultaneamente, promover ações concretas que apontem para a construção consolidada desta noção. Nesta ótica, o que está em jogo é a capacidade de se tornarem mediadores, porque o termo segurança alimentar permite múltiplas percepções. É, pois necessário que se envolvam na construção dessa noção de segurança que compreendam a percepção dos agricultores, em relação à aquisição e o garante de abastecimento dos alimentos; para além de identificarem os seus conteúdos, valores culturais e nutricionais. Este processo envolve uma ação de mediação.

Nesta “nova” reorientação de desenvolvimento rural está em jogo a capacidade destes técnicos tornarem-se mediadores; no entanto, considera-se necessário conceituar o que está sendo entendido como mediador.

“São fornecedores de habilidades. Estas só em raríssimos casos estão dentro da tradição social, é mais provável que tenham sido apreendidas (...) de instituições educacionais ocidentais (...), São, além disso, habilidades baseadas no conhecimento especializado de uma literatura alheia às tradições do (local) e que sugere novas alternativas” (WOLF, 1984, p. 345.).

Esta definição foi usada pelo autor para estudar casos contemporâneos da revolução camponesa, na qual novos grupos sociais passavam a fazer a intermediação entre as aldeias e o estado. Trazendo para o caso aqui estudado, é possível fazer uma analogia com a situação estudada por Wolf (1984). Os mediadores adquiriram os seus capitais (técnico, cultural, simbólico e político) durante as suas trajetórias em mundos diferentes dos agricultores em causa, além de possuírem um poder instituído, através das suas instituições que lhes permitem legitimar propostas de intervenções na comunidade. Assim os mediadores, passam a promover a segurança alimentar das famílias quilombolas fornecendo-lhes certas habilidades que propiciam uma “prática de adquirir alimentos”, alheios à realidade daqueles agricultores. Neste contexto torna-se importante ressaltar que não se considera que a comunidade esteja “isolada”, muito pelo contrário, ela tem a sua peculiaridade, mas dentro de uma sociedade complexa.

“Embora não estejam insuladas, mas em permanente relação, guardam não só tradições próprias, como têm formas particulares de se apropriar e interpretar outros níveis e dimensões culturais da sociedade abrangente” (VELHO, 2001, p.22).

Dos Anjos (2003) faz uma observação pertinente em relação à impressão de isolamento geográfico das comunidades rurais negras que a perspectiva substancialista reforça. É certo que os territórios negros rurais mais pobres tendem-se a constituir como grupos corporados de parentesco² (WOLF, 1971), etnicamente diferenciados do entorno.

² Eric Wolf definiu grupo corporado como sendo um grupo que possui um sistema social demarcado, com limites nítidos, tanto em relação aos integrantes quanto com os de fora. Internamente, a comunidade define os direitos e deveres de seus membros e prescreve comportamentos.

“Contudo, esses territórios negros, longe de estarem isolados, se originam, com freqüência e da expansão de um núcleo inicial, mantendo entre si relações estreitas de parentesco, alianças matrimoniais e uma rede intensa de solidariedade. Além dessa rede de relações entre grupos corporados de parentesco típicas do mundo rural, cada agrupamento cria e preserva toda uma rede de relações socioeconômicas densas com suas diásporas nas cidades, sobretudo na capital, o que impede a redução de sua territorialidade ao espaço físico de atividades agropecuárias e de moradia” (dos Anjos, 2003, p 44-45).

Neste cenário, é papel dos mediadores interligar esses mundos diferenciados através de saberes especializados. No caso aqui estudado, **a construção da segurança alimentar** só se viabiliza se os mediadores observarem certas equivalências.

“Por isso, tanto a elaboração do projeto como sua colocação em prática pressupõem a interligação de mundos diferenciados por saberes especializados. Mundos que não se interligam imediatamente, mas a partir de formas múltiplas de mediação[...]. O projeto político só se viabiliza pela produção de certas equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação. Este próprio espaço só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social” (NEVES, 1998, p. 153).

A análise não pode perder de vista que as intervenções dos técnico-mediadores pressupõem uma *indução* a mudanças e, assim, a produção de adesões consentidas dos agricultores quilombolas, para alterar a atual realidade vivida pelos agricultores da comunidade, inclusive no comum acordo sobre o bem-estar vindouro.

Conseqüentemente, o processo de construção da noção de segurança alimentar está associado à constituição de competências e de aparatos institucionais que configurem o campo e as redes sociais integradas, pela provocação de mudança planejada, isto é, de mediadores reconhecidos.

2.3 Segurança alimentar: um termo em disputa

Inscrito no quadro da missão da EMATER/RS, o termo segurança alimentar para esta instituição de ATER refere-se á:

“Garantia do direito de todos ao acesso aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e nem o sistema alimentar futuro”. (<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>, acessado 15/07/2006)

Esta definição é a mesma do documento que o governo brasileiro apresentou na Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, em Roma.

Convém assinalar que esta concepção de segurança alimentar evoluiu bastante daquela concebida de maneira pioneira, no âmbito da política agrícola comum (PAC). A PAC visava, sobretudo, assegurar auto-suficiência europeia em termos de oferta alimentar em função da modernização agrícola de um modelo ideal de produção familiar. O nível médio de renda e, portanto, o acesso ao alimento não se constituiu num problema central de segurança alimentar. A PAC foi implementada em paralelo à construção do Estado do Bem-Estar Social na Europa, e a dimensão da equidade em relação ao acesso ao alimento, não estava presente no cerne do debate sobre a segurança alimentar europeia. Dessa forma, a noção parece associada à forte intervenção pública em vista da garantia da oferta de alimentos e, também, da manutenção da renda dos agricultores europeus.

Tais políticas agro-alimentares foram fundamentais para o desenvolvimento europeu, que foi sustentado pela formação de um mercado de massa, no qual a elevação do poder de compra dos salários resultou da incorporação de parte dos ganhos de produtividade, fortemente influenciada pela disponibilidade de alimentos a preços baixos. Ao mesmo tempo em que se assegurou a auto-suficiência alimentar europeia, desenvolveu-se os meios para a exportação de excedentes, cujos volumes crescentes contribuíram para o fim do amplo consenso em torno da PAC. Oportuno, finalmente, mencionar que o sentido atual da noção de segurança alimentar na Europa, refere-se, sobretudo, aos riscos alimentares e às políticas preventivas associadas a este problema (MARQUES, 1996).

No Brasil, enfatizam-se, por sua vez, os problemas de acesso aos alimentos por insuficiência de renda e equidade, constituindo deste modo, um predicado essencial para a segurança alimentar. Porém, existem muitas controvérsias em relação à forma de alcançar o objetivo de garantir a todos o acesso ao alimento. Pode-se afirmar que a idéia de privilegiar o aumento da produção e diminuir os preços dos

alimentos no mercado, possui um peso considerável no debate. (MARQUES, 1996). Aliás, esta concepção constituiu-se, como um dos factores decisivos na disseminação dos serviços de extensão rural no Brasil na década de 50, através da difusão das tecnologias objetivando aumentar a produtividade e por sua vez melhorar as condições de vida da população rural. A formação dos profissionais do setor das ciências agrárias esteve em sintonia com esta proposta.

Na década de 90, o debate sobre segurança alimentar volta à agenda política graças a Ação da Cidadania³, associada agora ao problema da fome, a falta de democracia e ao acesso à cidadania. Em alguma medida, esta discussão influenciou a elaboração do programa “FOME ZERO”, principal programa social do governo federal atual (MARQUES, 1996).

É nesta condição, de resolver o problema da fome que o termo segurança alimentar passou a fazer parte do cotidiano das ações dos mediadores sociais, da EMATER e do CAPA na comunidade quilombola Maçambique.

2.4 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa enquadra-se na denominação de estudo de caso. Na pesquisa de campo utilizou-se o método qualitativo. Este método permitiu compreender os diferentes significados em torno dos alimentos dos agricultores quilombolas, associados com o conceito de cultura de Geertz (1989) e o conceito de *habitus* de Bourdieu (2002) a combinação desses dois conceitos permitiu construir uma etnografia dos saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas de Maçambique.

“Etnografia é uma descrição densa [...] é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas uma às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar”. (GEERTZ, 1989, p.20)

³ Campanha desenvolvida no ano de 1992 pelo sociólogo Betinho, mas detalhes visitar o site www.ibase.org.br

Nesta pesquisa considerou-se a etnografia como uma técnica de trabalho, centralizada na observação, em entrevistas com os agricultores, em um diário de campo, em conversas informais nos intervalos das entrevistas e na experiência da pesquisadora ao conviver por 27 dias na comunidade Maçambique, participando dos eventos festivos e, convivendo com os agricultores. Com esta técnica de trabalho, deslocou-se a questão da alimentação enquanto somente nutrição ou necessidade fisiológica do corpo. Considerou-se alimentação como uma experiência socialmente construída, que pode assumir diversos significados nas relações e nos discursos sociais que são coletivamente partilhados dentro da comunidade (VIANA, 2003).

Para compreender estes significados em torno da alimentação, utilizaram-se as entrevistas e observações que foram fundamentais, para entender a sua importância no processo de construção da noção de segurança alimentar.

Para identificar as condições e estratégias de acesso aos alimentos dos agricultores quilombolas, utilizou-se o conceito de redes sociais de Landé (1977) as quais, podem ser denominadas de redes sociais de circulação de alimentos. A sustentação destas redes, tem como base às relações diáticas.

Para fins analíticos utiliza-se o ciclo vegetativo do feijão (cultura de valor comercial na comunidade Maçambique) para explicar, como estão configuradas as redes sociais e as relações de dominação presentes na comunidade Maçambique.

O trabalho de campo foi realizado no final do mês de janeiro e começo do mês de fevereiro de 2005, caracterizando assim um período de vivência da pesquisadora, na qual permitiu conhecer melhor as famílias da comunidade e de seu entorno. Enfrentando certa dificuldade para chegar à comunidade, antes de definir o local empírico, fez-se os primeiros contatos com os mediadores, da EMATER do escritório regional, explicou-se a proposta da pesquisa e, posteriormente, contactou-se o CAPA. Definiu-se assim o local de pesquisa que seria a comunidade Maçambique, pela razão de ter ações das duas instituições da ATER, com dois anos de trabalho e estar em processo de reconhecimento da identidade quilombola

No início, não estava previsto visitar e entrevistar todas as famílias da comunidade, mas ao chegar ao local percebe-se o desejo das famílias em receber a pesquisadora, portanto de ser entrevistadas. Somente três famílias não foram visitadas devido à distância, de um conjunto de trinta e oito famílias que fazem parte

do programa RS- RURAL e participam das reuniões do CAPA.

Oportuno dizer que gravou-se todas as entrevistas, mas, para a análise separou-se as famílias em grupos de parentesco e, destes grupos, selecionou-se as famílias mais representativas, pois houve muita repetição de discursos. No último dia da vivência, as lideranças da comunidade convocaram uma reunião na qual foi novamente explicado o objetivo da pesquisa.

A entrevista com os mediadores da EMATER/RS do Canguçu ocorreu na terceira semana de abril de 2005, no qual quatros mediadores que trabalham diretamente no campo, com as comunidades quilombolas da região foram entrevistados. Logo em seguida realizaram-se as entrevistas com os mediadores do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA/Pelotas). Também foram realizadas entrevistas com o presidente da Associação de Agricultores do Interior de Canguçu, com a primeira dama do Município e responsáveis pela as ações de bolsa emergencial contra a fome. Durante a permanência na comunidade, a pesquisadora teve ainda contatos com os donos das vendas e acompanhou a família onde estava hospedada nas compras. Ocasão que teve a oportunidade de verificar os preços dos produtos.

Além das entrevistas, consultaram-se as fontes secundárias, entre as quais se destacam os relatórios da meta do milênio 2015, o relatório de levantamento da situação das comunidades negras do Estado do Rio Grande do Sul, feito em convênio entre o IICA/EMATER/RS e outras consultas bibliográficas.

3 HISTÓRICO DO GRUPO ESTUDADO

A Comunidade quilombola “*Maçambique*”, do Município de Canguçu está localizada na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. É composta por descendentes dos escravos, que trabalhavam nas charqueadas e nas estâncias da região no século XVIII. Com a consolidação deste sistema de produção se efetiva de vez a escravidão no estado, concentrando-se na Região Sul. Devido à localização estratégica próxima ao mar e as planícies amplas, possibilitaram a expansão e a consolidação do sistema de produção escravocrata.

Embora a charqueada¹ fosse um empreendimento próspero, viveu em uma crise permanente. Primeiro, sofria concorrência direta com o charque da bacia do Prata e, segundo, esta produção no Brasil desenvolveu-se graças a maneira peculiar pela qual se articulou com a economia propriamente colonial². Neste contexto, ela se caracterizou como uma economia subsidiária (CARDOSO, 1964).

Devido a este fato, considera-se que a comunidade Maçambique, assim como as demais comunidades rurais de agricultores negros da Metade Sul, que hoje reivindicam a identidade quilombola, foram formadas a partir da desagregação desta economia subsidiária. A ausência de políticas públicas e de oportunidades de trabalhos, é um reflexo dessa histórica condição de exclusão pela qual passaram as comunidades quilombolas. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi criado o único instrumento jurídico que reconhece os direitos destas comunidades.

Neste quadro, o objetivo deste capítulo consiste em refletir sobre o processo de construção da categoria agricultor quilombola, na Região da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, especialmente no Município de Canguçu. Fez-se uma opção analítica de compreender este grupo a partir dos sistemas agrários vigentes da época colonial, passando pela desagregação do sistema escravocrata das

¹ Sistema de produção industrial do charque, tendo como método a salga visando a conservação da carne bovina para comercializar nas regiões sudeste e nordeste do Brasil, além de exportar para outros países. Mais detalhes consultar a obra MAESTRI, Mário. O Escravismo no Brasil, Atual Editora, São Paulo, 1994.

² Consultar a obra de CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional 1964.

charqueadas, da Metade Sul. Esta escolha justifica-se pela possibilidade de romper com o conceito de quilombo construído no período colonial

3.1 O ambiente físico e o contexto social da comunidade Maçambique

A comunidade quilombola Maçambique é formada pela antiga comunidade Rincão do Progresso e Santo Antônio, somando 38 famílias, do terceiro distrito do município de Canguçu do estado do Rio Grande do Sul que está localizado na região da Serra dos Tapes, distando 300 quilômetros de Porto Alegre por via rodoviária, sendo que o acesso principal é pela Rodovia BR 392. Canguçu faz fronteira com o município de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao Sul com Cerrito, a leste com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço e a oeste com Piratini.

É importante ressaltar que a área pertencente à comunidade não foi demarcada ainda, não se tendo por isso, um número exato da extensão do território. Durante a coleta de dados do presente trabalho, alguns agricultores desenharam o mapa da comunidade, onde enfatizaram os locais de moradia e os núcleos de parentesco dos agricultores quilombolas.

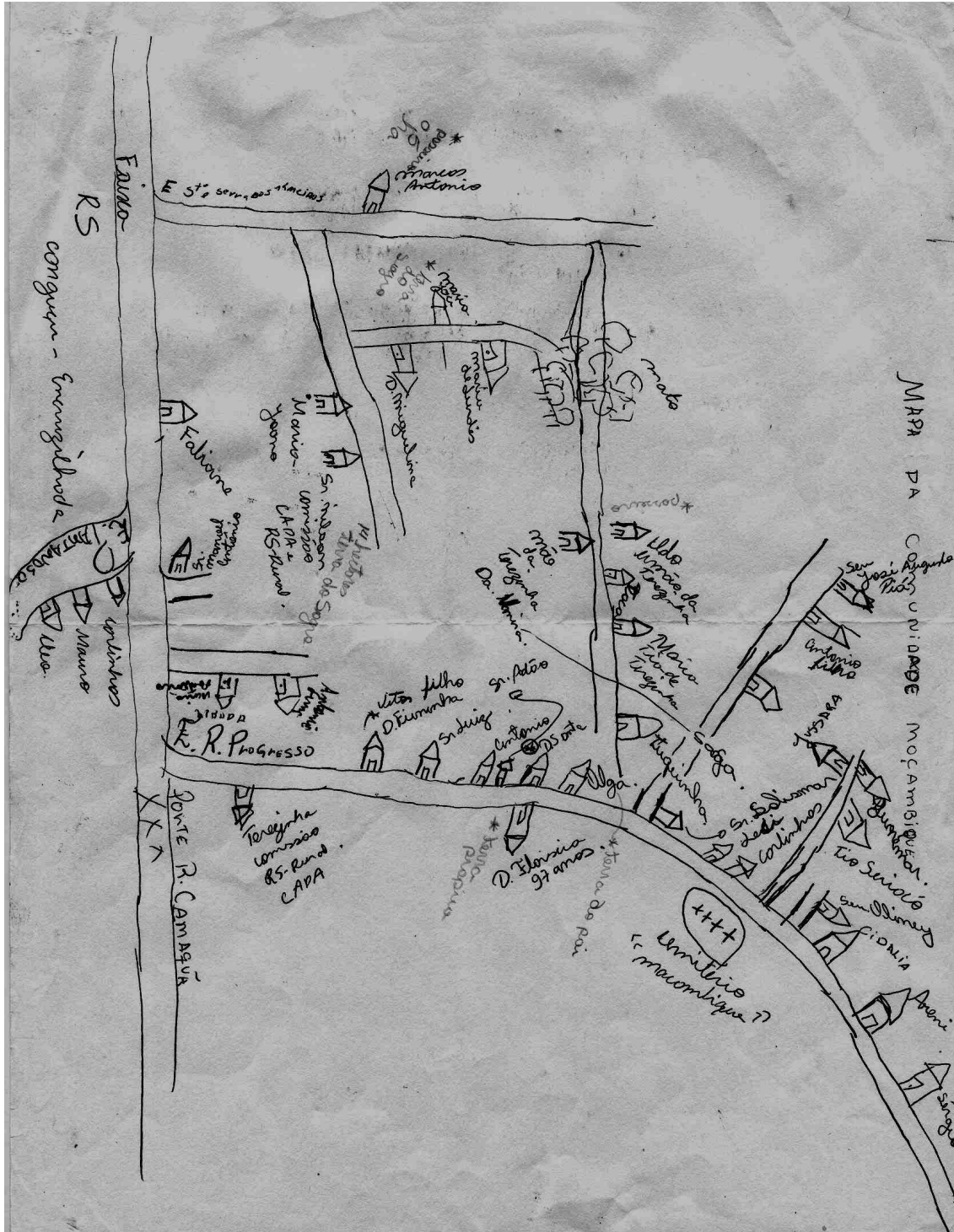


FIGURA 1: Mapa da comunidade desenhada pelos agricultores quilombolas, FEVEREIRO DE 2005. Fonte: da autora.

A partir deste mapa feito pelos agricultores, pode-se concluir que a demarcação das terras da comunidade quilombola Maçambique, vai ser um processo difícil e complexo, pois, existem alguns núcleos de parentesco isolados dos demais, não formando uma área contínua. Um exemplo é o núcleo dos Ribeiros, que atualmente estão morando no fundo de uma fazenda particular, na qual o dono cedeu uma

pequena parcela para construírem as casas e cultivar algumas plantas, sendo que a distância do núcleo quilombola mais próximo está em torno de quatro quilômetros. Importante ressaltar que mesmo com esta distância, eles pertencem à comunidade Maçambique.

O processo de reivindicação da identidade quilombola começou com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor Familiar, através de várias reuniões realizadas na comunidade visando iniciar o processo de reconhecimento dessa identidade.

As primeiras reuniões visavam constituir alternativas de geração de renda (oficinas de artesanato, trabalhos manuais), a melhoria da alimentação (implantação de hortas caseiras, resgates das sementes crioulas), e o fortalecimento da identidade cultural (oficinas de capoeiras e trabalho de preservação das casas de torrão).

A referência da territorialidade negra remete a um negro conhecido como Maçambique, que era um homem baixinho, negro mina³ e que foi morto pelos capangas dos fazendeiros da região. Segundo alguns moradores da comunidade, o motivo foi porque ele sabia muitos “segredos” dos fazendeiros da região. Os seus companheiros atenderam ao seu pedido e o enterrou em pé na cova. Atualmente, algumas pessoas acendem velas no seu túmulo, pois acredita-se que ele os ajuda nas tarefas mais difíceis.

Esta história tem conexão com os documentos sobre quilombos do cartório de Pelotas, nos finais dos anos de 1790. As charqueadas das margens do arroio Pelotas determinaram grande concentração de trabalhadores escravizados. Em 1833, o município de Pelotas possuía 10,873 habitantes. Entre eles 5.623 eram cativos, 3.911 livres, 1.137 libertos e 180 índios (MAESTRI, 1984). Devido ao relevo plano de Pelotas, os escravos fugiram para as regiões da Serra de Tapes. Neste período, há relatos nos documentos sobre um quilombo itinerante liderado por Alexandre Moçambique. Quando eles eram descobertos os aquilombados restantes embrenhavam-se nas matas, reagrupando-se em outros grupos. A história da comunidade de Maçambique pode estar ligada a este quilombo itinerante.

³ Referência aos negros vindo da Costa da Mina denominação dada aos escravos procedentes da Costa a leste do Castelo de São Jorge de Mina (VERGER, P. Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. São Paulo: Currupio, 1987).

Outro fato que possibilitou o agrupamento destes agricultores negros foi que muitas famílias mesmo depois da abolição continuaram morando dentro das estâncias como criados ou “meio cativos”. Com o decorrer do tempo, os estancieiros, principalmente depois do estatuto do trabalhador rural de 1964, cederam terras no morro das suas fazendas para estas famílias, ficando assim desobrigadas de pagar os direitos trabalhistas desta lei. Atualmente a comunidade Maçambique está em processo de reconhecimento, mas antes das ações do CAPA, a maioria nunca tinha ouvido falar a palavra quilombo.

Algumas famílias ainda preservam antigos rituais dos seus antepassados. Por exemplo, ainda é forte o ritual da preparação do nascimento das crianças que começa com a coleta de água benta na noite de São João. Ao nascer, as crianças devem ser apresentadas à lua, antes do sétimo dia, para que ela os proteja. Acredita-se que se esse ritual não acontecesse, a criança não sobreviveria. Ao fazer isso a mãe fala as seguintes palavras: **“lua, luar toma esta criança e me ajuda a criar”**. A criança é batizada em casa com a água benta colhida, na noite de São João.

3.2 Quilombo: um conceito em disputa.

O reconhecimento jurídico da existência de quilombos no Brasil, retomou as expectativas em torno do reconhecimento, das áreas das comunidades chamadas oficialmente de “remanescentes de quilombos” que há tempos vêm lutando para atingir este objetivo. Neste sentido, propõe-se fazer uma reflexão sobre as dificuldades de reconhecer as áreas hoje, que na Metade Sul do Rio Grande do Sul são conhecidas como “*terras dos morenos*”. Mesmo antes da Constituição Federal, de 1988 e do artigo 68⁴, já havia mobilizações populares em torno da questão quilombola liderada pelo movimento negro.

É, pois a historiografia, um instrumento consistente para recuperar fatos que

⁴ Constituição Federal 1988 artigo 68 Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

ilustram a dificuldade de reconhecer as terras dos agricultores descendentes de escravos. No Brasil para pensar a estrutura agrária, utilizavam-se duas categorias básicas: a primeira, para o Censo Agropecuário do IBGE refere-se a *estabelecimento* e, a segunda, para fins estatísticos cadastrais do INCRA refere-se *imóvel rural* (ALMEIDA, 1993).

Os limites destas duas categorias revelaram que quando foi elaborado o Cadastro de Glebas do INCRA no ano de 1985, apareceram outras formas de apossamento da terra que não se enquadravam nestas duas categorias previamente definidas, colocando assim em evidência seus limites (ALMEIDA, 1998).

Existem muitas áreas rurais no Brasil que têm estas características de apossamento de terras: não são individuais, equivalentes ao imóvel rural, cujo conceito funda-se na idéia de propriedade. Mas também, não estão apoiadas na noção de unidade de exploração, tal como o IBGE define estabelecimento em termos de categoria censitária. Um caso típico é a “*terra dos morenos*”, que além do Rio Grande do Sul, encontra-se em vários outros estados do Brasil, com outras denominações.

Através da mobilização dos movimentos populares rurais, o INCRA acabou reconhecendo, em 1985, sob uma rubrica peculiar, a denominada “*ocupações especiais*”. Este fato abriu precedentes para o reconhecimento de apossamentos similares da terra. Embora de forma ainda incipiente, um outro critério de classificação emerge, tendo vocação para comportar estas situações extraordinárias e que cuja legitimidade passa a ser reconhecida (ALMEIDA, 1998).

Em certa medida este critério, contemplou as terras de uso comum – entre elas as *terras dos morenos* - cuja característica não é coletiva, no sentido de intervenção deliberada e proposital (ALMEIDA, 1998).

Os agentes que assim se denominam o fazem segundo um repertório de designações em que variam consoantes as especificidades das diferentes situações. Pode-se que adiantar compreendem, pois uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos consoante práticas e representações próprias. Assim ficou aparentemente firmada a expressão oficial *ocupações especiais* que designavam, entre outras situações, as chamadas *terras de preto*, *terras de santo*, *terras de índios* e *terras dos morenos*, tal como definidas e acatadas pelos próprios grupos sociais, que estavam classificados em zonas críticas de tensão social e conflito (ALMEIDA, 1998, p. 45[termo acrescido]).

Convém interrogar aqui se as expectativas destes grupos sociais foram atendidas neste momento? A resposta não é positiva, pois o governo deu a entender que reconheceria estas ocupações especiais, mas pressões de grupos ruralistas bloquearam o processo. Esse fato provoca certo refluxo dos movimentos populares rurais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁵, as expectativas são novamente retomadas pelos movimentos populares rurais e, o movimento negro urbano com alguns intelectuais ligados a questão. Todavia este artigo, não eliminou totalmente os entraves para o reconhecimento legal das terras denominadas de uso comum, pois revelou ser um instrumento jurídico restritivo para a maioria das situações encontradas, sob a denominação de ocupações especiais.

Esta limitação se deve à circunstância, de que o artigo 68 estabelece um dispositivo muito mais voltado para o passado e para o que idealmente teria “sobrevivido” sob a designação formal de “remanescentes das comunidades quilombolas”. (ALMEIDA, 1996).

A maioria dos estudos realizados neste período, sobre esta questão, empregou as fontes bibliográficas disponíveis, sem propor uma releitura crítica e difundindo um conceito de quilombo vindo do período colonial, formulado em 1740 pelo Conselho Ultramarino em resposta ao rei de Portugal. Tal conceituação considera quilombo

⁵ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”⁶. (ALMEIDA, 1996, p 12).

Esta definição contém cinco elementos: o primeiro, a fuga; o segundo, a quantidade mínima de “fugidos”; o terceiro, o isolamento geográfico; o quarto, a moradia de tipo “rancho” (estado provisório) e, o último, a existência de pilões. (ALMEIDA, 1998). Geralmente esta percepção, ainda está presente no imaginário da maioria dos profissionais responsáveis pelo reconhecimento destas comunidades. Estes agentes tendem pois, a buscar e valorizar os vestígios arqueológicos que possam confirmar o enquadramento de determinadas comunidades no conceito colonial, mas na maioria das vezes, não encontram nada de auto-evidente, frustrando assim as reivindicações comunitárias em razão de uma concepção obsoleta de quilombo. Esta “frustração”, de certa maneira, possibilitou a emergência de um amplo debate em torno de novas referências, para o reconhecimento destas comunidades quilombolas.

Quais eram os instrumentos operacionais para se efetivar essa questão colocada na ordem do dia constitucional? Como distinguir com clareza as situações de ação de titulação definitiva? Qual o esquema interpretativo disponível e apropriado para dar conta dessa contingência histórica sociológica [...] Qual o conceito de *quilombo* que estava em jogo? (ALMEIDA, 1993, p. 46)

Oportuno aqui insistir que as definições com pretensão classificatória são, na essência, arbitrárias, tratando-se de um campo de conflito. O debate pós-1988 em torno da questão quilombola, revela os diversos interesses em jogo “no qual o fator étnico foi publicizado, tornando-se uma componente dos critérios político-organizativo” (ALMEIDA, 1998).

Os movimentos sociais ligados a esta questão, na sua maioria, recusaram o caráter restritivo e limitante do único instrumento legal de reconhecimento de terras sob o domínio das comunidades, elaborado entre a abolição de 1888 e a Constituição de 1988. Tal recusa e os conflitos em terras quilombolas, favoreceram o surgimento do movimento nacional das comunidades **quilombolas**.

⁶ Mais detalhes consultar a obra *A escravidão no Brasil*. De Perdígão MALHEIRO, 1866-67 Rio de Janeiro.

Segundo Almeida (1998), existe a necessidade de pensar na construção de um outro conceito de quilombo, a fim de considerar integralmente a gênese das comunidades rurais negras no Brasil que hoje reivindicam a identidade quilombola.

Esta opinião é pertinente no atual debate sobre a necessidade de ampliação deste conceito de quilombo. Opinião esta que vem contribuir e fortalecer o conceito adotado nesta pesquisa.

Uma opção para se pensar em um conceito mais amplo de quilombo pode ser o processo de desagregação das fazendas de monocultoras que permitiu a emergência de uma categoria de camponeses. Esta perspectiva aproxima as comunidades quilombolas das comunidades camponesas.

Trata-se de uma ruptura com o conceito de quilombo elaborado no período colonial. A constituição de novas referências para conceituar “quilombo” tende a abranger uma diversidade de situações, inclusive aquelas relativas a compra de terras por famílias de escravos alforriados. (ALMEIDA, 1998).

O decreto nº 4887⁷, de 20 de novembro de 2003 é o resultado de anos de lutas do movimento negro, ONGs e, intelectuais ligados a esta questão, possibilitaram a revogação do anterior nº 3912⁸ e assegurou conquistas importantes para as comunidades quilombolas. Afirmando que a caracterização destas comunidades quilombolas, será atestada mediante critérios de autodefinição e autoatribuição, nos termos da Convenção 169 da OIT que tem como princípio que a “consciência da identidade é o único critério admitido para determinar-se tal ou qual condição”, com este decreto, a rigidez em torno do conceito de quilombo começa a ser desfeita. Cada grupo tem sua história e constituiu sua identidade a partir dela.

Atualmente, o conceito de quilombo está perpassado de conflitos, dos quais vários grupos estratégicos disputam que conteúdos deve ter este “novo” conceito,

⁷ Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

⁸ Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida à propriedade sobre terras que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e;

II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

que envolve emergência de identidade e necessita de estudos sobre etnicidade e raça no meio rural.

3.3 Sistema agrário escravocrata das charqueadas

O objetivo deste tópico é apresentar uma reflexão sobre a origem da comunidade Maçambique, a partir da teoria do sistema agrário de Mazoyer (2001), o intuito é refutar o conceito de quilombo concebido no período colonial, no qual concebe as núcleos quilombolas como áreas isoladas.

Neste sentido, o primeiro sistema agrário majoritário no Sul do estado do Rio Grande do Sul, foi o escravocrata das charqueadas. A principal função deste sistema agrário no Brasil foi dar sustentação para a economia de *plantation*, cujo objetivo central, era enriquecer a metrópole – Portugal. Os princípios do mercantilismo fundavam-se na idéia de que a riqueza essencial para um Estado se constituía na dimensão de seus recursos materiais. Para acumular esta riqueza, o comércio exterior tornava-se necessário.

Na falta de minerais preciosos nos primeiros anos de exploração do Brasil, implantou-se a plantação açucareira, cuja lógica fundava-se no sistema escravista. Na Metade Sul, implantou-se o sistema saladeiril e, posteriormente, o sistema das charqueadas. Ambas tendo como base a mão-de-obra escrava e dando sustentação à primeira cultura que na realidade era a âncora da economia colonial. Estes sistemas agrários fundam a estrutura social brasileira.

Neste panorama, a expansão da pecuária do Rio Grande do Sul contribuiu com a sustentação da economia monocultural, tornando-se dependente desta última. Cardoso (1977) afirma que para compreender a economia sulina, é preciso analisar a função que ela desempenhou de economia subsidiária, mas de vital importância.

O sistema de produção pecuária na região Sul manteve-se inalterado, sem avanços na técnica do manejo do gado até por volta de 1870, quando ocorreram grandes inovações, como o cercamento dos campos e a introdução de novas raças. Logo, antes das estâncias se constituírem de forma estável em propriedades, antecedeu uma primeira, bastante precária e provisória de ocupação do território: o que existia de concreto eram os currais, lugar onde ficava o gado apanhado na caça.

É importante fazer uma ressalva, nas estâncias, também se praticava a cultura de subsistência (MAESTRI,1984). A alimentação advinha essencialmente da propriedade, sendo os escravos responsáveis por esta produção. De toda forma, a riqueza do estancieiro era derivada da venda do gado.

Nos moldes da produção industrial, no final dos anos 1800, o sistema de charqueadas implicou na modernização das estâncias, levando assim a desagregação de algumas delas que não se enquadravam nesta nova ordem. A rapidez dessa desagregação levou muitos produtores à ruína, não permitindo o reajustamento em tempo oportuno aos novos mecanismos de ação econômica, necessários, para a manutenção do trabalho produtivo e para a base da mão-de-obra assalariada (MAESTRI, 1984).

O sistema escravista encontrava suas próprias contradições, os escravos que não eram destinados ao trabalho agrícola deviam ser alimentados, o que representava um problema difícil de resolver, pois significava na sua lógica que os senhores trabalhassem para seus próprios escravos (MEILASSOUX, 1995). Além disso, os estancieiros sofriam a concorrência com a produção do charque da bacia do Rio da Prata, com preço de produção muito mais barato.

Nesta época, ocorriam muitas revoltas de escravos na região, complicando ainda mais a gestão das estâncias fundadas no sistema escravagista, sobretudo pela implicação econômica de manter o sistema de produção, com a esperada concentração de riqueza. Pode-se sugerir aqui que uma das evidências do seu esgotamento e saturação tenha sido a emancipação dos escravos: as alforrias em múltiplas fazendas da região foram comuns nesta época (LEITE, 2004). As terras de heranças, fundadas no mito do bom patrão, podem ser explicadas desta maneira.

O caso da Fazenda de Casca, localizada no Município de Mostardas na Metade Sul, ilustra bem este fato: o dono da fazenda oficializou as alforrias por meio de um testamento que previu igualmente a doação aos escravos das terras, casas e gado como reconhecimento e pagamento por uma vida de dedicação e trabalho.

Entre 1815 e 1830, houve uma seqüência de alforrias nas fazendas vizinhas, todas realizadas através de testamentos deixados pelos fazendeiros, sendo que em alguns deles os escravos também receberam terras, como foi o caso da Fazenda dos Teixeiras, localizada aproximadamente a 55 km da Comunidade de Casca.

Esta atitude é vista por Leite (2004), como uma das formas dos senhores usufruírem o trabalho de seus escravos, contando com a obediência e dedicação dos mesmos. Era freqüente a estratégia de prometer-lhes liberdade após a morte de seus amos, o que prendia sutilmente o cativo em razão de uma promessa de liberdade. Além das dificuldades econômicas vividas pelos estancieiros na época, Leite (2004) sugere que o papel de uma terra de libertos na região responderia à necessidade social de se estabelecer um lugar para concentrar os negros, evitando assim possíveis problemas de migrações sem um rumo ou paradeiro.

Os complexos rurais autárquicos só entram em franca decadência no final do século XIX, com o fim da escravatura e o começo da centralização da produção não agrícola nos centros urbanos. No exemplo citado, enquanto liderança da região, o proprietário da Fazenda de Casca doa uma parte da estância para os escravos, o que pode ser um indício de que esta decisão associa-se a uma antecipação de eventuais problemas sociais, numa região que estava afetada seriamente por uma crise econômica. Aqui é importante notar que o testamento tinha uma cláusula de inalienabilidade que visava resguardar o patrimônio doado aos ex-escravos, através da proibição da sua repartição e venda. (Leite, 2004).

A finalidade da terra fica mais evidente: como os escravos não podiam vender as terras doadas por herança, o quilombo se estabelece como um espaço de organização social e econômica dos ex-escravos, contemplados pelo testamento e também de outros escravos da região. Configura-se uma comunidade de camponeses, numa perspectiva menos idealista, em uma conjuntura de situação econômica difícil e de crescentes revoltas de escravos na região. Nesse caso, o testamento beneficiando os negros pode ser visto como uma solução muito mais forte para resolver a crise socioeconômica da elite escravocrata gaúcha do que um ato altruísta por parte dos senhores abolicionista.

3.4 Sistema agrário das comunidades quilombolas

O sistema agrário das charqueadas, acima apresentado, nos fornece instrumentos para pensar em um conceito de quilombo muito mais amplo, permitindo conceber um sistema agrário quilombola, com características muito peculiares e distintas daquele outro sistema agrário. Parte-se do pressuposto de que este sistema desenvolveu-se simultaneamente, com o outro sistema majoritário da região, cuja função desta, era dar sustentação para o sistema das charqueadas.

À medida que este sistema agrário “majoritário” entra em crise, o poder de coerção, com métodos violentos dos estancieiros dilui-se, dando lugar a um outro tipo de relação de dominação, não mais baseado em métodos violentos, possibilitando a emergência dos sistemas agrários quilombolas. Com a Lei de Terras de 1850, este sistema agrário, perde espaço para um outro sistema, agora o dos agricultores de origem européia, ou seja, com este fato o sistema agrário quilombola volta à sua condição original, de ocupante ilegal de terras e permanecendo assim até os dias atuais.

Por este raciocínio percebe-se que os sistemas agrários da época eram interdependentes. Além do mais, é provável que o sistema agrário quilombola tenha se desenvolvido dentro das estâncias, uma vez que estes estancieiros precisavam de alimentos para manter o complexo agrícola. Posteriormente, com a decadência e o enfraquecimento do poder dos estancieiros, estabelecem-se às relações de patronagem e compadrio, situação muito parecida com o estudo feito por Garcia Junior (1989) na década de 1970, no Nordeste do Brasil.

[...] As famílias dos grandes proprietários residiam no *engenho* e viviam de seus produtos e rendimentos, mas não participavam diretamente dos trabalhos agrícolas [...] Até 1888, os senhores de engenho possuíam escravos negros de origem africana [...] depois da abolição apoiavam, sobretudo no trabalho de todos aqueles que estavam submetidos a eles pelo simples fato de residirem em seus domínios, os *moradores* [...] Ser *morador* ou tornar-se morador significa se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente [...] Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas se havia trabalho no engenho. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.38).

Esta idéia rompe com o senso comum que atribui a todos os quilombos como sendo um lugar de isolamento em relação às grandes propriedades, não tendo tampouco relação com o mercado. Este quadro nos leva a pensar que os quilombos na metade Sul foram formados a pouca distância da casa grande, situação muito parecida com que o Almeida (1998) encontrou no Estado do Maranhão. A terra é o lugar onde se investiu e se investe trabalho, de onde se tira o alimento que viabiliza a permanência das famílias e a sucessão da vida. A instabilidade inerente à produção agrícola por causa do clima e outros fatores imprevisíveis, junto com a falta de apoio financeiro, obrigava a manter fortes relações de vizinhança e parentesco entre os agricultores quilombolas. Nos períodos mais difíceis, eram estas relações de reciprocidade que permitiam a reprodução das famílias. A troca de produtos entre as famílias era muito comum. Mesmo quando as colheitas eram boas, ocorriam trocas intensas de produtos entre as unidades familiares e, em alguns casos, empregavam-se os excedentes para a alimentação dos animais, devido a dificuldade de comercialização.

Tal sistema, fundado no uso comum das terras, na reciprocidade entre vizinhos e parentes e na inalienabilidade da terra, permite supor que as terras doadas em forma de herança ou concedidas pelos estancieiros em ruína foram um dos destinos de fuga e abrigo de escravos fugitivos, originando assim as chamadas “*terra dos morenos*” na Metade Sul.

3.5 Enquadramento institucional da categoria agricultor quilombola

A origem de um grupo social, não pode ser entendida apenas através de processos econômicos de transformações (MEDEIROS, 2002 apud Thompson, 1987; Bourdieu, 1989). Dessa perspectiva, o enquadramento institucional dos agricultores quilombolas, como grupo dotado de uma identidade étnica coletiva, liga-se não só à trajetória histórica do sistema escravocrata, entre outros elementos, mas também ao trabalho do Movimento Negro, nomeadamente às críticas de alguns intelectuais ligados a esta questão e a intervenção do Estado, no sentido da elaboração de políticas para esta categoria social. Todos estes fatores são fundamentais neste processo de construção.

Leite (2004) lembra que a luta para o enquadramento institucional destes agricultores começou nas décadas de 30 e 40 através do movimento Frente Negra Brasileira. O debate retorna a cena política, no final dos anos 70 e no começo dos anos 80, durante a redemocratização do país. Como uma bandeira de luta, se inicia no começo do século XX e chega ao século XXI.

Falar dos quilombos e dos quilombolas agricultores no cenário político atual é, pois falar de uma luta política que tem conseqüência na reflexão científica, em processo de construção desta categoria social (LEITE, 2005, p. 1).

Segundo Almeida (1998), a emergência da categoria social quilombola não ocorreu de forma isolada. Junto com ela, construíram-se outras categorias essenciais para a interpretação da estrutura agrária, como as quebradeiras nos babaçuais no Maranhão e os seringueiros do Acre. Estas formas de apossamento da terra nos levam a incorporar o fator étnico para pensar a atual estrutura agrária. Os critérios de competências, particularmente dos agrônomos ou dos arqueólogos tornaram-se assim, insuficientes para identificar etnicamente as comunidades que reivindicam a identidade quilombola, além de ampliar a noção de territórios.

Contemplar os critérios de autodefinição na construção desta categoria social, implica a ampliação do trabalho etnográfico: trata-se de uma tarefa mais demorada e mais custosa para o Estado. A propósito, o trabalho do Estado tende a crescer com

o aumento das comunidades que reivindicam a identidade quilombola, como mostra o caso do programa RS-RURAL, no Rio Grande do Sul.

O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo, emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos. Almeida (1998) chama a atenção para a importância de investigar etnograficamente, as circunstâncias em que um grupo social acatou uma determinada categoria. Para refletir sobre qual lógica foi tomada, torna-se fundamental conhecer a estratégia de obtenção dos recursos básicos, para produzir e consumir.

Enfim, convém insistir que esta categoria não é fruto da recente exclusão social, pois no século XVII os grupos quilombolas já eram definidos juridicamente como “marginais” e “fora da civilização”. Trata-se agora de resgatar como esses grupos se definem e o que praticam, pois, somente nos dias de hoje e a duras penas, esta categoria passa a ser reconhecida institucionalmente.

4 SABERES E PRÁTICAS ALIMENTARES DOS AGRICULTORES QUILOMBOLAS

“Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais. A maior parte dos estudos científicos sobre o assunto se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema” (CASTRO 1953, p.17).

O objetivo deste capítulo é apresentar uma descrição dos saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, a partir de uma abordagem antropológica e social. A pretensão é explicitar as tradições, valores e crenças presentes nos hábitos alimentares do grupo populacional estudado, além de subsidiar a análise sobre os interesses e conteúdos presentes na noção de segurança alimentar que os mediadores estão tentando construir na comunidade Maçambique, a ênfase está posta na percepção cognitiva simbólica do alimento, mas sem descuidar das condições de acesso ao mesmo.

“As diversas posições ocupadas em diferentes sistemas de produção implicam, como se verá diferentes estratégias de consumo e, por isso, diferentes hábitos alimentares, entendendo-se essa última expressão, não somente os alimentos habitualmente consumidos, mas também as condições que fazem com que sejam habituais e consumidos: condição de acesso à natureza, ao emprego e ao mercado. Haverá, sob esse ponto de vista, considerável variação de padrões alimentares” (WOORTMANN, 1978, p.4

A seguir apresenta-se uma discussão das práticas alimentares. Por fim, analisa-se as redes de circulação de alimentos, que foram identificadas na comunidade Macambique e suas implicações nas relações sociais dos agricultores.

4.1 A cultura alimentar dos agricultores quilombolas

Ao fazer uma reflexão sobre as tradições e crenças presentes no hábito alimentar dos agricultores quilombolas de comunidade Maçambique, considera-se a diversidade cultural e a dimensão simbólica das mesmas. Assim, em um processo de mediação que envolve a construção da noção de segurança alimentar, necessariamente as variáveis culturais, devem ser levadas em conta. As agências nacionais e internacionais de desenvolvimento perceberam que é fundamental incorporar a dimensão cultural nas ações que se referem ao combate à pobreza e a fome. Em 1996 em Roma, foi declarado que a cultura é um item importante no conceito de segurança alimentar.

Geertz (1978) diz que o conceito de cultura implica observar e interpretar a realidade e o comportamento do ser humano, nas suas diversas formas de agir e de ser aceite pela sociedade da qual participa. Nesta perspectiva teórica, a dimensão cultural dos saberes e das práticas alimentares, dos agricultores quilombolas, enquanto fenômenos culturais são parte integrante do próprio campo onde os comportamentos e os hábitos são gerados.

A partir deste princípio, pode-se argumentar que os hábitos alimentares dos agricultores quilombolas estão diretamente ligados a sua trajetória histórica. Nas entrevistas, ao perguntar sobre os alimentos que eram considerados tradicionais e antigos pela família, quase todos referiam-se aos pratos a base de milho e mandioca, como sendo alimentos fortes que dá “**sustança**” para o trabalho braçal. Esta referência pode estar ligada à origem da comunidade, pois infere-se que naquela época, uma das primeiras providências a ser tomada quando se formava o núcleo quilombola, era plantar os alimentos de auto-consumo Mas antes era preciso derrubar as matas, destocar, queimar, ou seja, exigia muita força para esta atividade.

Pode-se concluir que os saberes e práticas alimentares dos grupos carregam símbolos que são partilhados entre os membros do mesmo sistema cultural, assumindo um caráter público e por isso, não são saberes e práticas individuais Esta afirmação implica dizer que estas práticas são asseguradas pelo coletivo. Um

exemplo que sustenta este argumento é uma prática identificada na comunidade Maçambique: é comum ao receber uma visita para almoçar, caso a família não tenha uma “mistura”⁹ para servir, recorrer aos parentes e vizinhos mais próximos, para fazer o empréstimo que pode ser da “mistura” ou o dinheiro para compra-la. Esta situação de “urgência” justifica o empréstimo, pois o que mais eles temem, principalmente as mulheres, **é a vergonha de não ter nem uma “mistura” para oferecer ao visitante.** Esta prática é assegurada pelas ações de reciprocidade entre os parentes e vizinhos da comunidade.

Quando as mulheres ficaram sabendo que a pesquisadora estava na comunidade e iria visitá-las em suas casas, muitas marcaram um horário, depois soube-se que foi uma estratégia para que a pesquisadora não aparecesse de “surpresa” e apanhasse-as “desprevenidas”, sem comida, carne, café para oferecer a visitante.

Neste quadro, pode-se afirmar que os saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, formam um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações. Configurando uma ideologia alimentar, que Woortmann definiu como sendo:

“Um sistema cognitivo e simbólico que define qualidades e propriedades dos alimentos e dos que se alimentam qualidades e propriedades essas que tornam um alimento indicado ou contra-indicado em situações específicas, que definem seu valor como alimento, em função de um modelo pelo qual se conceitualiza a relação entre o alimento e o organismo que o consome e que definem simbolicamente a posição social do indivíduo” (WOORTMANN, 1978, p4).

Por exemplo, os pratos feitos à base de milho estão associados à comida forte dos tempos dos antigos, onde era necessário ter muita força para trabalhar na roça. A carne de gado, pode estar associado a fartura dos tempos da criação do gado xucro, assim como a presença de abóbora que esta associada com a falta de dinheiro para comprar a carne, configurando uma situação de pobreza. O consumo de frutas e verduras está associado como sendo comidas fracas, são, pois para gente fraca, como as pessoas mais idosas, mulheres em dieta e crianças.

⁹ Mistura para os agricultores quilombolas é o complemento do arroz é o feijão, geralmente é servido em menor proporção, mais detalhes ver a Obra Parceiros do Rio Bonito do Antonio Cândido.

Os pratos antigos eram canjica, canjição, canjiquinha, abóbora... Comida de negro mesmo. (Dona Fiinha, 74 anos).

A minha mãe fazia muita pamonha hoje eu não sei gostaria de aprender, enrolada na palha (Terezinha, liderança da comunidade).

Pode estar aqui uma explicação sobre o porquê da preocupação das famílias, especialmente as mulheres em apresentar uma mesa farta, para receber as visitas. Mesa farta é sinal de prosperidade, a prática de guardar o “melhor alimento” para fazer os pratos especiais de domingos e festas. Desse modo as práticas alimentares, revelam a cultura em que cada um está inserido, visto que certas comidas, estão associadas a povos em particular.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o churrasco é traço da identidade do povo gaúcho. Alguns alimentos funcionam como demarcadores de identidades, isto é, certos pratos estão associados a um determinado grupo social. Há algum tempo a comida caipira, (feita em fogão de lenha) era associada ao atraso, pobreza, a imagem do Jeca Tatu¹⁰. Com a crescente divulgação de campanhas para um desenvolvimento sustentável, limpo, os alimentos produzidos sem veneno, os pratos “caipiras” passaram a ser valorizados, alguns agricultores aproveitaram para agregar valor aos seus produtos. Hoje quem consome estes alimentos, são considerados os “politicamente corretos”, preocupados com a equidade social e qualidade de vida.

As organizações dos agricultores perceberam esta demanda e passaram a agregar valor nos pratos típicos da sua categoria, além de reivindicar linhas de crédito para implantar agroindústrias, legalizar a produção e a comercialização destes produtos. Um exemplo é os agricultores familiares da serra gaúcha, na agregação de valor nos pratos que carregam seus traços identitários: o salame, o queijo colonial, aumentando assim a renda das suas famílias. Este fato possibilitou o surgimento de várias empresas familiares no ramo da alimentação.

Diante de um quadro, onde os traços identitários de um determinado grupo,

¹⁰ Jeca Tatu personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato, é uma caricatura do caipira brasileiro nos de 30, está associado ao rural, rústico, atrasado.

possibilita agregar valor em alguns pratos típicos, é oportuno questionar quais estratégias seriam usadas em um contexto, onde alguns grupos de agricultores, no caso aqui estudado, os quilombolas, carregam traços identitários permeados de preconceitos.

O processo de construção da identidade quilombola, pelo qual esta passando os agricultores “morenos” da comunidade Maçambique, permite incorporar traços identitários nos pratos conhecidos, como sendo de ‘negro mesmo’. Esta situação implica um distanciamento da categoria mais ampla, de agricultor familiar. Neste momento os agricultores “morenos” estão fazendo lutas, acumulando capitais (simbólico, cultural), para fortalecer a reivindicação da identidade “*somos quilombolas*”. Uma estratégia usada pelos mediadores do CAPA foi resgatar os pratos antigos feitos na comunidade. Rubert (2005) em um estudo de um levantamento sobre as comunidades rurais negras gaúchas identificou alguns pratos como sendo de ‘negro mesmo’.

QUADRO 1 - Pratos culinários encontrados no estudo feito por Rubert (2005) sobre as comunidades rurais negras gaúchas

| Pratos | Ingredientes |
|------------------------|--|
| Cuscuz | milho |
| Angu | Milho branco |
| Beiju | Milho branco |
| Pamonha | milho |
| Café | Água doce com farinha |
| Farinha de cachorro | Milho, amendoim, torrados e mo |
| Farofa, pirão, passoca | Ovos com farinha de mandioca |
| Arroz de pêssego | Não tinha referência |
| Negro deitado | Farinha, trigo e tempero fritam conjuntamente. |
| Cabo de relho | Não tem informação |

| | |
|-------|---|
| Sorda | Mistura de farinha de mandioca, ovos, temperos e gordura. |
|-------|---|

Fonte: da autora

Os pratos identificados por Rubert (2005) no estado do Rio Grande do Sul, revelam que as comunidades rurais negras do estado têm vários pratos com manifestações culturais e alimentares tradicionais, demarcando uma fronteira étnica.

Em um processo de mediação que visa a construção da noção de segurança alimentar, é fundamental conhecer o papel da cultura na alimentação. Diferenciar alimento de comida é a partir desta compreensão, de que nem todo alimento é comida, que se torna necessário qualificar juntos aos agricultores, o uso da palavra alimentação e apurar os significados dados em seus discursos sociais.

Percebe-se que o milho é um alimento, mas dependendo da forma que o prepara, pode ser uma comida típica dos agricultores italianos, como a polenta frita na chapa, ou tornar-se um prato típico dos agricultores quilombolas, como angu e o beiju.

Comida para os agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, são os alimentos prontos para serem consumidos, o arroz cozido, feijão cozido, frutas in natura, e está sobre a responsabilidade das mulheres, enquanto que a produção dos alimentos (feijão, milho) é de responsabilidade dos homens. Evidenciando assim uma divisão do trabalho baseada na relação de gênero, essas funções são complementares, mulher/comida e homem/alimentos. A “harmonia” da família está sustentada nestas duas relações, do que adianta ter um homem que produz ou compra os alimentos e a mulher não a transforma em comida. Esta percepção está muito presente nas pessoas que foram entrevistadas, várias delas quando foi perguntado o porque de determinada família estar passando falta de alimentos, referiram-se àquela família não “vai para frente” porque tem um homem bêbado, ou o homem é trabalhador e é a mulher “*desmanzelada não sabe nem cozinhar*”

Os alimentos na condição de comida não podem ser negados a ninguém, pois é pecado. Nesta concepção a comida está ligada a um código religioso, sempre que chega alguém nos horários das refeições, é uma obrigação convidá-los para comer, pelos menos sentir o gosto da comida que esta sobre a mesa. Não poder oferecer um prato de comida para uma pessoa, é motivo de humilhação para os agricultores quilombolas. Realidade esta observada pela pesquisadora, ao chegar em uma das

casas logo depois do horário do almoço, tinha sobrado arroz e feijão a mesma afirmou que comeria e que não seria necessário preparar “mistura”. Muito constrangida a dona da casa serviu o arroz que tinha. Logo após o almoço, seu esposo fez questão de levar a pesquisadora até a dispensa, apresentando os demais alimentos ali guardados, prontos para serem transformados em comida.

O termo alimento contempla uma dimensão mais técnica, enquanto que a palavra **comida** expressa uma linguagem mais informal, recupera elementos presentes da experiência pessoal e social (GARCIA, 1997), envolve emoção, trabalho com a memória, com sentimentos e pode demarcar um território, um lugar, uma cultura, isto é, está ligada a uma rede de significados.

O alimento é o mesmo que comida tudo o que é comida é alimento; mas ninguém fala que os alimentos estão na mesa; fala que é a comida que está na mesa, ninguém, fala vai comer o alimento, fala que vai comer a comida (WOORTMANN, 1978).

Nesta perspectiva, a produção de feijão que é a cultura de valor comercial da comunidade Maçambique, pode ser alimento que será transformado em comida, ou um produto que será vendido. Com o dinheiro desta venda comprará os alimentos. Dependendo do contexto, o feijão pode assumir várias funções para as famílias quilombolas da comunidade estudada.

Situação muito semelhante foi encontrada no estudo sobre hábitos e ideologias alimentares numa comunidade de Pescadores feita por Maués & Maués (1978), é a relação mercado-subsistência. Uma parte é comercializada, com o objetivo de obter renda para comprar os alimentos e a outra parte é consumida pela própria família.

“A relação mercado-subsistência tem um significado para o “patrão” e outra para o pescador. Para o primeiro, o peixe é fundamentalmente uma mercadoria destinada à comercialização e à acumulação; para o segundo, ele representa a subsistência de sua família, seja por seu consumo direto, seja pela troca por outros produtos” (MAUÉS & MAUÉS, 1978, p.10)

Nesta linha de argumentação, o feijão para as famílias quilombolas, pode tanto ser comido, como ser vendido, depende das circunstâncias. O agricultor pode

vender toda sua colheita, principalmente em situações de emergências. Mesmo que a parte consumida seja maior, o feijão na comunidade Maçambique, está associado a possibilidade de ter renda monetária.

Além da substância nutritiva de seus elementos, a comida incorpora um sistema de sentidos, adquirindo conotações, evocações e significações que vão além do valor dietético (FISCHLER, 1990). Portanto, o que se come, quando, com quem, porque e por quem, é determinado culturalmente, transformando o alimento (substância nutritiva) em comida. A comida de domingo, é diferente da comida durante a semana, a comida de doente, a comida de criança, comida fraca, comida forte, comida remosa. Cada situação possui a sua própria classificação.

Dessa forma, a alimentação desempenha uma função identitária, onde os processos que envolvem o modo de obtenção, de preparação, de consumo, as ocasiões e motivos do consumo podem representar um tipo de identidade étnica, local, nacional.

Uma iniciativa, para dar visibilidade à identidade dos agricultores quilombolas, foi durante a Segunda Feira da Semente Crioula em Canguçu, realizada pela União dos Agricultores do Interior de Canguçu (Unaic), os agricultores tiveram a oportunidade de divulgar seus pratos típicos. Segundo o organizador, a idéia é que nos próximos eventos os agricultores quilombolas do município, também tenham suas barracas de comidas tradicionais, assim como os agricultores de origens italiana e alemã.

A comida pode ser vista, como um exemplo de necessidade vital para os agentes sociais, dentro de um campo. Ao se conhecer e entender o modo, como as pessoas relacionam-se com a comida, ou seja, o modo como se come, como são feitas as escolhas entre os diversos tipos de alimentos, ou as seleções dos materiais, é possível enxergá-los, como indicadores de representações e valores que fazem parte da estratégia de inserção e identificação dos agentes sociais, no meio social.

4.2 A origem dos alimentos que compõem a pauta alimentar dos agricultores quilombolas

Pauta alimentar são os alimentos que compõem o cardápio das famílias da comunidade Maçambique, nas suas refeições diárias. Fez-se um levantamento dos alimentos que mais apareceram durante os dias das entrevistas e na vivência da pesquisadora na comunidade.

A base da pauta alimentar dos agricultores quilombolas é o arroz, o feijão e a carne, geralmente dividem-se em três etapas: café da manhã, almoço e jantar, em algumas famílias é servido o café da tarde, principalmente quando recebe visitas. Neste horário, todas as famílias tomam o chimarrão¹¹ e em qualquer horário. A garantia da pauta alimentar das famílias estudadas está ligada com capacidade destes agricultores de arrendar terras para plantar o feijão, acesso a aposentaria, doações e trabalhos de diarista.

A principal atividade econômica é a cultura do feijão, a venda da produção destina-se basicamente para pagar as dívidas da “venda”, contraída durante o ciclo vegetativo desta cultura.

A roça de feijão geralmente é feita pela família, em Macambique o acesso a terra é de duas formas: alguns são donos ou herdeiros, outros moram de favor e ganharam um lugar para morar. Geralmente é um local para a casa, com uma horta no fundo da fazenda, nesta situação, o local do arrendamento para o plantio da roça de feijão é longe do local da morada. Os agricultores que têm o título da terra, geralmente receberam de herança da família Meirelles, há pouquíssimos casos de compra individual de terra.

¹¹ O chimarrão é erva mate apenas moída e, às vezes, misturada com outras ervas. Tradicional nos estados do sul do Brasil. A erva é colocada em um recipiente chamado CUIA, feito cortando-se a ponta de uma planta chamada PORONGO. Dentro da cuia é colocada água quente (quase em ponto de fervura) e, através da BOMBA - espécie de canudo metálico com uma ponta especial - o mate pode ser apreciado. Ou seja, o chimarrão é uma espécie de chá. Dentro da cuia podem ser colocadas outras ervas para realçar o sabor, como Hortelã ou Erva Cidreira. (<http://www.geocities.com/southbeach/2540/>, 06/02/2006).

O trabalho de capina, aração, semeadura é feito manualmente e em alguns casos, com junta de bois; quase todos os entrevistados não usavam venenos no plantio. É neste contexto que o feijão exerce o papel central na alimentação dos agricultores seja consumido como comida ou vendido e transformando em dinheiro, para comprar os outros alimentos que compõem o resto da pauta alimentar.

Algumas famílias possuem gado leiteiro para o consumo da casa, os moradores que moram de favor, não podem ter este animal, pelo simples fato de não ter espaço suficiente. Uma alternativa seria pagar o aluguel do pasto, ou depender do favor do estancieiro, ou criar na rua. Um acontecimento chamou a atenção da pesquisadora, foi que umas das famílias pediram vaca leiteira no programa RS-RURAL sem ter pasto, teve um agricultor que chegou a devolver dois bois do programa, ele não tinha se precavido para esta situação.

O quintal é um outro espaço importante, para obtenção de alimentos dos agricultores quilombolas. É o sítio feminino, a produção está geralmente sob a sua responsabilidade, o produto da horta tem valor de uso, em contraposição dos produtos da roça, o feijão, tem valor de troca.

Junto às residências há pequenas criações de animais domésticos para o consumo, como galinhas e porcos. Também há pomares de árvores frutíferas, como laranjeiras, pessegueiros, ameixeiras, geralmente os doces são feitos destes frutos.

Os alimentos produzidos nos quintais são destinados ao consumo doméstico, ou para troca e doações para a vizinhança. Há um tabu em vender estes alimentos, ninguém diz “me vende” um pé de alface, ou batata-doce. Observou-se que as pessoas chegam e pedem simplesmente uma abóbora, batata-doce. Já os ovos caipiras são vendidos sem constrangimento.

As alternativas de acesso aos alimentos, dividem-se entre o que é produzido na roça feijão e seus consórcios (milho, abóbora, batata-doce), no que a família obtém do quintal, no que é comprado nas vendas da região ou em Canguçu e as doações do estado e das igrejas.

Existe um caminhão que vende frutas e verduras na comunidade uma vez por semana, algumas pessoas compram fiadas, principalmente os aposentados, mesmo assim as verduras e frutas são pouco consumidas, como parte das refeições cotidianas. O consumo de fruta está associado às crianças, doentes e idosos é uma comida mais fraca.

O núcleo de parentesco dos Ribeiros é os que mais tem dificuldade de realizar as três refeições diárias observadas nas demais famílias, geralmente eles estão na dependência das doações das bolsas emergenciais, como da primeira dama do município ou das ações das igrejas evangélicas.

“Passando fome não tem ninguém, mas necessidade de uma alimentação saudável, adequada de fazer 3 ou 4 refeições, ah! Isto tem. (Terezinha, liderança da comunidade).

Dos vários núcleos de parentesco presente na comunidade Maçambique, o núcleo dos Ribeiros reflete uma situação de insegurança alimentar, entendida aqui como sendo aquela situação que se distancia do conceito de segurança alimentar pretendido pelas agências de desenvolvimento. Devido ao fato de não terem terras para plantar e dificuldades para arrendá-las, além dos problemas com bebidas alcoólicas que inibem a obtenção de créditos nas vendas locais. Este grupo de parentesco depende da aposentadoria de algumas pessoas e de doações de cestas básicas.

4. 3 A influência da natureza nas práticas alimentares e o acesso aos alimentos

A comunidade quilombola Maçambique está localizada em um relevo acidentado, no zoneamento ecológico conhecido como “zona de campo”, possui morros e escarpas, seguido de grandes áreas de campo nativo, pertencentes aos grandes fazendeiros, com cultivo de arroz e criação de gado no sistema extensivo. A rede hidrográfica que corta a comunidade é composta de pequenos arroios e nascente. As vegetações nativas são escassas, formadas por capoeiras e pequenas capões de florestas, próximas às nascentes.

Em tempos idos, era uma região onde tinha muito “gado xucro”, na qual o governo dividiu em sesmarias e doou aos militares portugueses. Com o cercamento das terras e o fim da escravidão, os estancieiros expulsaram os peões agregados, escravos das suas terras. Muitos doaram os fundos das fazendas para estas pessoas. Pode estar aqui uma das explicações sobre a formação da comunidade Santo Antônio e Rincão do Progresso, que hoje reivindicam a identidade quilombola.

O ambiente natural em que está localizada a comunidade quilombola Maçambique, é muito “rústica”. Não ofereceu e nem oferece, muitos alimentos dela própria, quase que só exclusivamente a carne de boi, que eram criados soltos e da caça dos animais silvestres. Além de não contar com uma rede hidrográfica expressiva, não existindo assim o hábito cotidiano de consumir peixes. O rio Camaquã é o mais próximo da comunidade, os agricultores referem-se a ele como um local de lazer, de pesca para esquecer as preocupações, lugar de levar a família para tomar banhos.

Os agricultores que tem o título da terra possuem pasto, com capim nativo e geralmente com algumas cabeças de gado leiteiro; os que moram de favor, nos terrenos doados pelos estancieiros, não possuem gado devido a não terem pasto, teriam que pagar aluguel. Geralmente os locais de morada estão no fundo da fazenda. Nesta situação, os agricultores quilombolas encontram-se “encurralados” entre o final do pasto e o começo do morro, servindo como reserva de mão-de-obra; as mulheres trabalham como domésticas e os homens como diaristas nas fazendas vizinhas.

Embora existam outros fatores que influenciaram na formação dos hábitos alimentares dos agricultores quilombolas, a natureza exerceu um papel importante. A valorização da carne de gado e do feijão na pauta alimentar, é um exemplo.

O conceito de *habitus* de Bordieu (1998) permite analisar estas práticas e saberes alimentares. Elas não foram planejadas de forma automática pelos agricultores, trata-se de um conhecimento adquirido, uma disposição incorporada como um conjunto de saberes que se foi acumulando, no decorrer das gerações.

Na origem destes conhecimentos, a natureza exerceu um papel central. Com o tempo outros fatores foram influenciando e alterando estas práticas. É factual

também, que as práticas e saberes alimentares dos agricultores quilombolas, estão passando por um processo de mudança: o acesso a mídia, doações de cestas básicas e intervenções das políticas públicas, acentuam ainda mais as mudanças no hábito alimentar da comunidade.

Pode-se afirmar que são produtos expressos da sobrevivência que se transformaram em um conjunto de símbolos, entre os agricultores quilombolas e o ambiente natural. São estes símbolos que fundamentam as práticas e os saberes alimentares dos agricultores quilombolas (VIANA, 2002).

Nas entrevistas ficou clara esta constatação, ao perguntar sobre os pratos tradicionais da comunidade, a referência foi sobre pratos fortes, importantes para enfrentar os trabalhos braçais, pesados, **comida de negro mesmo**.

O ponto de partida de Josué de Castro na sua obra Geografia da Fome, para analisar os hábitos alimentares, foi a influência da natureza na formação destes hábitos. Procurando descobrir as causas naturais e sociais que condicionaram a alimentação e até onde a estrutura econômico-social dos diferentes grupos, era influenciada pelos problemas característicos de cada área (CASTRO 1953).

O autor chega à conclusão que o Brasil está longe de se constituir uma única área geográfica de alimentos. Esta heterogeneidade, está ligada às variedades de recursos naturais e a predominância da cultura dos diversos grupos populacionais que entraram na formação do povo brasileiro.

Nesta perspectiva, pensar a formação dos hábitos alimentares a partir da influência da natureza, parece uma das dimensões mais pertinentes, mas possível de instrumentalizar, uma proposta de construção de segurança alimentar nas comunidades quilombolas. Conhecer o relevo, a paisagem pode nos dar vários indicativos da base alimentar deste grupo e de suas estratégias para obtenção destes alimentos. De certa forma Castro tem razão ao tomar como ponto de partida para análise da formação dos hábitos alimentares, a natureza.

Devido ao solo "frágil", com afloramentos freqüentes de rochas, os agricultores quilombolas têm dificuldade de diversificar a sua produção e por sua vez a sua pauta alimentar. Oportuno será dizer que esta é apenas, mais uma dimensão da limitação natural para produzir alimentos; outra variável importante, para pensar a construção da noção de segurança alimentar, é o tamanho das áreas de plantio que está em

torno de três hectares por família. Somando as duas variáveis: relevo declivoso e tamanho da área evidenciam que os agricultores da comunidade Maçambique, estão constantemente vulneráveis em relação à garantia de aquisição de alimentos, durante todo o período do ano. A situação agrava-se nas famílias que não contam com a aposentadoria, de pelos menos um membro.

Esta situação leva os agricultores quilombolas, a procurar trabalhos como diaristas, para complementar a renda da família. A situação vivida pelos agricultores quilombolas é muito parecida com a realidade dos pequenos agricultores do nordeste brasileiro, estudada por Garcia Jr, nos finais da década de 60, em que as áreas de terra disponíveis para cada familiar eram tão pequenas que mais se aproximava da de um grande quintal do que um módulo rural.¹²

“Mas o mais interessante é a expressão que repetia muito, para designar quão pequeno era um determinado sítio: **“onde só dá para comer verde”**. Significa que toda a produção de feijão e do milho do roçado será consumida ainda verde, ou seja, a premência é tão grande que nem se vai esperar secar, ou melhor, como “come-se verde” durante o inverno, não sobrará nenhum produto de lavoura própria para a seca.” (GARCIA, Jr, 1989, p. 172-173)

Numa situação, em que as duas variáveis se combinam, tamanho de área e limitação do relevo, há uma tendência de ausência da marca da alternatividade comum aos agricultores tradicionais, ou esta marca é muito estreita. Entende-se alternatividade, como sendo os alimentos produzidos pelos agricultores que podem ser consumidos diretamente, e assim atender às necessidades domésticas de consumo, ou em serem vendidos e com a renda monetária obtida, adquirir outros alimentos ou produtos também para o consumo doméstico (GARCIA, Jr, 1989).

Neste caso, devido às limitações da produção, há uma margem muito estreita de manobra que permite ao agricultor, imprimir a marca da alternatividade em seus produtos. De certa maneira, esta linha de argumentação implica afirmar que os agricultores da comunidade Maçambique na sua maioria, principalmente os que não tem terra, não produzem o “excedente” que caracteriza um camponês em termos

¹² Conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar, e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento

clássicos¹³. Ele se aproxima mais, de uma reserva de mão-de-obra para os fazendeiros da região que cederam um pedaço de suas terras, para construir uma casa e horta, caracterizando um quintal ampliando **onde tudo que se planta se come verde**.

Uma outra variável ligada à natureza que influencia diretamente o abastecimento alimentar, bem como a produção e reprodução das famílias, são os indicadores de acesso a terra. No estudo do levantamento das comunidades rurais negras do estado do Rio Grande do Sul, (RUBERT, 2005) observa que a compreensão da desigualdade do contingente de afro-descendentes que vivem no meio rural, passa pela construção de indicadores relativos, ao acesso à terra e a alternativas de renda. Em um conjunto de 58 comunidades rurais negras, 45 que preencheram o formulário, possuem uma área total de menos de 200 há; somente 9 comunidades possuem uma área superior a 200 há.

Comparando com a área média dos estabelecimentos agrícolas do estado, é de 52,12 há, considerando uma variação de 6,12 há a 584,76 há (SCHENEIDER & WAQUIL, 2001). Estes dados são mais agravantes, se for considerado que tais comunidades, geralmente, estão situadas em áreas declivosas, limitando assim a diversificação da sua produção agrícola.

O acesso à terra para os agricultores da comunidade Maçambique confere-lhes, várias funções e significados no abastecimento alimentar das suas famílias. Além da referência na formação do hábito alimentar, ter acesso a terra é a possibilidade da família manter sua reprodução. A atual situação de expropriação de suas terras pelos quais as comunidades quilombolas vêm passando, interfere diretamente na obtenção da pauta alimentar diária.

No caso estudado, o relevo funciona como um marcador étnico, o morro é dos **“agricultores morenos”** que arrendam para plantar feijão, e a planície é dos agricultores de origem alemã que plantam o arroz e criam o gado no sistema extensivo. Esta divisão é muito clara para os agricultores da comunidade Maçambique.

econômico. Definir o que seja Propriedade Familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural.

¹³ Mais detalhes consultar a obra Paradigmas do Capitalismo Agrário, Ricardo Abramovay.

P: Você tem alguma idéia porque os agricultores negros estão na encosta? R: Tu quer dizer estão no morro, no mato. Porque é o que sobrou para eles. Eles disseram vamos dar o cerro [morro] para eles. (liderança da comunidade).

4.3 Sistema de arrendamento: a cultura do feijão um dos fatores de (in) segurança alimentar dos agricultores quilombolas.

Os agricultores quilombolas na comunidade Maçambique são levados a combinar o trabalho de meia ou terça¹⁴, com o trabalho de diarista nas fazendas locais ou na safra da colheita do fumo. O agricultor quilombola combina assim o trabalho “na meia ou terça”, com o trabalho assalariado. Situação semelhante encontrada em Mossâmedes, de um lado, trata-se de uma estratégia adaptativa do lavrador e por outro lado, trata-se de uma imposição.

“As terras dadas em parcerias são cada vez menores e de pior qualidade; cada vez mais, o lavrador se vê obrigado a plantar proporções maiores de arroz, ou mesmo apenas o arroz, o principal produto agrícola comercial da área, em detrimento dos demais cereais. Se o arroz é um produto de subsistência para o lavrador, ele é produto comercial para o fazendeiro, e é esta sua segunda característica que determina sua dinâmica e sua gradativa hegemonia no espaço econômico regional” (WOORTMANN, 1978, p. 21)

Neste sistema de meia ou terça, o alimento produzido pelo agricultor no caso da comunidade Maçambique, o feijão, é alterado o seu significado. É a última forma de acesso direto ao alimento, sem necessidade de comprá-lo, porém, representa uma forma de ingresso ao mercado. Na perspectiva Marxista, a parcela da produção que cabe ao agricultor não é mais do que a remuneração de seu trabalho, por uma produção destinada pelo fazendeiro à comercialização. O feijão antes tinha valor de uso, agora torna-se o pagamento de uma mercadoria, a força de trabalho, pela produção de outra mercadoria. Também é possível interpretar esta situação de um outro ponto de vista, o que era apenas alimento tornou-se renda da terra, sob forma de renda-produto. (BRANDÃO, 1978).

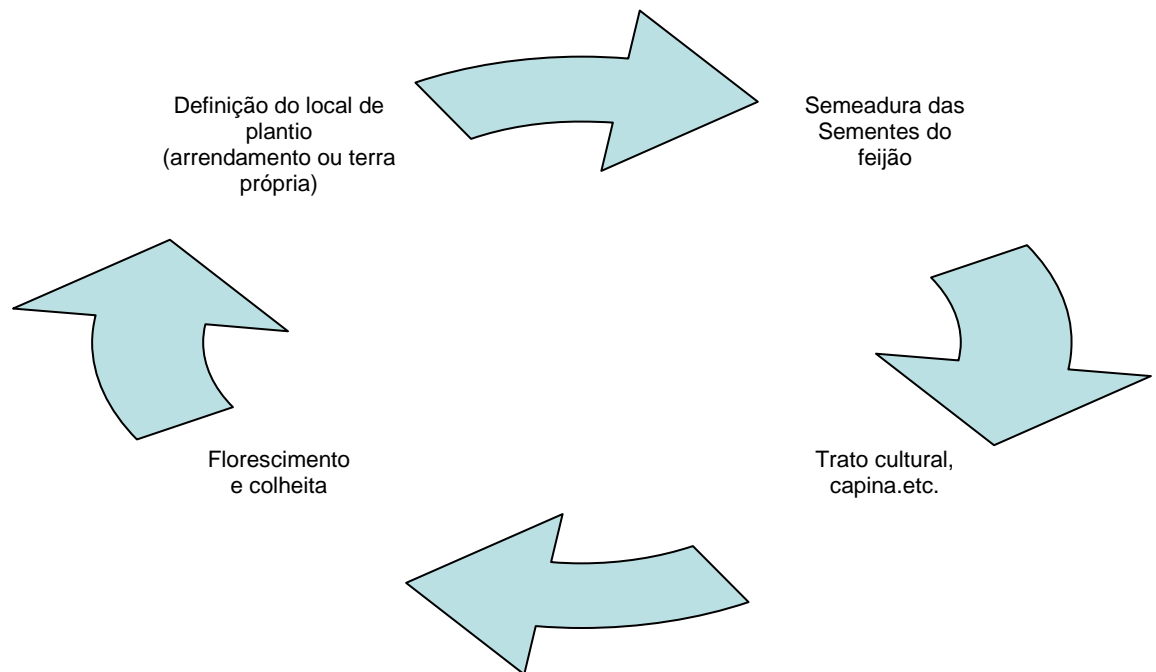
Se o feijão é um produto para o auto-consumo/comercial para o agricultor

quilombola, para os donos das terras ele é apenas, mais um produto comercial. A base econômica da comunidade Maçambique é a cultura do feijão, algumas famílias ainda vendem o milho. Segundo os agricultores pesquisados, não compensa vender esta última produção, plantando somente para o consumo da família. Ressalva-se a família que planta fumo, em regime de integração com a agroindústria.

Neste cenário, o feijão é o que determina a dinâmica da economia da comunidade Maçambique. Devido a este fato, a análise sobre os fatores de (in) segurança alimentar da comunidade Maçambique, é feita baseada no ciclo vegetativo desta cultura.

¹⁴ Meia é um sistema de arrendamento em que o agricultor arrendar a terra e deve pagar a metade de tudo que produzir, terça é o mesmo sistema, mas somente um terço do que produzir será dada ao dono da terra.

Esquema ciclo do feijão:



- Definição do local e tamanho de área de plantio da cultura do feijão

Definir o local de plantio, tamanho da área do feijão, constitui uma verdadeira preocupação para a maioria dos agricultores quilombolas, especialmente os que não possuem o título da terra ou não tem área suficiente para o cultivo da cultura, com possibilidade de obter renda monetária no final da colheita. Esta situação é responsável por um dos fatores que gera a insegurança alimentar das famílias quilombolas da comunidade. Oportuno comentar, que ao referir-se a situação de insegurança alimentar, a pesquisadora tem como parâmetro, o conceito de segurança alimentar defendido pelas agências de desenvolvimento que trabalham no processo de mediação, na comunidade estudada.

O arrendamento deste ano, não significa ter terra os anos que vem para plantar, às terras destinadas ao arrendamento são áreas de encostas. É muito comum o fazendeiro ceder a terra “virgem” para os agricultores plantar, até dois cultivos, depois eles a pedem de volta, para implantar o pasto. Neste caso, o objetivo do fazendeiro ao arrendar a terra, é receber depois de dois anos a área limpa, sem mato e tocos de árvores.

O sistema de parceria é desvantajoso para o agricultor quilombola sem terra, pois ele não tem a mesma “liberdade” que o agricultor quilombola dono de terra. Ainda que insuficiente este ainda pode, no entanto, decidir sobre a locação do trabalho doméstico a outros cultivos, isto é, a diversificação de outros cultivos e conseqüentemente ampliar a sua base alimentar. A produção em regime de parceria seja meia ou terça, na comunidade, é feita somente para a cultura do feijão. O que se produz em parceria é o que se destina ao mercado, e é nesse produto que se concentra o trabalho dos agricultores da comunidade.

Não ter terra e nem ter conseguido arrendar, significa não ter crédito nas vendas da região. Fica, pois, sujeito ao trabalho de diaristas nas fazendas vizinhas como eles dizem “**trabalhar de dia para comer a noite**”, além de depender das doações da prefeitura e das igrejas.

O arrendamento para agricultor quilombola sem terra ou com pouca terra é muito importante, significa que ele vai ter crédito nas vendas¹⁵ locais, pelo menos até a colheita. Assim, arrendar terra para o cultivo do feijão, significa ter comida na mesa durante o ciclo desta cultura. Nesta situação, o feijão funciona como um avalista, é a garantia de que a família vai ter renda em determinado período, permitindo assim, o pagamento das dívidas feitas nas vendas.

P: Qual é o destino da produção do feijão? R: Para os comerciantes que vendem para eles (**agricultores**), outros vendem para a Unaic e mais para os comerciantes (donos da venda) que devemos, nós devemos né.(agricultora da comunidade).

P: Quando os agricultores pagam as compras feitas na venda?R: Nós pagamos de três a quatro mês a “venda” e pagam na safra (**eles plantam fumo**), mas tem gente que paga de ano a ano, nós não, preferimos pagar assim (agricultora da comunidade [grifo meu]).

Não ter plantio de feijão, especialmente para os que não contam com a

¹⁵ Vendas são estabelecimentos comerciais que vendem alimentos, mercadorias para higiene pessoal, remédios, sementes etc localizados nas vizinhanças da comunidade, nenhum agricultor quilombola é dono de venda na comunidade Maçambique.

aposentadoria, pode comprometer seriamente o abastecimento alimentar da família. Fato observado na pesquisa de campo, principalmente se na casa tiver somente um homem e muitas crianças. Condição comum nas famílias da comunidade. Significa ficar na dependência de realizar trabalho como diaristas, quando aparece e das ações de doações das instituições governamentais ou não governamentais e religiosas. Só a expectativa de não ter terra no ano seguinte para plantar, gera uma situação de insegurança nos chefes das famílias estudadas.

- **Semeadura do feijão**

Uma vez arrendada a terra, falta arranjar sementes. Alguns negociam o arrendamento junto com as sementes e os insumos básicos, nesta situação a negociação é conhecida como “meia”, ou seja, 50% para cada uma das partes. Na negociação em que é arrendada somente a terra, a negociação é conhecida como “terça”, 33,3% para os arrendatários.

A maioria da comunidade não tem terra própria. Planta assim para outros dão a terra eles plantam, dão a percentagem do que colhe, muito não ficam nem a semente. Percentagem para o dono da semente, percentagem para o dono da terra, percentagem para aquele que debulha o feijão é o que sobra para esta pessoa, se ele colheu pouco não sobra quase nada. (agricultor da comunidade, fevereiro de 2005)

Oportuno referir que foi devido a este fato que a comunidade dos “morenos” foi “descoberta”, pela União das Associações dos Agricultores Familiares de Canguçu do interior (Unaic). Na época, a união comprava feijão direto aos agricultores da região, pagando um preço melhor do que dos atravessadores; além de trabalhar com a reprodução de sementes crioulas, em uma dessas compras, o presidente da Unaic percebeu que no terceiro distrito de Canguçu, existiam duas comunidades rurais de agricultores negros: Santo Antônio e Rincão do Progresso, evidenciando assim uma comunidade quilombola. O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), interessou-se em conhecer a realidade destes agricultores, mais tarde iniciou o trabalho de assistência técnica e extensão rural na comunidade, concomitantemente, iniciou o processo de construção da identidade quilombola, junto aos agricultores da comunidade.

Então o que nós pensamos, bom à primeira coisa que temos de fazer é levar semente de qualidade para as pessoas em parceria com a UNAIC que preparou a sementes. Então, se conseguir sementes boas, vão conseguir uma boa produção, isto não é de graça à medida que eles recebem sementes, mas ao mesmo tempo eles têm que colher a semente e guardar a semente e o que sobra, tipo assim. Por exemplo, tu ganhas 10 quilos de sementes para plantar o feijão tira para tu o necessário, devolve a quantidade que pegou, neste caso os 10 quilos. Tu recebes a semente, mas tu tens o compromisso de ficar com a semente para plantar no ano seguinte que é para ir construindo a autonomia né, a autogestão da própria vida da comunidade e aí devolve a mesma quantidade que tu recebeste tu devolves para ficar no CAPA mas para fazer uma banco de semente para caso dar problema olha não pegou (**germinou**) coisa assim, a semente não e do CAPA a semente que eram deles que nós seguramos para garantir que eles teriam a semente no ano seguinte de novo (mediador do CAPA, , 22/03/2005 [grifo meu]).

O tamanho da área plantada é uma amostra da quantidade estimada que o agricultor irá colher, funciona como um indicador de quanto ele pode endividar. Também o é para o dono da venda, é uma estimativa real de que receberá a dívida contraída pelos agricultores.

Ressalvando que a negociação não é contratual (escrita no papel), as regras estão estabelecidas, embora não exista um contrato formal. Está implícito que o agricultor vai vender a sua produção para ele, caso não haja, conforme o esperado, o agricultor será penalizado. Corre o risco de não ter mais terra para arrendar e conseqüentemente não terá créditos nas vendas, comprometendo a sobrevivência da família.

Caracterizando uma relação diática que Landé (1977 p. 1) conceitua como sendo “*compostas de somente dois indivíduos e, portanto, são entidades de micronível*” e são relações diretas, este fato, implica dizer que ocorre necessariamente uma ligação pessoal.

Quando ocorre a quebra deste “contrato”, as alianças se desfazem, cessam as trocas de favores. No caso estudado nos agricultores quilombolas, podem ser desde uma negação de crédito nas vendas, até um pedido mais urgente como um transporte para um doente da sua família. Segundo a declaração do mediador do CAPA, a ação da UNAIC e do CAPA em relação a compra de feijão e doações de sementes crioulas de feijão, foi vista pelo dono das vendas e o proprietário das terras, como um sinal de que as relações “de amizade” estabelecidas entre os

agricultores quilombolas, foram “traídas”, logo poderia ser rompida. Alguns agricultores venderam toda a sua produção de feijão para a Unaic/CAPA, enquanto outros agricultores perceberam que poderiam sofrer retaliação por parte dos donos das vendas e atravessadores, agiram diplomaticamente, venderam uma parte para os donos das vendas e atravessadores e a outra para a Unaic/CAPA.

- **Tratos culturais**

As operações de tratos culturais durante o ciclo vegetativo do feijão, também influenciam na obtenção de crédito nas vendas, funcionam como um indicador estatístico, da quantidade a ser colhida. Nesta fase, é possível ter estimativas mais seguras em relação ao montante da colheita. As práticas da capina e amontoa, estão associadas ao bom credor, àquele que segue direitinho às normas implícitas nos “contratos” de créditos nas vendas.

Nas entrevistas feitas aos agricultores, ficou claro que os donos das terras não se preocupam muito com esta fase, ou seja, os cuidados na cultura para obter uma boa produção. São áreas marginais de encostas, se ele não as arrendar, vão ficar ociosas, acabando lucrando pelo fato de que dois anos mais tarde, irão receber a área limpa. Porém, para o dono das vendas é decisivo, pode significar aumentar ou diminuir o crédito, para estes agricultores. Por exemplo, o agricultor compra arroz, açúcar, sal e café, com uma lavoura bem cuidada ele pode comprar sem constrangimento: leite condensado, bolacha recheada e outras “misturas” sem correr o risco de ser vetado ou sofrer algumas indiretas, por parte do dono das vendas.

Nesta fase vegetativa podem ocorrer desastres naturais. Por exemplo, uma chuva de pedra é tudo o que o agricultor não precisa na fase de floração, a ocorrência de frustração de safra, significa que os agricultores quilombolas terão que diminuir a quantidade de compra de alimentos nas vendas. Percebeu-se que os donos das vendas têm controle sobre a estimativa das produções, dos agricultores da comunidade Maçambique. Mesmo não visitando as roças, através das conversas que ocorrem na venda, os próprios agricultores passam essa informação. É comum um agricultor ter crédito em mais de uma venda, geralmente ele deve “fidelidade” somente em uma.

Fidelidade aqui é comprar e vender para o dono da venda em que possui a conta maior, em relação a demais, isto resulta na prestação de alguns favores. Há muito caso na comunidade, de relação de compadrios, configurando a relação diática voluntária que envolve obrigações difusas em vez de deveres claramente delineados. Segundo Landè (1977), estas relações são feitas na ausência de instituições legais, capazes de manter em vigor contratos formais ou porque os indivíduos envolvidos preferem não colocar as suas relações, em uma base contratual ou sujeita-las à omissão legal.

O enquadramento institucional da categoria agricultor quilombola, nas políticas públicas ocorreu recentemente, ou melhor, os agricultores negros ficaram desde 1880, até a final da década de 90 do século XX sem o apoio das instituições legais. Diante desta situação, o caminho encontrado para a sua reprodução, foi na formação de alianças diáticas que Landè (1977) se refere como sendo uma relação direta entre duas pessoas.

“De certo modo, as relações diáticas mais puras são aquelas que são voluntárias e difusas, pois refletem as livres escolhas dos seus participantes e dependem, para sua resistência, da reação de cada membro à indução feita pelo outro” (LANDÉ, 1997, p. 5).

No caso estudado, a aliança diáticas que foi formada é de caráter vertical, pois, o interesse do arrendatário de terras, não é o mesmo dos agricultores quilombolas, mesmo prestando alguns favores é improvável que vai defender a titulação das terras da comunidade. Os dois aliados envolvidos nesta relação são qualitativamente diferentes, os donos de terras e dos donos das vendas, embora vende a crédito para os agricultores e às vezes chegam a perdoar uma dívida dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, jamais tornará uma aliando na proposta de pensar um projeto amplo de desenvolvimento para este grupo. A tendência é que em épocas de maior necessidade ocorre o fortalecimento das relações diáticas.

Com as ações dos mediadores da ATER, a partir de 2000, a tendência é que estes antigos aliados donos de vendas, atravessadores e proprietários de terras, vão enfraquecendo a relação entre os agricultores, podendo até vir a acabar. Emergindo assim, uma outra relação de dominação, agora com conteúdos e interesses diferentes da anterior, que será discutida no próximo capítulo.

Landè (1977) desta que as necessidades e os recursos dos indivíduos mudam com o passar do tempo. Os aliados do passado perdem a sua atratividade, quando aliados potencialmente mais úteis entram em cena. Um exemplo que ilustra a afirmação do autor é a reivindicação da identidade quilombola dos agricultores da comunidade Maçambique, os mediadores do CAPA e da EMATER na atual situação são muito mais úteis do que os donos das terras e das vendas, pois estes oferecem a possibilidade de acessar determinados recursos, além de juntar-se a causa do reconhecimento do território quilombola.

- **A colheita**

A colheita esta presente no imaginário dos agricultores, como um período de fartura: pagamento de dívidas, compra de roupas, passeios na cidade. Dependendo da negociação feita, o agricultor pode entregar somente o valor que ele deve na venda, em que ele comprou os alimentos durante a safra e o restante da produção, vender para outros atravessadores. Também é prática comum na comunidade Maçambique, os agricultores repartirem a produção na hora de vender. Esta visa assegurar o princípio da reciprocidade, pois eles podem vir a precisar de alguns empréstimos ou favores destas pessoas.

O sistema de arrendamento feito na comunidade Maçambique gera uma situação permanente de insegurança, em relação à aquisição de alimentos, mesmo com a adoção de outras alternativas de produção, ao sistema convencional de plantio. Como recurso analítico a pesquisadora utiliza os pontos de acumulação do feijão, para demonstrar que a insegurança alimentar vivida pelos agricultores quilombolas está fortemente ligado com o sistema de arrendamento, ou seja, a não titulação das terras dos agricultores da comunidade Maçambique.

- **Ponto de acumulação do feijão no sistema de arrendamento (terça) convencional**

De cada 10 sacas de feijão que o agricultor quilombola produz, 3,3 sacas é do dono da terra, 1,5 sacas para compra de semente e insumos, 1 saca para debulha do feijão, **sobra para a família 4,2 sacas.**

Ponto de acumulação do feijão no sistema de arrendamento (terça) com práticas agroecológicas.

De cada 10 sacas de feijão que o agricultor quilombola produz, 3,3 sacas é do dono da terra, não tem gastado com a compra de semente, pois ele a reserva, 1 saca para debulha, **sobra para a família 5,7 sacas**

Ponto de acumulação do feijão dos agricultores quilombolas que são donos da terra ou herdeiros no sistema convencional

De cada 10 sacas de feijão que o agricultor quilombola produz, 1,5 sacas é para comprar sementes e insumos, 1 saca para debulha do feijão, **sobra para a família 7,5 sacas.**

Pontos de acumulação do feijão dos agricultores quilombolas que são donos de terra e produzem no sistema agroecológicos.

De cada 10 sacas produzidas de feijão, 1 saca é destinada para pagar a debulha, sobrando assim **9 sacas para a família.**

Diante deste exemplo, pode-se concluir que o arrendamento é um sistema injusto para os agricultores quilombolas que não tem terra da comunidade Maçambique, em torno dele se formou um círculo vicioso que sustenta as relações de dominações e clientelismo, entre os agricultores quilombolas e os donos de terras.

Mesmo com a proposta de mudança de modelo tecnológico, do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, não é possível romper este círculo. O ponto de acumulação da semente e insumos está em torno de 10%, nesta proposta o agricultor ganha uma “sobrevida” para incrementar a sua pauta alimentar e comprar alguns moveis para casa. O que está em jogo neste sistema é a alteração da estrutura fundiária.

Os agricultores quilombolas que são donos ou herdeiros de terra na comunidade, embora sejam de pequenas áreas, em torno de 2 a 5 hectares, além de acumular mais sacas na cultura do feijão, tem a possibilidade de diversificar o plantio e estabelecer uma relação mais simétrica, com os donos das vendas e proprietários de terras locais. Mesmo que ele trabalhe de diarista alguns dias do ano, há uma margem de manobra maior, embora não se possa desconsiderar as relações de parentesco, presentes na comunidade. É muito comum uma família de agricultor ter terra, ser aposentado e manter a fidelidade com um dono de uma venda. Nesta

situação, ele está pensando no bem estar do seu núcleo de parentesco, caso rompa a relação pode vir a sofrer represália, de certa forma ele é o avalista do seu núcleo de parentesco.

4.4 A aposentadoria como um fator da segurança alimentar

A aposentadoria é um outro fator importante na obtenção de alimentos para as famílias da comunidade Maçambique, ter pelo menos um membro da família que recebe este benefício, significa que o mínimo necessário de alimentos está garantido, durante os primeiros dias de cada mês. Os aposentados e pensionistas, ocupam o papel central no fornecimento dos alimentos da pauta alimentar, do seu núcleo de parentesco.

Neste quadro, a aposentadoria é uma fonte de renda estável que possibilita a família, ter certa estabilidade financeira durante todo o ano. A renda de R\$ 350,00, garante os alimentos da pauta alimentar, é a liberdade de escolher o lugar para comprar, embora muitos ainda continuam comprando nas vendas locais. É comum o aposentado, comprar os principais alimentos na sede do município de Canguçu e o restante, as misturas, doces, nas vendas locais. Além de exercer o papel de credor, comprando semente e insumos para a cultura do feijão, para eles próprios plantarem, podem-no ser para os filhos e netos.

Interessante sublinhar que a fatura de alimentos é no começo do mês, dependendo do tamanho da família e do núcleo de parentesco, do qual a família faz parte, geralmente nos primeiros quinze dias do mês, a pauta alimentar está garantida. Se for um núcleo de parentesco em que ninguém tem terras próprias ou arrendadas, em período que há grandes dificuldades de encontrar trabalho de diária, o dinheiro da aposentadoria não é suficiente para garantir a alimentação deste núcleo de parentesco. Por exemplo, num núcleo de parentesco constituído à volta de vinte e cinco pessoas, distribuídas em quatro famílias, onde duas pessoas são aposentadas e com muitas crianças.

Neste caso, eles dependem quase que exclusivamente do dinheiro da aposentadoria destas duas pessoas, e de ações da igreja. Dependendo do núcleo de parentesco em que o aposentado faz parte, ele pode exercer diferentes funções.

São muito comuns, os aposentados que pertencem aos núcleos de parentescos em que tem terras onde financiam a produção, como na compra de semente, insumos, ou até mesmo arrendarem suas terras para os parentes, no sistema de meia ou terça.

4.5 Redes de circulação de alimentos

As redes de circulação de alimentos e reciprocidade na comunidade quilombola Maçambique são muito intensas, conectando parentes e vizinhos do entorno. Essas redes são muito mais que do simples circulação de alimentos. Situação semelhante ao encontrado na ilha de Ituqui, na região baixo Amazonas do Pará.

“Essas redes podem ir além da simples troca de alimentos e desenvolverem-se em sistemas de organização troca de força de trabalho entre os moradores da várzea e da terra firme. Essas trocas visam normalmente à produção de itens alimentares. O planejamento das refeições diárias é uma preocupação constante e pode ser sensivelmente alterada por fatores imprevistos, tais como, uma pesca mal sucedida, as flutuações do preço no mercado local, o número de participantes em cada refeição ou, simplesmente, as preferências pessoais. De qualquer maneira, o consumo diário é bastante flutuante e demonstra variações diárias, semanais e mensais.” (MURRIETA, p.16, 1998).

As redes de circulação de alimentos têm a função principal de garantir os alimentos da pauta alimentar dos agricultores da comunidade, em uma situação de crise econômica temporária, bem como durante os períodos permanentes de algum núcleo de parentesco.

Devido a uma situação vivida constantemente de insegurança, em relação à obtenção dos alimentos, as redes amenizam esta situação de vulnerabilidade vivida pelas famílias. Está, pois integrada, em uma destas redes de circulação de alimentos. Significa poder contar com a ajuda destas pessoas, no período de escassez de alimentos. Em um estudo feito em Paranaguá na área urbana, Gerhardt (2003) também identificou estas redes de circulação de alimentos.

“Existem em Paranaguá múltiplos tipos de redes de bens e produtos. Na vida cotidiana das famílias pobre, no plano do núcleo familiar e da família

(no sentido do parentesco), as redes constituem uma estratégia importante de sobrevivência e é nelas que os alimentos cotidianos são obtidos, criando esferas mais amplas de distribuição de alimentos e de sobrevivência” (GERHARDT, 2003 p, 1)

Gerhardt (2003) explica que para entender a formação destas redes de circulação de alimentos, é preciso antes compreender a situação econômica precária vivida por estes moradores que levam a desenvolver estratégias de ordem individual, mas também coletiva. As relações clientelistas, as procuras de prestígio, os deveres religiosos de caridade, tecem redes de distribuição entre famílias vizinhas e outras instituições que suavizam as diferenças materiais, de uma simples observação, das condições externas de riqueza e pobreza tendem a demonstrar, com o desejo de a esconder.

Nesta linha de argumentação, a lógica de circulação dos alimentos na comunidade Maçambique, incorpora a noção de rede social, pois a circulação destes alimentos gera diferentes interligações dentro da comunidade, situação muito parecida com a de Paranaguá, encontrada por Gerhardt (2003).

Os alimentos que circulam nesses circuitos provêm de várias fontes: desde a produção do lote, compras com renda da aposentadoria, da venda da produção do feijão, bolsa emergencial de alimentos; geralmente, o acesso aos alimentos pela família é uma combinação, destas várias fontes. A comunidade Maçambique é caracterizada como um grupo corporado de parentesco, mas não é isolado em si, muito pelo contrário, estas interdependências na circulação de alimentos mostram que há uma articulação com as vizinhanças e seus parentes, como nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Caso semelhante encontrado por dos Anjos (2003) na comunidade São Miguel dos Pretos.

“Contudo, esses territórios negros, longe de estarem isolados, se originam, com freqüência, da fragmentação e da expansão de um núcleo inicial, mantendo entre si relações estreitas de parentesco, alianças matrimoniais e uma rede intensa de solidariedade. Além dessa rede de relações entre grupo corporados de parentesco típicas do mundo rural, cada agrupamento cria e preserva toda uma rede de relações socioeconômicas densas com suas diásporas nas cidades, sobretudo na capital, o que impede a redução de sua territorialidade ao espaço físico de atividade agropecuária e de moradia.”(dos ANJOS, 2003, p. 44-45).

Esta realidade cotidiana permite-nos romper com o conceito de quilombo,

concebido como um lugar de isolamento geográfico; muito pelo contrário, a sua permanência até os dias de hoje, está ligado com a capacidade dos agricultores em formar redes sociais internas e externas (dos Anjos, 2003).

Todas as famílias da comunidade Maçambique estão ligadas às estas redes de circulação de alimentos, sempre tem uma pessoa ou família que exerce o papel central de fornecedor de alimentos: pode ser um aposentado ou um agricultor que tenha terras e boas relações com a vizinhança. O recente reconhecimento da comunidade, como sendo de descendentes de quilombos, levou-a a formar uma equipe de coordenação. Atualmente são estes coordenadores que identificam se têm algumas famílias passando falta de alimentos e as encaminham para a prefeitura ou fazem o pedido a igreja.

Todas as famílias que fazem parte da rede e constitui-se numa rede micro (grupo familiar) ou macro (a comunidade). Todos contribuem, uns mais e outros menos.

“Nessas redes”, cada um contribui com o que possui em casa, com o que podem compartilhar, mas existe uma rotatividade informal dos aportes, de maneira que eles não contribuem todos com o mesmo produto e a mesma quantidade ao mesmo tempo, o que não os impede de serem beneficiados pelas trocas de produtos entre os diferentes parceiros. Esse desequilíbrio poderia ter efeitos negativos, como a durabilidade da rede, mas a “não-cobrança” é bem vinda nos dias em que a situação está realmente difícil “(GERHARDT, 2003 p. 3).

Por exemplo, o grupo de parentesco dos Ribeiros, eles recebem cesta básica todo começo de mês, neste período pode surgir alguma família próxima, necessitando de alguns itens emprestados como: óleo, trigo, arroz, nesta situação a cesta, é dividida. Caso semelhante das aposentadorias, as pessoas beneficiadas recebem, mas geralmente o dinheiro é dividido entre as famílias, principalmente entre os filhos que moram no mesmo terreno. Desta afirmação conclui-se que ter acesso a cesta básica ou ser aposentado, não significa ter garantia de alimentos o mês todo, porque a comunidade é um grupo corporado de parentesco, onde todos se ajudam.

Neste contexto, a rede social esta permeada por uma intencionalidade, ela permite a viabilização de uma estratégia de acesso aos alimentos. Pode-se dizer, entretanto, que também é mediada por interesses simbólicos.

5 CENÁRIO DE MEDIAÇÃO

Ao analisar o processo de mediação da construção da noção de segurança alimentar, pretendidas pelas agências de ATER, na comunidade quilombola Maçambique, é lançar-se na tarefa para compreender: tanto a sua elaboração como sua colocação na prática. Desse modo, é necessário identificar os diferentes interesses e conteúdos presentes nesta proposta.

Pressupõem que durante o processo de implantação das noções de segurança alimentar, pretendida pelas agências de desenvolvimento, ocorre uma interação entre estas concepções de segurança alimentar. Para tanto, faz-se necessário identificar cada concepção de segurança alimentar das instituições de ATER envolvidas na construção, bem como a percepção dos mediadores responsáveis por este processo.

No capítulo anterior foi apresentando de uma forma mais descritiva os saberes e práticas alimentares dos agricultores estudados, evidenciando assim a percepção destes em relação a sua segurança, no que se refere à garantia de alimentos e as suas estratégias para a obtê-los.

O eixo norteador deste último capítulo consiste na análise sobre os conteúdos e interesses presentes no processo de formação da noção de segurança alimentar da comunidade Maçambique, através das relações entre os mediadores e os agricultores quilombolas. Procura-se compreender, a conformação desta noção como um **novo quadro de referência** para as ações dos técnicos de campo que trabalham na comunidade.

Interessará, portanto, compreender como está estruturado a relação entre as duas instituições de ATER – EMATER e o CAPA – no que se refere a garantia e aquisição de alimentos na comunidade quilombola Maçambique, procurando nos conceitos já apresentados, uma operacionalização analítica para esta tarefa. O objetivo é compreender como que uma mesma meta – **construção da segurança alimentar** - pode unir mediadores sociais com diferentes interesses; e, por outro lado, analisar quais são e como operam os distintos capitais (social, cultural, simbólicos e financeiros) que sustentam as estratégias destes agentes, tanto nas relações que estabelecem entre si, bem como nas interações com os outros

agentes.

5.1 Formação do cenário de mediação na comunidade Maçambique

A construção da noção de segurança alimentar na comunidade quilombola Maçambique pretendida pelas agências de ATER aponta para a construção de um referencial de **“agricultora quilombola”**. Este processo está calcado a reivindicação do reconhecimento e titulação das terras quilombolas, portanto, traz implicitamente a agregação de agentes dos movimentos sociais e intelectuais, além das organizações governamentais e não governamentais que prestam serviço de ATER nestas áreas.

Neves (2002), observa que em uma proposta de desenvolvimento que pressupõem rupturas nos modos de pensar e de se comportar dos técnicos da extensão rural bem como dos agricultores, uma das bases de sustentação é o reconhecimento de saberes constituídos sob outras perspectivas. Nesta linha de raciocínio o exercício de mediação enfatiza as relações de poder. A análise aqui apresentada é sustentada nesta perspectiva sociológica, o objetivo é demonstrar que as duas noções pretendidas pela ATER, conseqüentemente os mediadores ocorrem uma violência simbólica, essencialmente, pela ausência dos mediados, nas arenas de elaboração das políticas públicas, determinando assim uma aderência espontânea por parte dos mediadores aos projetos de desenvolvimento para a comunidade.

Diante deste quadro, os mediadores, funcionários do CAPA e da EMATER, envolvidos neste projeto de desenvolvimento se auto declaram como legítimos porta-vozes deste grupo, pois são eles os responsáveis direto pela relação com os agricultores.

Relembrando que o termo mediador remete àquela pessoa que assume o papel de estabelecer uma ponte entre diferentes partes e, por vezes, conflitantes, com o objetivo de obter um determinado resultado, no caso a segurança alimentar dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique. Para atingir este objetivo é necessário ele fazer acreditar que esta fazendo esta construção desinteressada. Segundo Bourdieu (2000) este desinteresse é ilusório, uma vez que sempre aspira recompensas simbólicas e econômicas da relação. Diante destas considerações sobre a figura do mediador é pertinente introduzir a discussão sobre a formação do

cenário de mediação na comunidade quilombola Maçambique, para posteriormente identificar os conteúdos e interesses presentes neste quadro.

O início do processo de mediação na comunidade Maçambique, esta ligada à luta da reivindicação da identidade quilombola. Bourdieu (1989) entende que a origem de um grupo social, não pode ser compreendida apenas, através dos processos econômicos de transformação. Desse ponto de vista, a construção da identidade quilombola, dos agricultores, conhecidos como “morenos” do município de Canguçu, liga-se não só a trajetória de expropriação por qual passou e continuam passando os agricultores descendentes de ex-escravos, mas, entre outros elementos, o trabalho do movimento negro, ONG’s ligados a este tema e a alguns intelectuais. No começo do ano 2000, as políticas públicas passaram a enquadrar a categoria de agricultores quilombolas, como sendo público-alvo dos projetos de combate a pobreza rural. É em torno destas ações que se forma o cenário de mediação na comunidade quilombola Maçambique, as instituições envolvidas são as de ATER. O ponto de partida é a construção da noção de segurança alimentar, no caso estudado a iniciativa foi do CAPA, cuja noção está sustentada nas práticas agroecológicas de se fazer agricultura, posteriormente a EMATER também passa a prestar serviços de ATER na comunidade Maçambique através do RS-RURAL.

As intervenções dos técnicos, ligadas às agências governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, têm sido duramente criticadas por justificarem suas intervenções nos chamados “problemas locais”, lançando mão, principalmente de instrumentos técnicos, seja para orientar o modo de se fazer agricultura, como também nas orientações sobre a organização das comunidades rurais. Um exemplo é os programas de nutrição e consumo alimentar elaborados para os agricultores.

Geralmente, as ações que visam melhorar a qualidade nutricional dos agricultores, são apresentados como “pacotes” de implementação de produção de alimentos e equilíbrio nutricional, ou seja, pressupõem que existe um problema é que para solucioná-lo somente as ferramentas técnicas darão conta. Neste modelo de ATER, o técnico de campo é um extensionista de fato¹, ele estende até ao agricultor as ferramentas técnicas necessárias, para resolver o seu suposto problema.

Concomitante, a esta orientação de se fazer extensão rural, alguns movimentos sociais populares ligados à questão rural, começam a fazer duras críticas a este modelo de intervenção fundamentada quase que exclusivamente na tecnologia. As origens das organizações não-governamentais, ligadas à temática de desenvolvimento rural no Brasil, emergem atreladas a estes movimentos e preconizam um outro modelo de agricultura, fundamentada na diminuição de insumos e calcada nos saberes locais dos agricultores. Este debate toma corpo no final da década de 80, polarizando entre os movimentos sociais populares e alguns intelectuais ligados à agricultura, defendendo um “modelo de agricultura alternativa” ao modelo majoritário defendido pelo Estado e os setores do agronegócio. O início das intervenções das organizações não governamental no rural se deve a “brecha” deixada pelo Estado neste setor, ou seja, na não assistência técnica aos agricultores familiares tradicionais.

Para acessar determinados recursos os agricultores deveriam atender alguns pré-requisitos como: ter título da terra, capacidade de pagamento, etc. Estes requisitos excluíram um bom número de agricultores, principalmente os mais pobres em capital financeiro como os quilombolas, caboclos, índios, ribeirinhos da assistência técnica e extensão rural oficial do Brasil. São estes agricultores que tornaram públicos-alvos das ONGs, no final da década de 90.

A intervenção do Centro de Apoio ao Agricultor Familiar (CAPA) na comunidade quilombola Maçambique está ligada a este fato, o objetivo principal desta instituição é construir um referencial de agricultura quilombola para esta comunidade. Para isto, explicitaram o desejo de construir uma outra ordem ali estabelecida, os agricultores conhecidos como “morenos” passou a ser agricultores negros de Maçambique, conseqüentemente esta referência permitiu reivindicar uma identidade coletiva, acumular forças na luta do reconhecimento das terras, além de acessar determinadas políticas públicas.

O primeiro desafio do CAPA era definir o que é um agricultor familiar quilombola. Quais características deveriam contemplar. Para isto o CAPA realizou um diagnóstico e o utilizou como ponto de partida para delinear um referencial sobre esta categoria, além de pesquisas em fontes primárias e secundárias.

¹ Mais detalhes consultar a obra Comunicação ou Extensão de Paulo Freire.

MUELLER (1995) ilustra bem esta questão, ao afirmar que os referenciais são as “idéias em ação”. Esta afirmação traz duas implicações: o processo de percepção do mundo ou de elaboração de referência, é um processo em construção desta nova forma de agir. No caso aqui estudado é a construção do modelo de “agricultura quilombola” que implicitamente deverá carregar a noção de segurança alimentar quilombola. Pertinente questionar, de qual parte será esta noção? Dos próprios agricultores, mas como? Se eles não conhecem este termo, ou dos mediadores que elegeram alguns indicativos que devem ter a noção de segurança alimentar na comunidade Maçambique.

Cardoso de Oliveira (2000) acredita que através do processo de comunicação na arena micro pode ocorrer uma negociação entre os agentes, que o autor chama de fusão de horizonte estabelecer uma relação simétrica. Na questão posta, a elaboração da noção de segurança alimentar para a comunidade Maçambique será um produto da participação dos agricultores incorporando assim os saberes e práticas alimentares dos agricultores. Infere-se que a noção de segurança alimentar sustentada nesta premissa será o resultado das várias percepções acerca do termo.

A segunda implicação refere-se ao componente identidade, dimensão essencial no processo de construção deste novo referencial, na medida em que fundamenta a visão do grupo sobre si mesmo e do seu lugar na sociedade.

Neste fio condutor, o trabalho inicial do CAPA na comunidade foi elaborar metodologias de intervenções que possibilitasse constituir um mecanismo de “fabricação” de imagens e valores. Por exemplo, o CAPA precisou ter um conceito de agricultor quilombola, para sustentar suas intervenções na comunidade Maçambique.

“Agricultor quilombolas são os agricultores negros rurais pertencentes a um grupo que por motivos históricos, o sistema escravocrata, foi excluído do processo de desenvolvimento do País, portanto é necessário reivindicar os seus direitos. [...] Hoje eu sou quilombola, então tenho algum direito como quilombola [...] Tenho direito a terra, tenho direito a respeito, tenho uma história que me ampara para que eu tenha esse direito, esse conhecimento e esse reconhecimento” (mediadora do CAPA, 2005).

A percepção do CAPA sobre o conceito de agricultores quilombolas, permitiu selecionar alguns traços culturais de um conjunto possíveis de características que pode identificar o agricultor quilombola. Feito isto, foi possível distinguir a categoria agricultores quilombolas, dos demais agricultores familiares do terceiro distrito de Canguçu. Observou-se, que a cor da pele dos agricultores foi uma variável fundamental na delimitação de quem é ou não quilombola realizado pelo CAPA.

Oportuno relatar que a delimitação feita pelo CAPA, causou inquietações na comunidade, rompeu o princípio da “igualdade” entre os agricultores da região, principalmente depois do enquadramento dos agricultores negros, como público-alvo do programa RS-RURAL. Os agricultores familiares vizinhos da comunidade Maçambique fizeram questionamentos para os técnicos da EMATER, utilizando o discurso de que todos são iguais, pobres, portanto, não havendo assim a necessidade de separar por cor.

Diante desta contestação, os mediadores da EMATER sentiram a necessidade de ter estes traços culturais mais claros, para justificar o porquê de somente os agricultores “*morenos*” ter acesso a esta política. Na maioria das vezes a explicação foi centrada na exacerbação da pobreza, vivida por estes agricultores. A justificativa dos mediadores da EMATER substancializa a questão dos agricultores quilombolas, tratados como pobre,s destituídos de identidade coletiva, logo, é este “público” que precisa de projetos, a fundo perdido. Com este procedimento, escamoteia a discussão sobre etnia nas áreas rurais, identidade, territórios, ou seja, esvazia a essência do debate da lutas dos agricultores quilombolas.

A mediadora vinculada a EMATER, no departamento do bem-estar social relatou que sente a necessidade de ter mais conhecimento sobre a questão étnica, como capacitação de trabalhar com este público (quilombolas). Além da necessidade de integrar ações, entre o departamento do bem-estar e os profissionais ligados às ciências agrárias da EMATER. A mediadora finaliza dizendo que “*precisa sentir-se mais segura na hora de elaborar e trabalhar os projetos para este público*”

Á medida que o referencial de agricultura quilombola vai sendo construído na comunidade, a tendência é aumentar o “fosso” entre as diferentes categorias de agricultores familiares locais aprofunda-se. MUELLER (1995) salienta que é normal ocorrer este distanciamento, pois a construção social dos referenciais encontra-se no meio de conflitos de representações sobre classificações e papéis do setor,

portanto, a construção do referencial agricultora quilombola não poderia ser diferente, na medida em que altera as relações de poder na comunidade.

É, pois, neste quadro “conflituoso” que ocorre a defesa de novos parâmetros, para a elaboração de políticas públicas, voltadas para o Desenvolvimento Rural nas comunidades quilombolas. As disputas que ocorrem em torno dessa construção, incorporam progressivamente a complexa operação de definição do lugar e de construção da identidade dos agricultores quilombolas na sociedade brasileira, conseqüentemente o referencial da alimentação destes agricultores.

No estado do Rio Grande do Sul, o referencial quilombola começou a ser construído no Governo do Olívio Dutra, através do programa RS-RURAL - projeto de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural. É a partir deste momento que os agricultores quilombolas do estado, começaram a ter representantes nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento dos Municípios. Passam a fazer partes da agenda estadual das políticas públicas constituiu o Conselho de Desenvolvimento de Comunidades Negras no Estado (CODENE).

No caso da comunidade Maçambique, a construção do referencial iniciou-se em 2003 com o CAPA. O ponto de partida da ATER foi trabalhar no resgate da semente crioula do feijão. Por acreditar que os agricultores quilombolas têm uma forte ligação com as sementes. A metodologia foi realizar a reconstituição da história do grupo, posteriormente, a EMATER os declarou como sendo também, o seu público-alvo, cujo objetivo inicial era elaborar os projetos do programa RS-RURAL, exclusivamente para as comunidades rurais negras do estado. Nesta ocasião, foram beneficiadas trinta e oito famílias da comunidade em ações para melhorar a infraestrutura das casas, investimentos para geração de renda e manejo e conservação dos recursos naturais, somando um total de R\$ 98.991,78.

Para conhecer melhor os agricultores da comunidade, os técnicos da EMATER reuniram-se algumas vezes com os técnicos do CAPA. Nas reuniões foi firmado um acordo, de que as duas instituições poderiam trabalhar juntas, no momento de elaborar os projetos para o programa RS-RURAL. Os itens dos projetos foram pensados em conjuntos com estas duas instituições e os agricultores priorizaram as ações para a produção de autoconsumo como: calcário, tela para cercar a horta, vaca leiteira, boi para puxar arado.

Oportuno mencionar, antes da ação da EMATER, na comunidade Maçambique, foi realizado um relatório no estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo consistia em apontar, quais eram as comunidades negras rurais com fortes evidências para reivindicar a identidade quilombola.

Nas entrevistas percebeu-se que no imaginário dos agricultores, os técnicos do CAPA são os que ensinam a plantar sem veneno, enquanto que os técnicos da EMATER faz os pedidos do programa levam para fazer orçamento dos itens pedidos também são os que libera os dinheiros dos créditos. Esta percepção está ligada com a forma como as ATER atuam, a EMATER próxima da intervenção centrada na técnica, enquanto o CAPA aproxima da percepção de mediação que a Neves (2002) defende, ou seja, centrada no reconhecimento do saber-fazer dos agricultores

O cenário de mediação na comunidade Maçambique foi formado em torno das ações do processo de construção do referencial agricultor quilombola. Três grandes “mundos” entraram em contato; duas das organizações de ATER a do CAPA e da EMATER e a outra dos próprios agricultores, conformando os grupos estratégicos que Sardan (1995) defini como sendo: grupos portadores de objetivos comuns, porém com interesses diferentes.

É neste contexto, que ocorre a formação de arenas e dos grupos estratégicos. Entendendo-se por arena, como sendo o lugar real em que ocorre claramente o confronto das propostas de desenvolvimento para a comunidade Maçambique. No caso aqui estudado, da construção da noção de segurança alimentar, pretendida pelas duas instituições de ATER.

As formações de grupos estratégicas na comunidade Maçambique foram formadas em volta das propostas apresentadas pelos mediadores. Segundo Sardan (2002) os atores desenvolvem ao redor dos projetos de desenvolvimento dado, as estratégias pessoais e profissionais administradas segundo critérios de cada um que pode ser para: reforçar o patrimônio territorial, obter o combustível para um veículo.

Na comunidade Maçambique, percebeu-se que existem vários grupos estratégicos que pode ser dividido em três grandes grupos. O grupo próximo dos mediadores do CAPA, geralmente está a liderança mais politizada e os agricultores que tentam implantar o sistema agroecológico; o outro grupo está próximo dos mediadores da EMATER, as lideranças também faz parte deste grupo, os

agricultores que não acreditam que é possível produzir sem veneno e por último os grupo próximos a igreja a assistência social do município. Importante frisar que pode haver vários grupos estratégicos, que dependendo do contexto, pode ocorrer a dissolução, fragmentação ou junção dos grupos, já que existem diferentes visões dentro destes “mundos”.

Recuperando a noção de *habitus* de Bourdieu (1990) as percepções tanto dos mediadores, bem como dos agricultores são visões formadas, a partir de uma determinada posição social. Diante do exposto, pode-se dizer que existem duas pretensões de representação sobre a construção do referencial de segurança alimentar na comunidade Maçambique. Uma fundamentada nos saberes técnico-científico formal, que por sua vez subdivide em duas: no modelo convencional de agricultura e no modelo agroecológico e a outra sustentada nos saberes populares dos agricultores quilombolas e na imaginação dos mediadores do que seja um tipo ideal de agricultor quilombola. Estas percepções e concepções de saberes e de significados entram em relação, no momento da tentativa de construir o referencial.

O cenário de mediação na comunidade Maçambique esta permeada por uma disputa do modelo de fazer agricultura. As premissas das duas percepções de segurança alimentar pretendida pelas ATER são elaboradas fora da comunidade, sem a participação dos agricultores. Os mediadores já trazem prontos os desenhos de suas noções acerca da aquisição e garantia de alimentos para comunidade, embora com conteúdos diferentes as duas geram a violência simbólica que será discutida mais adiante.

5.2 O CAPA chegou primeiro!

A emergência das organizações não governamentais, no Brasil, que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural, ocorreu a partir da década de 80, em um momento de crise das agências governamentais ligadas a questão da dívida e à denúncia do papel do estado. O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor surge neste período, há 25 anos estão trabalhando com os agricultores familiares e pequenos agricultores, em três núcleos: Pelotas/RS e região, Santa Cruz do Sul/RS e Verê, Marechal Cândido Rondon ambos no estado do Paraná, o único núcleo que trabalha com agricultores quilombolas é o núcleo de Pelotas, cuja missão é a seguinte:

O CAPA é um serviço da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, fazendo parte de seu compromisso de Igreja de Jesus Cristo, que não se conforma com as injustiças sociais e a agressão à natureza, colocado à disposição dos agricultores familiares para, em conjunto com eles e com base nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e realização econômica para todos. (site www.capa.org.br 26/01/2006).

Foi fundamentada nesta missão que o CAPA de Pelotas elaborou o projeto de intervenção, para as comunidades quilombolas da Metade Sul, entre elas a Maçambique, para pedir financiamento a ELCA que é uma organização da igreja luterana dos Estados Unidos.

Então, como se pensou assim, bom o projeto vamos a comunidade ver as condições em que eles estão todo daí foi feita toda uma conversar o primeiro contato com as comunidades para depois pensar o projeto organizamos o projeto. Na verdade quem começou a pensar isto foi um pastor dos Estados Unidos Peter da igreja luterana que estava fazendo um estudo dos negros da bíblia e tal, ele se deu conta que era interessante fazer um trabalho com as comunidades quilombolas com os negros como a gente chama aí nos desafiou a trabalhar com as comunidades, bom aceitamos o desafio e vamos procurar a parceria da UNAIC na pessoa do Cleo pensamos em São Lourenço no Gilmar que é um técnico agrícola que já tinha um trabalho com as comunidades, não em específico mas já conheci, e aí fizemos um momento de apresentação para as comunidades quem era o Capa como trabalhava e tal aí vamos nos consultar a comunidade de que forma podemos ajudar vocês de buscar suas origens de resgatar a sua agricultura tradicional e a partir desta conversa que se pensou o projeto e elaboramos o projeto com a participação da comunidade e aí então A ELCA que é uma organização da igreja luterana do Estados Unidos financia o projeto, fomos buscar o financiamento na ELCA, então o financiamento vem depois do projeto de pensar o construímos o projeto coletivamente com as comunidades depois fomos buscar o financiamento (mediadora do CAPA, 19/04/2005).

A primeira reunião em que a mediadora do CAPA se refere, foi recebida com desconfiança por parte dos agricultores negros, pois somente alguns foram a reunião. Os agricultores relataram a razão desta desconfiança. Pois, até então, nunca os “*morenos*” da comunidade Rincão do Progresso e da Santo Antônio, tinha participado de uma proposta de desenvolvimento rural exclusivo para eles. Ficaram surpresos, com o fato de ter uma reunião somente para os agricultores “*morenos*”, do terceiro distrito de Canguçu.

Depois da reunião, alguns agricultores foram aconselhar-se com os donos da

terra de que eles utilizavam, por sentir-se mais seguros com estas pessoas, devido a uma longa relação de amizade, pois até então, eram os únicos que ajudaram e o ajudam no momento de urgência.

Alguns não foram a primeira reunião por medo, embora tivessem curiosidade.. Por medo de se tratar de **“uma coisa ruim”**. Uma agricultora relatou em sua entrevista que muitos falavam que era uma religião brava que estava vindo somente para os negros, então ela não foi por medo.

Como vocês receberam o convite para participar de uma reunião só de agricultores negros, feito pelo CAPA?A principio foi o Cléo quem fez a reunião foi no Carlinhos, ele disse que eram para ser convidado só agricultores negros, muita gente não foram não sabia o que eram. Ficaram com medo. Na primeira reunião não fui, foi o Seriacó, na segunda reunião veio o coordenadora do CAPA elas foram explicando e nós entendendo. (Dona. Conceição, 64 anos).

O senhor já recebeu visita do CAPA?Aquelas que trabalham com hortinha, não nunca me importaram de ir lá, nem eu nem ela (a mulher dele) nunca importamos ir lá porque eles não gosta da cor moreno (ele confundiu com a associação do Francisco Meirelles) . **Não é esta associação é a reunião do CAPA só para agricultores negros?** Nunca fui, nem nas reuniões do RS-RURAL, mas tem muita gente que vai, tem que ter cautela. Acredito na nossa senhora ela aparece e explica as coisas O governo do Lula que eu venho botando sentido, tem muita coisa boa, o mandamento de Deus, esse programa mesmo ensina quem tem mais repartir quem tem menos é um caso bom. Este programa que tu está envolvido é bom. A minha idade não recomenda mais, nós temos animal, galpão não temos. (Senhor Sinoquio, 76 anos).

Estes relatos mostram que devido à constante discriminação sofrida, por estes agricultores negros, eles duvidavam que pudesse acontecer alguma coisa “boa” para o seu grupo étnico. Um exemplo é o programa RS-RURAL, segundo uma liderança da comunidade, teve famílias de *“morenos”* que ficaram de fora do projeto, por não acreditar que poderia ter vacas, materiais para reformar a casa, adubos sem ter que pagar depois. A pesquisadora observou esta situação, pois estava presente no dia em que foi entregue os animais domésticos do programa, muitas pessoas que não tinham feito o projeto, foram lá verificar, se era verdade que os *“morenos”* iriam

mesmo “ganhar” os animais.

Em todas as entrevistas estão presentes relatos desta desconfiança, em relação ao início do trabalho do CAPA na comunidade. Interessante de referir que antes do CAPA, a maioria dos agricultores da comunidade, nunca tinham ouvido falar na palavra, quilombo.

Chega alguém de fora, é vão dizendo para reunir somente os agricultores negros; começam a falar sobre direitos, ocorreu uma certa “desorganização” na comunidade. As coisas estavam em seus “lugares”, as relações estabelecidas entre as famílias, às relações de parentescos e vizinhança. A ação do CAPA rompeu com alguns princípios de reciprocidade, construídos há anos, entre os agricultores “*morenos*” e os seus vizinhos.

Esta visão dos agricultores sobre eles mesmos é um produto da violência simbólica, sofrida por estes grupos durante anos seguidos. Boudieu (2002) ilustra bem esta situação, a violência simbólica ocorre quando a visão que um grupo tem de si é a mesma das dos dominantes de um espaço social. No caso aqui estudado, as visões dos agricultores quilombolas, basicamente são a mesma das dos donos de terras. Nas entrevistas, ao perguntar sobre os pratos tradicionais da comunidade sempre tinha como referência de comida de negro, pobre, própria para o trabalho braçal. Importante comentar que ao falar destes pratos, se percebeu certo constrangimento nas falas dos entrevistados.

Também explica a razão da desconfiança em ter uma reunião só para os negros, pois, para eles negros nunca tiveram direito a nada, ou seja, só poderia ser uma coisa ruim mesmo que estava para acontecer.

Para “ganhar” a confiança dos agricultores, a primeira ação foi conseguir sementes, em parceria com a UNAIC, sobre uma lógica diferente dos donos de terra. Esta ação colocou os agricultores em um dilema, ao pegar as sementes da UNAIC com o compromisso de reproduzi-las, conseqüentemente não precisariam de as pegar dos donos da vendas. Neste caso colocou em risco a relação diática construída há anos com este grupo. Mas quem vende os alimentos para pagar na safra são eles, com medo de desagradar os donos da venda e também o CAPA muito utilizam a estratégias de pegar um pouco de cada um, assim não fica de mal

com ninguém.

A relação de confiança neste caso ainda não estava estabelecida com o CAPA, portanto na percepção de alguns agricultores não poderia colocar em causa as relações com os donos de terras e das vendas, ou seja, não era o momento de trocar uma relação por outras ainda não conformada totalmente. Segundo Landé (1997) as alianças didáticas implicam em troca de favores. Uma vez rompido as alianças, as trocas cessam.

A ação de mediação do CAPA está no começo, preconiza uma nova forma de produzir que promete “liberta-los” da dependência dos donos das vendas. Na verdade são discursos recheados de intenções ainda não concretizando. Diante deste quadro, os agricultores sabem que uma vez rompido a relação diática construída nos tempos passados, caso não dê certo a proposta do CAPA, eles não poderão mais contar com os antigos aliados, neste caso os proprietários de terra.

Nas entrevistas, os mediadores revelaram que compreendiam esta situação vivida pelos agricultores da comunidade, mas estavam dispostos a convence-los que a proposta de desenvolvimento pretendida pelo CAPA era a melhor solução para este grupo, fundamentada na participação de toda a comunidade e incorporação dos saberes e praticas alimentares.

O ponto de partida do CAPA, foi fazer o diagnóstico de demandas da comunidade Maçambique, tomando o cuidado de contemplar vários setores como: agricultura, saúde, religião, cultura: A partir destes dados, é que foi elaborado uma proposta de intervenção, no ano de 2002. Tendo como objetivo incentivar a organização comunitária, a construção de uma agricultura sustentada no modelo agroecológico e a geração de renda para atingir estas metas, exigiu a contratação de profissionais com um perfil específico.

Qual é o perfil de técnico que o CAPA contrata para trabalhar com as comunidades quilombolas, ou melhor, quais características que um técnico deve ter para trabalhar na instituição? Alguém comprometido que tenha experiência com trabalho comunitários, no meu caso a minha contratação era alguém que fosse negro, tivesse um conhecimento da historia do negro e um pouco da militância nas comunidades ou no movimento negro, quando entrei no projeto já tinha um ano de andamento. Então a minha contratação atendia a um perfil: ser negra, mulher ter algumas experiência no trabalho comunitária e toda a minha formação na área da história e da educação. Os técnicos vão ser contratos a partir de este perfil ter que ser alguém dedicado com compromisso com trabalhos comunitários, uma preocupação

eticamente identificada com os quilombolas, né, essas coisas assim basicamente. (Mediadora do CAPA).

Neste caso, o técnico/mediador deve se apresentar desinteressado, embora ele almeja lucros simbólicos econômicos. (Bourdieu, 2002). O perfil do técnico que o CAPA exigiu e alguém comprometido com a causa quilombola, além de ser negro, esta exigência no primeiro momento é desinteressada, mas ao analisar com mais profundidade percebe que o CAPA se auto proclama como legítimo representante desta categoria, ou seja, o objetivo é capitalizar o capital simbólico para a instituição. Enfatizando que o mediador não é um agente neutro despido de interesse, mesmo quando ele se apresenta totalmente desinteressado, como sendo negro, militante da causa, sempre almeja algum tipo de interesse nas relações.

As orientações para o desenvolvimento da comunidade Maçambique, está implícito uma noção de Segurança Alimentar mais ampla, do que aquela defendida pelos organismos internacionais, aproximando assim da soberania alimentar, sustentada nos saberes e práticas alimentares dos agricultores segundo a afirmação da mediadora.

Qual conceito de segurança alimentar que o CAPA defende?

Segurança alimentar não é só a questão da alimentação, mas tudo o que envolve a construção da cidadania e da autonomia das pessoas de viver dignamente a partir daquilo que se produz e um pouco isto assim que poderia se dizer. **Passa pelo debate da soberania?** Com certeza passa pela construção da soberania e da autonomia das comunidades a segurança alimentar não é só dar comida e tu crias mecanismos para que estas pessoas consigam se desenvolver como pessoas e como cidadãos. Então como nós trabalhamos com segurança alimentar. Por exemplo, uma das medidas que nós tomamos ao chegar às comunidades foi perceber a relação que eles tinham em relação a sementes. A semente que eles recebiam era de má qualidade era uma semente que não produzia e mesmo quando produzia tinha que ser dividido né, com o patrão dono da terra. (mediador do CAPA, 2005).

A percepção de segurança alimentar implica em resgatar os saberes populares dos agricultores quilombolas recuperar a auto-estima, valorizar os traços culturais definidores desta comunidade também implica em praticar um modelo de agricultura menos dependente dos insumos comprados.

Embora os mediadores da CAPA fazem um esforço para incluir a participação e

contemplar os saberes dos agricultores, ainda assim a concepção pretendida de noção de segurança alimentar gera uma violência simbólica. Pois, quando os mediadores do CAPA foram a comunidade pela primeira vez, dizendo que os agricultores “morenos” possuíam vários direitos como quilombolas, ocorreram adesões voluntárias aos projetos, mesmo com desconfiança. A perspectiva de acessar determinados recursos, formam um grupo de adesão em torno da proposta apresentada pelo CAPA, estabelecendo então, uma relação assimétrica, implica em aceitar uma relação de dominação por parte dos agricultores, pois eles percebem que os mediadores vão trazer melhorias para a comunidade, acreditando que é uma dádiva o que estão recebendo. Isto porque os agricultores não conhecem as arenas de decisões por onde passaram as propostas apresentadas pelo CAPA, e muito menos da trajetória até chegar a comunidade.

Nas entrevistas os agricultores declararam que desconhecem o artigo constitucional que concede alguns direitos as comunidades remanescentes de quilombolas, não sabem o que é CODENE.

A noção de segurança alimentar pretendido pelo CAPA, pressupõem hábitos e práticas alimentares exótico ao grupo mediado. Ela advém de um ideal de agricultores quilombolas próximos dos agricultores africanos. A mediadora falou da intenção do CAPA de buscar plantas na África para introduzir na comunidade, ou seja, seria purificar estes agricultores como sendo quilombolas mesmos, esta percepção exotiza o agricultor quilombola

5.3 EMATER: um desenho sobre os referenciais dos extensionistas rurais

Implantada no Brasil a partir da década de 50, a extensão rural orientou-se pela idéia de que a difusão da tecnologia poderia promover a melhoria das condições de vida da população rural. Tratava-se de importação do modelo clássico norte-americano, no qual o progresso técnico era visto como único fator de mudança social, independente das estruturas sociais, políticas econômicas existentes (FIGUEIREDO, 1984).

Posteriormente, os organizações públicas de assistência técnica e extensão rural

(ATER) ocuparam, um lugar importante na implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico. Ao longo da década de 80, devido à crise vivida pelo Estado, houve uma diminuição dos trabalhos estatais nos serviços de assistência técnica e extensão rural, na década de 90 acelera o desmantelamento do sistema nacional de extensão rural no Brasil. Desde então, a prática extensionista e as instituições da ATER, enfrentam o desafio de sua reconstrução, política e socialmente legitimada. O desmoronamento do sistema nacional implicou em trajetórias institucionais bastante heterogêneas dos serviços de extensão rural nos estados e municípios. A reconstrução da ATER preconiza um novo modelo de desenvolvimento, além de incorporar novas categorias de agricultor, no nosso caso os quilombolas.

O “novo modelo de extensão rural”, preconiza a missão de promover um desenvolvimento rural sustentável com equidade, o que significa privilegiar os grupos sociais vulneráveis, como públicos alvos de suas ações, que até então marginalizados pelo processo de modernização da agricultura. Pois, os referenciais hegemônicos, em torno de políticas agrícolas e do desenvolvimento rural foram postos em xeque desde meados da década de 80 (MARQUES, 2005). Afetando conseqüentemente a forma de se fazer extensão rural das instituições, principalmente as governamentais.

Para sustentar este argumento utiliza-se Mueller (1995) sobre os referenciais das políticas públicas. Segundo este autor, este conceito associa-se à representação do lugar e do papel de um setor na sociedade e numa época determinada.

Nesta perspectiva, o processo de formulação de um projeto de desenvolvimento rural, constitui um mecanismo de fabricação de imagens e valores. No caso aqui posto é o que vêm ocorrendo em torno do reconhecimento das comunidades quilombolas pelos agentes envolvidos nesta causa. As lideranças exigem que as ações dos técnicos de campo vinculados a EMATER nas comunidades quilombolas sejam participativas e contemplem os saberes e práticas dos agricultores alvos da proposta de desenvolvimento.

Nesta “nova orientação” de ATER, colocam em causa a capacidade destes

técnicos em se tornarem mediadores do grupo. A construção de referencial agricultor quilombola, incorpora conceitos até então distantes dos profissionais de extensão rural como: etnia, territórios. Uma das dificuldades para trabalhar com as comunidades, segundo os mediadores vinculados a EMATER de Canguçu, é devido a não “capacitação” para trabalhar com este público.

Há uma percepção meio difusa, sobre o que é uma comunidade quilombola. Ao ser perguntado sobre qual é a diferença entre um agricultor familiar e um agricultor quilombola, todos os mediadores desta instituição responderam que estes últimos “*são muito mais pobres e estão nas piores terras*” do que as primeiras categorias de agricultores, portanto é legítimo programa como o do RS-RURAL de combate à pobreza. A percepção dos técnicos da EMATER sobre os agricultores quilombolas pode resultar, devido ao seguinte fato que dos Anjos atribuem.

“Emergência insistente da problemática das comunidades remanescentes de quilombos é, apenas como especialidades de antropólogos peritos na construção de laudos de identificação, que a questão racial tem surgido, tocando a questão da pobreza nos meios rurais”.(Dos Anjos, 2003, p.44)

O programa RS-RURAL reforça esta visão dos técnicos, pois sua ação está centrada nas intervenções técnicas, como correção do solo, melhora das casas.

“Antes do programa RSRURA o senhor conheci alguma comunidade quilombolas? A gente não tinha distinção, para nós eram agricultores familiares “**normais**” . (mediador da EMATER/Canguçu, abril de 2005).

O modo como os mediadores da EMATER, percebem o agricultor quilombola, reflete a visão da sua instituição, implica uma intervenção centrada mais na técnica. Os mediadores de formação, nas Ciências Agrárias, concebem a noção de segurança alimentar no nível de unidade produção, evocando possibilidades de produção para a satisfação alimentar da família de forma menos dependente do mercado. Portanto é urgente recuperar os solos degradados, ter cursos de capacitação técnica para os agricultores da comunidade. Já a mediadora com formação nas áreas das humanas, lotada no departamento do Bem – Estar Social

da empresa, sente a necessidade de a EMATER ter um conceito mais preciso, sobre segurança alimentar.

Na verdade tenho uma dificuldade de entender o que é segurança alimentar, tudo que é ação se volta para a segurança alimentar daí fica grande demais (é o que me dizem) Para mim a questão da segurança alimentar e tu produzires viver dela não sei de conseguir me fazer entender. (mediadora da EMATER/Canguçu, 2005).

O relato da mediadora evidencia que na EMATER existem vários significados atribuídos ao termo de segurança alimentar. Além de evidenciar um recorte de gênero: para os mediadores masculinos atribui a construção da segurança alimentar faz-se através da via produtivista, enquanto as mediadoras, economistas domésticas, através da higienização dos alimentos. De certa maneira, as duas noções confluem, para a uma síntese de técnicação da noção de segurança alimentar. Com ações centradas no equilíbrio nutricional, quantidade de certos números de calorias consumidas por dia.

5.4 Polarização sobre as noções de segurança alimentar pretendida pelas ATER

Percebeu que a construção da noção de segurança alimentar pretendida pelas duas instituições de ATER, para os agricultores quilombolas da comunidade Maçambique, esta polarizada. De um lado, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, defende uma noção que leva em conta os saberes e práticas alimentares dos agricultores, além de incorporar um tipo ideal de agricultor, que os mediadores vão buscar no conceito de quilombola elaborado no período colonial e em plantas oriundas da África, esta noção exotiza os agricultores da comunidade Maçambique, parte do pressuposto que é preciso ocorrer uma purificação para diferenciar dos demais agricultores, seja através do modo de se fazer agricultura, bem como nos hábitos alimentares.

A estratégia do CAPA é buscar na história do grupo, hábitos alimentares que remetem a África para os (re)introduzir no cotidiano da comunidade. Embora foi

usada metodologia participativa para conhecer os hábitos alimentares e culturais do grupo, mas nas entrevistas os mediadores deixam claro que estão em busca de traços culturais que remete a África, objetivando construir um elo que o “mundo” perdido. Nesta busca da identidade perdida, os agricultores “*morenos*” não conseguem fazer-los sozinhos, necessita de mediadores, no caso aqui do CAPA.

Os mediadores apresentam desinteressado, cujo único interesse é “fortalecer” a comunidade, para eles poder andar com as próprias pernas. Esta afirmação está carregada de interesse. Percebe-se que o objetivo dos mediadores do CAPA é ser referências em relação prestação de Assistência Técnica em Extensão Rural em áreas quilombolas, pois eles chegaram antes das outras organizações, adotam a metodologia participativa. Há um esforço por parte dos mediadores de produzir acordos e consensos em torno das propostas de desenvolvimento para a comunidade.

Neste quadro, o CAPA vai buscar nos grupos estratégicos o apoio, para implantar a noção de segurança alimentar pretendida. São os agricultores mais receptivos para fazer a transição do modelo convencional para o “tradicional” que compõem o grupo. O interesse deste grupo é produzir para obter renda, enquanto o CAPA e se afirmar como legítimos representantes deste grupo. O grupo vê nas ações dos mediadores do CAPA a possibilidade de ter lucros, seja econômicos como simbólicos.

Um exemplo que ilustra esta afirmação é a feira da semente crioula realizada a cada dois anos em Canguçu, depois que os agricultores foram no evento, perceberam a possibilidade de ter uma barraca com comidas típicas da comunidade, no próximo evento, pois viram as barracas dos agricultores de origem alemã e italiana se sentiram motivados a resgatar pratos que têm os traços culturais da comunidade. Neste caso, os agricultores estão em busca de lucros econômicos assim como simbólicos, para obter isto precisam dos mediadores, que também têm interesses nesta relação.

Do outro lado, a EMATER pretendendo uma construção sustentada na técnica. Tecnicista assim, o conceito de segurança alimentar, pois nesta percepção está implícito que como os agricultores alvos da proposta, são considerados pobres pelas as agências de desenvolvimento. Tendo em vista que o combate a fome, se dará através da garantia da alimentação, meta número um da meta do milênio.

Este debate emerge no final dos anos 90, quando as agências internacionais de desenvolvimento perceberam que o atual modelo de desenvolvimento, não conseguiram resolver o problema da fome no mundo. O modelo de agricultura preconizado pela Revolução Verde, embora tivesse obtido resultados significativos, em termos de incrementos na produção agrícola, causou danos ao meio ambiente, além de expulsar milhares de agricultores familiares do meio rural. Mesmo com estas características desfavoráveis da revolução verde, as agências internacionais acreditam que o fim da fome no mundo dará através da via produtivista na agricultura. Continua-se, pois, a defender a segurança alimentar dos povos através desta estratégia, mas com algumas reformas incorporando a dimensão sustentável nas práticas agrícolas.

Os agricultores quilombolas, devido as suas características peculiares já comentadas em outros capítulos, não chegaram a implantar o modelo de Revolução Verde em sua prática agrícola, permanecendo a margem da modernização agrícola, ocorrida no Brasil a partir da década de 60.

A noção de segurança alimentar pretendida pela EMATER, é a mesma das agências internacionais, preconiza algumas mudanças no modelo convencional de se fazer agricultura, mas não abre mão da estratégia produtivista. Esta orientação de EMATER confunde ainda mais os mediadores de campo, pois não tem a clareza da noção dos tempos da revolução verde “dura”, muito pelo contrario exige a incorporação da sustentabilidade nas ações. Segundo Menezes (2000), trabalhar com a dimensão sustentável, exige considerar o nível de imprecisão conceitual existente. Esta realidade fica evidente, pois nas entrevistas cada mediador da EMATER tinha a sua percepção em relação à forma de se chegar à segurança alimentar da comunidade. A noção de segurança alimentar da EMATER não coloca ênfase na questão do acesso aos recursos produtivos, como a demarcação das terras reivindicadas pelos agricultores quilombolas.

Pode-se concluir que a noção de segurança alimentar pretendida pela EMATER, implica em reformular o modelo de agricultura, mas sem perder de vista a via produtivista. Enquanto a noção pressentida pelo CAPA, transporta o debate para o imaginário do tipo ideal de agricultor quilombola, ou seja, de certa maneira exotiza esta categoria. Importante comentar que as duas noções geram uma violência simbólica na comunidade, tanto a noção de tecnificação bem como a exotização,

pressupõem a higienização dos hábitos alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique.

As duas propostas de construção de segurança alimentar são elaboradas, ou melhor, delineadas foram da comunidade e sem a participação dos agricultores alvos destas. A proposta da EMATER advém para atender a meta do milênio, haja vista que o programa do RS-RURAL é um projeto financiado pelo BIRD e, formatado na esfera estadual do Rio Grande do Sul. Em ambos espaços os agricultores não tem representação. O programa unifica as demandas de todas as categorias. Já a proposta do CAPA foi pensada a partir de uma reunião com o pastor norte americano, que desafiou os mediadores da instituição a trabalhar com os grupos negros fundamentado nos preceitos bíblicos. Nesta situação também a proposta de segurança alimentar do CAPA foi pensada em esferas externas a comunidade. Partiu do pressuposto que os agricultores quilombolas são pobres, mas com um patrimônio cultural que precisava ser preservado. Portando, era necessário fazer um diagnóstico dos hábitos e práticas culturais na comunidade, bem como em registros históricos para elaborar a proposta de desenvolvimento.

Importante comentar que a participação dos agricultores é só dentro da comunidade. Segundo a mediadora eles ainda não estão preparados para participar de outras instâncias. Nesta condição os agricultores quilombolas são tutelados pelos mediadores do CAPA.

Diante do exposto, conclui-se que as duas noções pretendidas pelas instituições de ATER geram a violência simbólica. A EMATER defende uma noção de segurança alimentar universalmente aplicável, uniformiza as necessidades dos públicos-alvos, enquanto o CAPA defende a noção na diferenciação da categoria, exotiza os agricultores quilombolas, mas as duas oferecem recursos e melhorias para a comunidade imediata, estas possibilidades seduzem os agricultores quilombolas que os aderem imediatamente as propostas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando-se ao “final” deste trabalho, nada mais lógico apresentar algumas considerações desta trajetória, formadas nas referências bibliográficas e nos dados empíricos, observados nos capítulos anteriores. Considerando naturalmente que no processo de construção do conhecimento, o consenso, não pode se alcançado plenamente. Para, além disso, acredita-se que todo fim leva a um novo começo. Assim sendo, este trabalho não teve a pretensão em nenhum momento, de esgotar a temática. Almejou-se tão somente, emitir alguns questionamentos que emergiram durante a trajetória da realização desta pesquisa, procurando contribuir para o debate científico.

A primeira questão, é que o termo segurança alimentar hoje, está difundido em todo mundo, com variações de conteúdos e interesses de país para país, de instituição para instituição, de classe para classe, de pessoa para pessoa. A preocupação central nesta pesquisa foi, uma tentativa de compreender estes conteúdos e interesses presentes nesta noção, a partir de diferentes agentes em uma comunidade, com traços étnicos claros.

Neste sentido, o objeto de pesquisa da dissertação era, analisar os diferentes conteúdos e interesses presentes, em um processo de construção da noção de segurança alimentar quilombola. A opção por esta problemática se deve ao termo segurança alimentar que quando utilizado, em parâmetros de políticas públicas, pode assumir diferentes significados. Conseqüentemente tornou-se um termo em disputa. Diante desta exposição, não se teve a preocupação em analisar dados quantitativos, como o equilíbrio nutricional, a área de produção de alimentos e nem apurar os recursos financeiros, dos agricultores da comunidade Maçambique. A preocupação foi demonstrar que o termo segurança alimentar, carrega diferentes interesses, não é neutro, envolve conflitos e relações de poder.

“Estes diferentes conteúdos são construídos em função da combinação de diversos fatores: as diferentes condições econômicas dos países dentro de circunstâncias históricas específicas, os diversos objetivos das organizações internacionais, e as propostas e as demandas de atores sociais e agentes econômicos interessados na questão (Pessanha, 2004, p.265) .

De acordo com os resultados apresentados no decorrer deste trabalho, percebeu-se que cada instituição de ATERS defende a sua noção de segurança alimentar. O CAPA persegue, uma concepção de segurança alimentar fundamentada no modelo agroecológico, enfatizando a importância da produção para o autoconsumo, para atingir esse fim. A percepção de segurança alimentar dos mediadores desta instituição aparece associada à noção de soberania alimentar pretendida pelos movimentos sociais populares. Alguns deles expressaram a necessidade de romper com as orientações políticas e econômicas hegemônicas, em termos de ações ao nível nacional e procurar antes, a preservação das características locais. Proteger, fortalecer a cultura e a autonomia de um povo, criar uma economia interna que atenda as necessidades da população, permitindo o desenvolvimento local. Esta idéia de segurança alimentar está, em consonância com as justificativas da emergência das organizações não governamentais, nas áreas rurais que contempla dois conteúdos, para se pensar a segurança alimentar, de um dado grupo, que é: a dupla garantia do direito ao acesso aos alimentos a todos e da conservação da base genética do sistema agroalimentar.

Enquanto para a EMATER, este termo faz parte da sua missão, para os técnicos entrevistados, esta noção é muito ampla podendo caber várias ações e conteúdos. Geralmente a noção mais micro (doméstica) está aos cuidados das economistas domésticas, por exemplo, a prática de plantar hortaliça, a cultura das plantas medicinais, o aproveitamento de alimentos, as normas e práticas de boa fabricação dos alimentos. Os conteúdos deste conceito estão, associados à garantia e qualidade nutricional dos alimentos, os eixos das intervenções são os equilíbrios calóricos, a “difusão” das normas de higiene e as boas práticas de fabricação dos alimentos.

A noção macro de segurança alimentar da EMATER está muito presente nas práticas dos profissionais das ciências agrárias e associadas com a necessidade de aumentar a produtividade. Os seus conteúdos são, a garantia da produção e a oferta agrícola relacionada com o problema de escassez da produção destes agricultores. Uma das saídas é a capacitação técnica dos agricultores quilombolas, como: oferecer cursos de conservação de solos, usar sementes com melhores rendimentos, melhoramentos dos animais domésticos. Esta concepção de segurança alimentar constituiu um pressuposto importante na disseminação dos

serviços de extensão rural no Brasil.

A partir desta identificação é possível dizer que a noção de segurança alimentar defendido pelo CAPA, tem grandes possibilidades de formar grupos estratégicos com os movimentos sociais populares, como o movimento nacional quilombola. Já a concepção defendida pela EMATER está, muito mais próxima dos grupos estratégicos formados pelo complexo agroindustrial, embora alguns técnicos relataram a importância de mudar esta percepção, mas na orientação geral da instituição não tem este encaminhamento, sendo muito pontual as ações, nas técnicas alternativas ao modelo majoritário tecnológico.

A concepção de segurança alimentar do CAPA, coloca em jogo a capacidade dos seus técnicos de campo em tornarem-se mediadores, para isso, eles precisam de se apresentar desinteressados nas ações de mediação, com os agricultores. A disputa em torno da construção da noção de segurança alimentar só se concretiza em torno dos referenciais da agricultura quilombola.

Para os agricultores quilombolas, o termo segurança alimentar, é uma palavra nova, eles ouviram-na pela primeira vez nas reuniões do CAPA. Ao explicar o que é o termo (na concepção da pesquisadora), os agricultores analisados associaram-na a ter terra para plantar e dinheiro para comprar os alimentos, revelando uma forte vontade de ficarem livres dos donos da venda e das terras. Os interesses dos agricultores estão associados, em ter rendimento econômico suficiente, para garantir o ano todo o abastecimento alimentar para as suas famílias. Não se coloca muito em causa, os modelos de agricultura. Geralmente estão mais próximos dos mediadores do CAPA, devido ao fato destes terem chegado primeiro.

Este cenário evidencia que está ocorrendo uma polarização, na arena de disputa, pela construção do termo segurança alimentar: tecnificação versus exotização. As duas percepções geram uma violência simbólica na comunidade. Pois os agricultores não têm representação nas arenas, onde são discutidas as propostas de construção de segurança alimentar. Importante referir que a violência simbólica ocorre durante o processo de mediação e sem a intenção dos mediadores. Percebe-se o esforço dos mediadores do CAPA e da EMATER, em implantar um modelo participativo, mas devido as características do próprio projeto, em que insistem em uniformizar as demandas dos públicos-alvos, afasta-se desse propósito.

A mediação do CAPA, tem a pretensão de construir o referencial de agricultura quilombola, para isso pensou em buscar plantas na África e difundir pratos de origem africanos, ocorrendo assim, uma percepção exótica dos agricultores quilombolas da comunidade Maçambique. Enquanto a percepção da EMATER, tem a pretensão de amenizar a pobreza destes agricultores, estando próximo da meta do milênio, das Organização das Nações Unidas.

Percebeu-se que nesta construção do referencial, as duas instituições, têm dificuldades devido à constatação feita, que esta categoria de agricultor incorpora o conceito de etnia. Esta perspectiva ainda é nova, os mediadores nunca trabalharam em projetos que contemplem esta dimensão. Torna-se assim necessário, um estudo mais aprofundado sobre as implicações deste princípio, nas áreas rurais, em políticas públicas e em projetos de desenvolvimento.

Portanto, conclui-se, em relação ao problema elaborado que os conteúdos e interesses, das duas instituições de mediação, são fundamentados nas suas missões, provocando assim uma polarização que os mediadores, técnicos de campos, quase sempre não têm a noção dessa disputa, principalmente os mediadores vinculados a EMATER. Já para os agricultores quilombolas, estas questões são preocupação, diariamente. O interesse destes é a sobrevivência de sua família. Mesmo os agricultores que tem terra, ou são aposentados, estão preocupados com o acesso aos alimentos, uma vez que a comunidade é caracterizada, como um grupo corporado de parentesco.

Neste quadro, as relações de reciprocidade exercem um papel fundamental na garantia e acesso aos alimentos dos agricultores desta comunidade, configurando redes sociais de circulação de alimentos interna. Algumas vezes quando a situação piora, contam com as ajudas externas, dos filhos que moram nas cidades enviam alimentos ou dinheiro para as famílias da comunidade. As mulheres ocupam uma posição central, nestas redes de circulação de alimentos. Seria decisivo haver mais estudos sobre gênero, relacionado com a garantia de alimentos nas famílias.

O resultado a que se chegou, nesta pesquisa, é que as duas orientações de assistência técnica e extensão rural, para além de gerarem uma violência simbólica, exercem uma relação de dominação entre mediadores e mediados. Os mediadores fazem uso desta nova identidade, para elaborar projetos que prevê alguns recursos para este público específico e os agricultores também já disso se aperceberam,

fazendo-se assumir como quilombolas e negros. Em determinados espaços sociais que podem trazer alguns recursos financeiros e simbólicos para a comunidade, alguns já abandonaram o adjetivo “morenos” para se caracterizar como **“agricultores negros de Maçambique”**.

Por fim uma questão que se impõe, é merecer ser aprofundada no sentido de viabilizar um sistema alimentar diz respeito à democratização do uso da terra. É no tocante à questão de garantia de aquisição de alimentos que a questão da luta pela titulação das terras quilombolas, encontra uma de suas principais justificativas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Anpocs:Unicamp: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, A.W.B. Os quilombos e as Novas Etnias In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 1998. Vitória/ES.

_____. **Os Quilombos e as Novas Etnias**: Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “Remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* 3(2), 1997.

BERALDO, N. A. da S.; SALAMANCA, Luis Fernando Martinez;. Sistema agrário em áreas de remanescente de quilombo: o estudo de caso da comunidade quilombola de casa/Município de Mostardas/RS (O Legado do Testamento). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2004, Aracaju. CD-ROM. Associação brasileira de sistema de produção, p.

BRANDÃO, C.R **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal.1981.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Reprodução proibida: simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. **Campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000. p. 93 -119.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In:BOUDIEU P **poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989a. p. 59-73.

_____. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989b. p. 107-132.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Ação indigenista, eticidade, e o diálogo interétnico: Estudos Avançados 14 (40), 2000.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 14^a edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1953.

CHONCHOL, J. **Sistemas Agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Dos ANJOS, J. C.G. Raça e Pobreza Rural no Brasil Meridional: A comunidade de São Miguel dos Pretos – Um Estudo de Caso. Revista Teoria e Pesquisa 42 e 43, janeiro-julho. São Carlos, 2003.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Rio Grande do Sul site da internet: www.emater.tchê.br/site/inicial/ptbr/php/index.pht (consultado no dia 15/07/2006).

FIQUEIREDO, R.P. **Extensão rural no Brasil: novos tempos**, Revista Brasileira Tecnologia, v5 (4). Jul/ago, Brasília, 1984.

FISCHLER, C. L'omnivore. Paris: Odile Jacob, 1990.

FUCKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001.

LANDÉ, C.H. The dyadic basis of clientelism. In: SCHIMDT, S. W. et al. (Ed.). **Friends, followers and factions; a reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEITE, I.B. **O Legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia**, 2edição Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GARCIA JÚNIOR, A. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARCIA, R. W.D. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro: 7 (2), 1997.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas** Rio de Janeiro Zahar editores, 1978.

GERHARDT, T. E. Situações de vida, pobreza e saúde: *estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano*. Revista de Ciências de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: 8(3), 2003.

MALUF, R.S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S et al. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001. p. 145-168.

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: UNRISD, 2002.

MAESTRI, M. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Caxias do SUL, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

MEILLASSOUX, C. **Antropologia da Escravidão: o Ventre de Ferro e Dinheiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora 1995.

MAUÉS, R.H.e MOTA-MAUÉS, M.A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. In MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma outra “invenção” da Amazônia**. Belém: Editora CEJUP, 1999.

MAZOYER, M, ROUDART. L. **História das agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea**. Instituto Piaget, Lisboa, 2001.

MENEZES, F., *Durabilité alimentaire: une nouvelle baniière*, in **Agriculture et ruralité au Brésil: um autre modele de développement**, Paris, Karthala, 2001, pp 277- 294

MINTZ, S.W. Comida e antropologia uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. 2001, volume 16 n^o 47.

MORUZZI MARQUES, P.E; BLEIL, I A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de janeiro, n. 15, p.158-177, out. 2000.

MORUZI MARQUES, P. E Segurança alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de *Agribusiness* no campo de disputa e produção ideológica, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, CPDA, 1996.

_____. Assentamentos e profissionais da extensão rural: um estudo em torno dos referenciais das políticas de desenvolvimento rural, Porto Alegre, 2005 (não publicado).

MULLER, P. *Lês politiques publiques*, Paris, Presses Universitaires de France. 2003.

_____, *Lês politiques comme constructuin dún rapport au monde*, in *La costruction du sens dans les politiques publiques: débats autour de la notion de référeniel*, Paris, Edition l'Harmattan, 1995.

MURRIETA R.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, n° 2, v 44, 2001.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 147-167.

_____, **Campesinato, reprodução e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. In: 24ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, FORÚM DE PESQUISA: Campesinato e representação do rural: reprodução e reenquadramento sociais. Olinda, 12 a 15 de junho de 2004.

_____, **Pobreza, desigualdades sociais e fronteiras culturais**. XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2003, Caxambu. MG.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento site da internet www.pnud.org.br/milenio/ft1.php (02/04/2006).

PROJETO VIDA DE NEGRO. Jamary dos Pretos, Terra de Mocambeiros. Coleção Negro Cosme. São Luis: SMDDH/CCN-PVN, v. II 1998.

RUBERT, R. **Diagnósticos das Comunidades Negras Rurais no RS: um Levantamento Socioantropologia Preliminar** Porto Alegre, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, maio, 2005.

SARDAN, J. P. O.. **Antropologie et Developpement**. Karthala, 1995.

SCHEIDER. S, WAQUIL, P.D. Caracterização socioeconômica os municípios gaúchos e desigualdades regionais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: 2001, volume 39, p117-142

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

VIANA, R.S.G. **Saberes e Práticas Alimentares dos Remanescentes do Quilombo Curiáú no Estado do Pará.** Dissertação de mestrado, UNB. Brasília, 2003.

VALENTE, F. L.S. **Direito Humano à Alimentação, desafios e conquistas.**São Paulo: Cortez, 2002.

WOLF, E. R. Aspectos das relações de grupo em uma sociedade complexa: México. In:FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (Org.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf.** Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003a.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda** – Relatório Final. Universidade de Brasília: Série Antropológica –20, 1978

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

ANEXO- 1 Roteiro de entrevistas com os mediadores

1) REPRESENTANTES DA EMATER E DO CAPA.

- Dados gerais (tempo de existência da instituição, a trajetória dos entrevistados, formação, interesse pelo assunto, (porque), número de funcionários, forma de financiamento dos projetos, missão);
- Público alvo;
- Ações prioritárias;
- Quais as estratégias adotadas pela EMATER/CAPA, o que se busca objetivamente com o trabalho da instituição nas comunidades quilombolas, o que espera que o agricultor absorva?
- Quais são os resultados alcançados.
- Quais metodologias são utilizadas nas atividades desenvolvidas nas comunidades quilombolas?
- Qual é o conceito de segurança alimentar que a instituição defende?
- O que o senhor entende por segurança alimentar? Sua instituição defende esta idéia?
- A partir de quando que esta noção passou a fazer parte da missão institucional?
- Qual a dificuldade de trabalhar com esta noção nas comunidades quilombolas?
- Vocês trabalham com indicadores de segurança alimentar? Quais? Como estes indicadores orientam o trabalho da instituição?
- Como são feitos os diagnósticos e analisadas as demandas dos agricultores quilombolas?
- Como são estruturadas as ações em função destas demandas?
- Qual a avaliação que o CAPA/EMATER faz destes anos de trabalho nas comunidades quilombolas?
- Qual é a relação com o movimento negro da região?
- Qual é o perfil profissional privilegiado pela instituição para a ação junto aos quilombolas?
- O que o senhor entende por etnia? Sua instituição defende esta idéia?
- Qual está sendo o maior desafio para a instituição trabalhar com esta noção de etnia?
- Qual o modelo de agricultura (de modo geral) que a instituição incentiva? Este modelo é apropriado para acabar com a insegurança alimentar nas comunidades?

2) MEDIADORES SOCIAIS

Trajetória do mediador (a):

- Dados pessoais (nome, idade, profissão, sexo, estado civil, escolaridade, descendência...);
- Local de nascimento e origem dos pais;
- Dados da família (qtos irmãos, atividades dos componentes da família)
- Formação educacional dos pais e/ou atividade profissional ;
- Teve em sua trajetória de vida algum tipo de relação de convívio - atividade produtivas; residência como o meio rural;
- Trajetória profissional e educacional;
- O que motivou a seguir e manter-se em tal trajetória;
- Por que escolheu esta carreira profissional (agronomia, veterinária...); A sua formação esta adequada para seu trabalho?
- Houve momentos de dúvidas quanto a estas opções, quais foram....
- Quais outras possibilidades de formação profissionais consideraram nesta trajetória?
- Qual foi a sua maior recompensa profissional até agora?
- Quais outras opções foram consideradas antes de ingressar na EMATER/CAPA?

Participação e relação com os agricultores quilombolas.

- Como foi o processo de contratação pela instituição?
- Como você avalia a atuação da instituição nas comunidades quilombolas, e em especial na caso das intervenções de segurança alimentar?
- Quais os principais benefícios adquiridos quando de trabalha nesta instituição?
- Qual e a sua maior contribuição para o trabalho que a instituição desenvolve?
- Como você avalia a atuação de outras instituições que trabalham nas comunidades quilombolas e em que se diferenciam da sua?
- O que você entende por segurança alimentar?
- O que o senhor entende por etnia? Sua instituição defende esta idéia ?
- Quais são os principais indicadores de insegurança alimentar para você as comunidades quilombolas?
- Quem sofre mais com esta insegurança alimentar? (criança, mulheres, homens, idosos).
- Qual a maior dificuldade de trabalhar com as comunidades quilombolas?
- O que é mais gratificante na sua relação com os agricultores e como a comunidade quilombola?
- Como tem sido a evolução da participação dos agricultores em suas atividades. Quem são aqueles que participam? São sempre os mesmos há mudanças... Há abandono da relação por parte de agricultores;
- Dos que participam você identifica um perfil de agricultor que é comum. Qual o perfil dos que não participam?
- O que caracterizam as comunidades quilombolas em relação a demais comunidades agricultores (assentamentos, agricultores familiares).

- Você saberia identificar quais são as estratégias que os agricultores quilombolas empregam para obter alimentos, além da produção?
- É possível perceber alterações nas comunidades antes e depois da intervenção de vocês?

ANEXO- 2 Fotos dos agricultores da comunidade quilombola Maçambique

